

# Índice

---

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	5
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	6
1.5 Principais clientes	16
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	17
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	19
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	20
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	21
1.10 Informações de sociedade de economia mista	23
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	28
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	29
1.13 Acordos de acionistas	30
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	31
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	32
1.16 Outras informações relevantes	33
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	34
2.2 Resultados operacional e financeiro	53
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	55
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	57
2.5 Medições não contábeis	58
2.6 Eventos subsequentes as DFs	59
2.7 Destinação de resultados	60
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	62
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	63
2.10 Planos de negócios	64
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	68
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	69
3.2 Acompanhamento das projeções	70

# Índice

---

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	71
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	83
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	84
4.4 Processos não sigilosos relevantes	88
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	119
4.6 Processos sigilosos relevantes	120
4.7 Outras contingências relevantes	121
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	122
5.2 Descrição dos controles internos	123
5.3 Programa de integridade	127
5.4 Alterações significativas	131
5.5 Outras informações relevantes	132
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	133
6.3 Distribuição de capital	136
6.4 Participação em sociedades	137
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	138
6.6 Outras informações relevantes	139
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	140
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	144
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	145
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	146
7.4 Composição dos comitês	158
7.5 Relações familiares	169
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	170
7.7 Acordos/seguros de administradores	171
7.8 Outras informações relevantes	172
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	173

## Índice

8.2 Remuneração total por órgão	176
8.3 Remuneração variável	179
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	180
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	181
8.6 Outorga de opções de compra de ações	182
8.7 Opções em aberto	183
8.8 Opções exercidas e ações entregues	184
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	185
8.10 Outorga de ações	186
8.11 Ações entregues	187
8.12 Precificação das ações/opções	188
8.13 Participações detidas por órgão	189
8.14 Planos de previdência	190
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	191
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	192
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	193
8.18 Remuneração - Outras funções	194
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	195
8.20 Outras informações relevantes	196
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	197
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	198
9.4 Outras informações relevantes	199
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	200
10.1 Descrição dos recursos humanos	202
10.2 Alterações relevantes	207
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	208
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	209
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	210
10.5 Outras informações relevantes	211
11. Transações com partes relacionadas	

## Índice

---

11.1 Regras, políticas e práticas	212
11.2 Transações com partes relacionadas	213
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	214
11.3 Outras informações relevantes	215
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	216
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	217
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	218
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	221
12.5 Mercados de negociação no Brasil	222
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	223
12.7 Títulos emitidos no exterior	224
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	225
12.9 Outras informações relevantes	229
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	230
13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	231
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	233

## 1.1 Histórico do emissor

A CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, criada em 31/dezembro/1970, através da Lei Estadual nº 4.547, e constituída pelo Decreto nº SSP-30.04.71/58, de 02/julho/1971, é uma empresa de economia mista, atuando como concessionária na prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Herdou do antigo Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária – DAES, 11 sistemas de abastecimento de água e 2 sistemas de coleta de esgotos e, ao longo da década de 70 o número de localidades atendidas cresceu rapidamente ao ampliar o número de municípios e sistemas operados. Atualmente a CASAN presta serviços diretamente a uma população residente de mais de 3 milhões de pessoas, distribuídas em 194 municípios (65% dos municípios do Estado de Santa Catarina e o município de Barracão, no Paraná), de forma que em 2023 o equivalente a 41% da população catarinense foi beneficiada pelos serviços da companhia. A Casan também forneceu água no atacado para outros 6 municípios clientes operados com sistemas próprios, que juntos tem uma população de 349 mil habitantes.

Em linhas gerais, a operação dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) é composta pelas etapas de captação de água bruta, tratamento e distribuição de água tratada e a operação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) compreendem as etapas de coleta, tratamento e emissão final de efluentes.

Um resumo sobre as operações dos SAA e SES em 2023:

<b>Dados 2023</b>	<b>Abastecimento de Água</b>	<b>Esgotamento Sanitário</b>
Sistemas operados	256	35
Municípios atendidos	194	31
População total atendida	3 milhões	931 mil
Ligações	844 mil	152 mil
Unidades Autônomas	1,2 milhões	319 mil

A operacionalização dos sistemas é realizada através de 04 Superintendências Regionais de Negócios, 118 Agências e 76 DOPs (Distritos Operacionais) contando em 31/12/2023 com a colaboração de 2.654 empregados.

A CASAN atua nos municípios por meio de Contratos de Programa, Contrato de Concessão e Convênios de Cooperação para Gestão Associada, que são os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais que concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

## 1.1 Histórico do emissor

O Governo do Estado de Santa Catarina, através da Lei Complementar nº 741 de 12 de junho de 2019, reafirmou quais são competências da Companhia:

- I. Executar a política estadual de Saneamento Básico;
- II. Promover levantamento e estudos econômico-financeiros relacionados com os projetos de saneamento básico, em conjunto com a SDE (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável);
- III. Elaborar projetos de engenharia relativos a obras de saneamento básico;
- IV. Planejar projetos de saneamento básico em conjunto com a SDE, e executá-los;
- V. Coordenar e executar as obras de saneamento básico;
- VI. Coordenar e executar a operação e exploração dos serviços públicos de esgotamento sanitário e de abastecimento de água;
- VII. Fixar, arrecadar e reajustar tarifas de serviços que lhe são afetos;
- VIII. Promover a coleta, o transporte, o transbordo, o tratamento e o destino final de resíduos sólidos, inclusive os domésticos, os industriais e os hospitalares;
- IX. Captar, tratar, envasar e distribuir água bruta, potável e mineral para sua comercialização no varejo e no atacado; e,
- X. Realizar, como atividade meio, o aproveitamento do potencial hidráulico de mananciais, com o fim de geração de energia elétrica.

A CASAN baliza suas atividades no desenvolvimento e execução de sua missão, que está definida da seguinte forma: “Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável”, em todos municípios Catarinenses onde opera, alinhada por suas estratégias de visão que é “Ser reconhecida como empresa de excelência na prestação de serviços de saneamento, de forma sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente e em saúde pública”, e de seus valores, “Sustentabilidade, Integridade e Ética, Profissionalismo e Competência, Transparência, Impessoalidade e Inovação”.

A missão da CASAN está apoiada em quatro bases fundamentais, inter-relacionadas e complementares:

## 1.1 Histórico do emissor

- Desenvolvimento Econômico e Social - Participar ativamente no desenvolvimento econômico e social dos municípios conveniados.
- Preservação Ambiental – Desenvolver ações de forma sustentável através da educação ambiental, recuperação e preservação do meio ambiente.
- Saúde Pública - Participar de forma pró-ativa com ações focadas na saúde ambiental e qualidade de vida da população atendida por seus serviços.
- Função Social - Cumprir seu dever para com a sociedade e pelo empreendimento público que ela representa, executando seus serviços com respeito e valorização.

Desde sua criação, a Companhia tem contribuído de uma forma determinante para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, atuando fortemente na expansão da oferta dos serviços de abastecimento de água potável a patamares de universalização urbana e mais recentemente investindo de forma significativa na expansão dos serviços de esgotamento sanitário, melhorando com isso os índices de salubridade ambiental de Santa Catarina.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

### 1.2 Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

O Negócio da CASAN é atuar como instituição integrante do segmento de saneamento básico e de saúde do Estado de Santa Catarina, através dos serviços de distribuição de água tratada e esgotamento sanitário.

MACROPROCESSO	DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO
Fornecimento de Água Tratada	Composto pelas atividades de captação de água bruta, adução, tratamento, reservação, distribuição e demais serviços relacionados a água.
Esgotamento Sanitário	Composto pelas atividades de coleta, afastamento, tratamento, disposição final e demais serviços relacionados a esgotos sanitários.

Em 2023 foram transportados mais de 280 milhões de metros cúbicos de água tratada para atender uma base de clientes de 1,2 milhões de unidades autônomas com abastecimento de água.

No que se refere ao serviço de esgotamento sanitário, em 2023 o volume tratado de esgoto pela companhia foi na ordem de 48 milhões de metros cúbicos, atendendo mais de 375 mil unidades autônomas no estado de Santa Catarina.

### 1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a) produtos e serviços comercializados;

A CASAN opera em dois segmentos: sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgoto sanitário. Abaixo as tabelas com os principais indicadores operacionais da Companhia:

<b>Atendimento com Abastecimento de Água - Dados Consolidados</b>		
Itens	Unidades	2023
Municípios com concessão	número	181
Municípios com operação	número	194
População total atendida	habitantes	3 mi
Ligações faturadas	número	844 mil
Economias faturadas	número	1.266 mil
Extensão de rede	km	15,6 mil
Volume de água faturado	m <sup>3</sup> /ano	179 mi

<b>Atendimento com Esgotamento Sanitário - Dados Consolidados</b>		
Itens	Unidades	2023
Municípios com concessão	número	181
Municípios com operação	número	31
População atendida urbana	habitantes	931 mil
Ligações faturadas	número	152 mil
Economias faturadas	número	376 mil
Extensão de rede	km	1,9 mil
Volume de esgoto faturado	m <sup>3</sup> /ano	42 mi

Fonte: BADOP e SCI

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

### 1.4 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

#### a) características do processo de produção;

Sobre as atividades relacionadas à água:

##### *Produção, Adução e Distribuição de Água:*

O fornecimento de água pela CASAN aos seus consumidores envolve a captação, tratamento, reservação e distribuição de água de diversos mananciais superficiais e subterrâneos para seus clientes, em suas residências ou estabelecimentos. Em 2023, a Companhia disponibilizou cerca de 274 milhões de metros cúbicos de água. A Superintendência da Região Metropolitana da Grande Florianópolis constitui o principal mercado da Companhia e representa aproximadamente 42% do volume de água faturada.

A diferença entre os valores de água produzida e utilizada é representada pela perda de água, a qual pode ser: (a) física: vazamentos nas adutoras e/ou nas redes de distribuição, extravasamentos em reservatórios, e (b) não-física: falta de hidrômetros, hidrômetros parados, fraudes, ligações clandestinas e falhas no cadastro comercial.

As perdas de água têm implicações financeiras significativas para as empresas de abastecimento de água. Quando uma parte substancial da água tratada é perdida, as receitas provenientes das tarifas de água podem prejudicar os custos de produção e manutenção da infraestrutura. Isso pode levar a desafios financeiros e à necessidade de aumentar as tarifas para compensar as perdas.

A região litorânea do estado tem as maiores demandas durante os meses de verão, quando aumentam os níveis de consumo de água. Há uma redução significativa da demanda nos meses de inverno. Os meses de verão coincidem com as estações das chuvas, enquanto o inverno, quando a demanda de água é menor, corresponde à estação de seca na região.

##### *Tratamento de Água*

A água é tratada nas estações de tratamento da CASAN antes de ser disponibilizada para consumo. São 152 estações de tratamento e 187 unidades de tratamento simplificadas, que atendem a 194 municípios. A tecnologia empregada no tratamento depende da natureza da fonte de abastecimento e da qualidade da água bruta. A água bruta captada em rios geralmente necessita de tratamento completo; por sua vez, no tratamento de água originária de fontes subterrâneas, as técnicas utilizadas são mais simples.

O tratamento de água é uma fase fundamental para assegurar que a água atenda aos padrões de potabilidade. Nas estações de tratamento de água são aplicadas diferentes concepções de processos de tratamento, dependendo das características físicas, químicas e biológicas da água do manancial a ser utilizado. Na água proveniente de mananciais de superfície, o processo de tratamento compreende desde simples filtração

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

até tratamento completo, como floculação, decantação, filtração e desinfecção. A água captada em poços profundos apresenta melhores condições de qualidade, necessitando em geral, apenas desinfecção por produtos à base de cloro.

Em toda a água distribuída pela Companhia é aplicado o flúor e esta aplicação não é considerada tratamento, mas, sim, um benefício disponibilizado à população, visando a redução do índice de cárie dentária. A qualidade da água é monitorada em todas as fases do processo de abastecimento, desde os mananciais, estações de tratamento até a rede de distribuição.

A CASAN mantém dez laboratórios de Controle de Qualidade da Água estrategicamente distribuídos no território do estado de Santa Catarina, possuindo as unidades localizadas nos municípios de cada Superintendência, sendo para SRO: Chapecó, São Miguel do Oeste e Iomerê; para SRN: Rio do Sul, Curitiba e Mafra; para SRM: Florianópolis e Balneário Piçarras; para SRS: Pescaria Brava e Criciúma.

Essas unidades de Laboratório realizaram aproximadamente um total de 444.195 ensaios no último ano, distribuídos em ensaios nas matrizes de água distribuída, água tratada e água bruta, abrangendo tanto ensaios físico-químicos quanto microbiológicos. Deste total, aproximadamente 303.164 análises são físico-químicas e aproximadamente 141.031 ensaios microbiológicos. As amostras são coletadas no sistema de distribuição, em pontos de entrega aos usuários, nos pontos de captação de água bruta e nas saídas de tratamentos. A amostragem é realizada em toda a área de abrangência do Sistema de Abastecimento de Água - SAA, assegurando o abastecimento de água com a qualidade e segurança preconizadas no padrão de potabilidade brasileiro, cumprindo com as definições das legislações vigentes. Toda gestão destes ensaios ocorre por meio do Sistema Integrado da Qualidade – SIQ, desenvolvido internamente na companhia conforme necessidades.

Além das unidades de controle de qualidade das Superintendências, a CASAN possui laboratório de preparo de soluções químicas, localizado em Florianópolis, o qual realiza a produção de soluções utilizadas em 24 metodologias diferentes totalizando aproximadamente 106 soluções químicas. Esta unidade de laboratório produz material utilizado para ensaios físico-químicos tanto na operação das unidades de tratamento quanto nas unidades de laboratório de Controle de Qualidade, tanto no controle de qualidade do monitoramento da matriz água quanto da matriz efluentes.

Atualmente a Companhia possui implementado um Sistema de Gestão da Qualidade, conforme os requisitos estabelecidos na norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017 em duas de suas unidades. O Laboratório Regional de Chapecó possui acreditação para o seguinte escopo, conforme CRL 1494:

- Matrizes: Água Bruta, Água Tratada, Água para consumo humano, Água residual;
- Ensaios Químicos: flúor, cor, turbidez, Nitrogênio amoniacal, colimetria de presença/ausência para coliformes totais e *E.Coli*,, surfactantes aniônicos,

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

fósforo total, Demanda Química de Oxigênio (DQO), Ensaios realizados em campo de: cloro residual, pH e temperatura.

- Amostragem: Água Bruta, Água Tratada, Água para consumo humano, Água residual,

O Laboratório de Análises de Águas da SRM possui acreditação para o seguinte escopo, conforme CRL 1629:

- Matrizes: Água Bruta, Água Tratada, Água para consumo humano, Água Salina e Água Salobra;
- Parâmetros: cor, turbidez, fluoreto, colimetria de presença/ausência para coliformes totais e *E.Coli*, os ensaios realizados em campo: pH, Cloro residual e temperatura.
- Amostragem: Água Bruta, Água Tratada, Água para consumo humano

A unidade de Criciúma está em fase de auditorias internas da implementação, dando sequência para reconhecimento no INMETRO. O restante das unidades está em fase de estruturação, atualização e implementação documental dos procedimentos administrativos e técnicos mínimos de qualidade exigidos para a segurança da execução das atividades de laboratório. Para isso, a CASAN conta com uma equipe de auditores internos, composta por profissionais das unidades de laboratórios, os quais têm por objetivo a avaliação e auxílio às outras unidades de laboratório no enfrentamento das dificuldades relacionadas à implementação e manutenção de um sistema de gestão da qualidade em funcionamento.

O controle de qualidade dos produtos químicos utilizados para o tratamento da água é realizado em cada carga de produto entregue, com o objetivo de avaliar se a qualidade do produto fornecido se encontra conforme as cargas baseadas na norma específica de cada produto químico, checando se atendem as especificações técnicas da CASAN. O produto não poderá conter substâncias em níveis de concentrações, as quais possam refletir na potabilidade de maneira negativa, deixando a água para consumo humano em desacordo com o padrão de potabilidade prescrito pela Portaria 888 de 04 de maio de 2021 do Ministério da Saúde. No ano de 2023 foram analisadas aproximadamente 1674 amostras de produtos químicos, totalizando 4439 ensaios. As amostras são coletadas no momento da entrega do produto químico e são encaminhadas para o Laboratório de Análise de Produtos Químicos da Divisão de Controle de Qualidade de Materiais da Gerência de Suprimentos. O resultado das análises é encaminhado para as Agências Reguladoras trimestralmente.

### **Sobre as Atividades Relativas à Esgoto:**

A principal função do sistema de esgoto da CASAN é coletar, transportar e tratar esgoto sanitário. A Companhia é responsável pela coleta e disposição de esgoto através de redes coletoras sucedidas de sistemas de tratamento. Em 2023, a CASAN coletou em média 131.901 m<sup>3</sup>/dia de todo o esgoto produzido nos municípios da Superintendência da Região Metropolitana de Florianópolis, Superintendências Regional Oeste, Norte Vale e Sul/Serra, possuindo um índice de atendimento de aproximadamente 27,36 %.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O índice de atendimento na Região Metropolitana de Florianópolis corresponde a 49,54%, na Superintendência Sul/Serra, 28,66%, Norte/Vale 8,74% e na Superintendência Regional Oeste, 15,36%, respectivamente.

Em 2023, a Companhia era responsável pela operação e manutenção de, aproximadamente, 1.978 quilômetros de redes coletoras de esgoto, coletores-troncos, interceptores e emissários, dos quais cerca de 697 quilômetros estão localizados na Região Metropolitana de Florianópolis, 566 quilômetros na Superintendência Sul/Serra, 200 distribuídos quilômetros na Superintendências Norte/Vale e 515 quilômetros nas superintendências Oeste. O total de ligações de esgoto em 31 de dezembro de 2023 eram 152.316 unidades.

A rede de coleta de esgoto é projetada para operar por fluxo gravitacional, embora sejam necessárias estações elevatórias em certas partes do sistema de coleta para transportar o esgoto sanitário para outra bacia ou até a ETE .

Os efluentes das estações de tratamento de esgoto (ETEs) devem atender aos padrões de lançamento e qualidade estabelecidos pela regulamentação federal e estadual. Os padrões de lançamento relacionam-se à composição dos efluentes, anteriormente à sua disposição final em corpos receptores, ao passo que os padrões de qualidade determinam as condições dos mananciais posteriormente à diluição dos efluentes. Os padrões, tanto de lançamento como de qualidade, variam de acordo com o uso pretendido do recurso hídrico: quanto mais importante a finalidade para a qual a água será usada, mais rígidos são os padrões aplicáveis.

A Companhia considera que o estado de conservação das redes de esgoto é adequado, apesar do crescimento do número de ligações e tempo de operação de alguns sistemas. A Companhia assume o custo de instalação das ligações de esgoto desde a caixa de inspeção até a rede coletora. O usuário é responsável pelo sub-coletor, caixa de gordura e caixa de limpeza.

### ***Tratamento de Esgoto.***

Em 2023, aproximadamente 48.915.564 m<sup>3</sup> de esgoto foram tratados nas estações de tratamento de esgoto da CASAN, sendo posteriormente dispostos em corpos receptores, tais como rios e Oceano Atlântico, em conformidade com a legislação aplicável.

Atualmente, a Companhia possui 49 estações de tratamento de esgoto em operação.

A finalidade do tratamento de esgoto é proporcionar a disposição final correta do esgoto sanitário, de forma a cumprir a Resolução CONSEMA 182/2022, referente à proteção e melhoria de qualidade ambiental, e que estipula concentrações máximas de certas substâncias antes do lançamento no meio ambiente. Embora a vazão e a composição do esgoto que chegam às estações de tratamento variem, mais de 98% de seu teor, em média, é composto de água. O tratamento de esgoto consiste essencialmente em processos de separação física e em biológicos, que degradam a matéria orgânica e reduzem a carga microbiológica e de substâncias nocivas.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O tratamento de esgoto é dividido em diferentes níveis, de acordo com o grau de remoção de poluentes desejado. O tratamento preliminar destina-se à remoção de materiais de maiores dimensões e sólidos, como areia e gordura. Nesta etapa geralmente são utilizados mecanismos físicos, como gradeamento e sedimentação. Esta etapa tem a finalidade de proteger as unidades de tratamento subsequentes e dispositivos de transporte como, por exemplo, bombas e tubulações, além de garantir a manutenção dos aspectos estéticos dos corpos receptores.

Para os demais níveis de tratamento a CASAN utiliza diversos processos, dentre eles lodos ativados, reatores anaeróbios e lagoas de estabilização.

No processo de tratamento com lodo ativado, modalidade aeração prolongada, adotado na ETE Insular, após o tratamento preliminar o esgoto segue para o seletor biológico, primeira unidade do processo biológico, a qual tem a função de minimizar o desenvolvimento de bactérias filamentosas e propiciar a formação de flocos com melhor sedimentabilidade do lodo na decantação secundária.

Na unidade de desnitrificação, o esgoto bruto afluente, rico em substâncias carbonáceas, é misturado, em condições anóxicas, com o lodo ativado retornado do decantador, para que, sob a ação de microrganismos heterotróficos, ocorra a redução de compostos nitrogenados.

O esgoto remanescente após esse processo é submetido ao tratamento de lodo ativado, principal processo de tratamento de esgoto utilizado pela CASAN. O processo biológico de tratamento é semelhante à autodepuração feita pela natureza nos corpos hídricos; porém, de maneira otimizada e acelerada, os poluentes biodegradáveis são digeridos por bactérias aeróbias. Este tipo de bactéria utiliza o oxigênio introduzido no meio líquido, através de aeradores mecânicos, como fonte de energia para a digestão da matéria orgânica. A quantidade de oxigênio introduzido no reator biológico é suficiente para a digestão da matéria orgânica carbonácea e a nitrificação (parcial ou total) do nitrogênio orgânico total presente no esgoto.

Os principais tipos de estação de tratamento de esgoto operadas pela CASAN são: lodo ativado, nas modalidades aeração prolongada e valos de oxidação; reator UASB seguido de lodo ativado; reator UASB seguido de biofiltro aerado submerso; reator UASB seguido de filtro biológico; lagoa de estabilização; filtro biológico de alta taxa seguido de floco-flotação e reator de biofilme de leito móvel (MBBR).

A CASAN mantém três laboratórios de Controle de Qualidade da Efluentes estrategicamente distribuídos no território do estado de Santa Catarina, possuindo as unidades localizadas nos municípios de cada Superintendência, sendo para SRO: Chapecó, para SRM: Florianópolis e para SRS: Criciúma.

Essas unidades de Laboratório realizaram aproximadamente um total de 39.664 ensaios no último ano, distribuídos em ensaios nas matrizes de corpo receptor, efluente bruto e efluente tratado, abrangendo tanto ensaios físico-químicos quanto microbiológicos.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Deste total, aproximadamente 35.565 análises são físico-químicas e aproximadamente 4.099 ensaios microbiológicos. As amostras são coletadas nos corpos receptores (superficiais e subterrâneos), na entrada do efluente após tratamento preliminar e na saída do tratamento de efluentes. A amostragem é realizada em toda a área da Estação de Tratamento de Efluentes, monitorando o tratamento de efluentes conforme preconizadas nas legislações federais, estaduais e licenças ambientais. Toda gestão destes ensaios ocorre por meio do Sistema Integrado da Qualidade – SIQ, desenvolvido internamente na companhia conforme necessidades.

### Disposição do Lodo

O lodo removido dos processos de tratamento contém alto teor de umidade. A Companhia utiliza prensas desaguadoras, centrífugas e leitos de secagem para desaguamento do lodo. Em 2023, aproximadamente 20 mil toneladas de lodo tiveram o aterro sanitário como destino final.

### b) características do processo de distribuição;

### Distribuição de água

Evolução Ligações de Água - 2013 a 2023

Item	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Redes de água (km)	12.660	13.167	13.088	13.307	13.723	13.777	14.541	14.769	15.130	15.257	15.620
Número de Ligações	725.644	750.656	762.218	775.330	787.210	777.674	773.375	798.716	808.110	827.217	843.968

Evolução Ligações de Esgoto - 2013 a 2023

Item	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Redes de esgoto (km)	1.220	1.220	1.197	1.472	1.588	1.588	1.703	1.823	1.781	1.894	1.978
Número de Ligações	67.494	71.022	75.435	85.194	93.697	98.755	107.254	109.985	127.989	144.616	152.316

A água tratada é distribuída pela CASAN por meio de redes e adutoras, que variam de 50 a 1.200 milímetros de diâmetro. Em 31 de dezembro de 2023, a extensão da rede de distribuição de água era de aproximadamente 15.620 quilômetros e o número de ligações de água superava 844 mil unidades. A tabela apresentada contém a extensão total da rede de água da CASAN para os períodos indicados.

A maior parte das tubulações da rede de distribuição de água são de ferro fundido ou cloreto de polivinil (PVC). As tubulações de distribuição nas residências dos consumidores são tipicamente de polietileno de alta densidade (PEAD). As adutoras são, em sua maioria, de aço, ferro fundido ou fibra.

Todo o sistema de distribuição é pressurizado e conta com reservatórios para regularizar a distribuição em períodos de consumo elevado. Os tanques de reservação de água tratada e as estações de bombeamento regulam o volume da água que flui através das redes, visando a manutenção de pressão adequada e o contínuo abastecimento de água.

A CASAN possui 1050 reservatórios de distribuição de água, com capacidade total de 239 mil metros cúbicos. Além disso, há 1.619 estações elevatórias de água, incluindo-se as localizadas em estações de tratamento, estações elevatórias intermediárias e pequenas estações auxiliares que atendem a áreas específicas.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

As adutoras são revestidas internamente e, periodicamente, são realizadas descargas para a manutenção das mesmas e da qualidade da água aduzida.

Os vazamentos na rede, decorrentes de rompimentos e rupturas, podem ser informados à Companhia por meio de serviço telefônico gratuito ou via o website da empresa.

A Companhia espera que novos consumidores respondam pelo pagamento de parte dos custos associados à ampliação da rede de distribuição para atender às novas ligações de água. A política adotada pela empresa consiste em custear a instalação (tubulação e assentamento) de até 25 metros de extensão de rede a ser ampliada por nova economia em área urbana com pavimentação, e de 50 metros em área urbana sem pavimentação ou zona rural. Nos casos excedentes, a diferença será paga pelo futuro cliente. Para novas ligações industriais serão analisadas as demandas individualmente e os custos envolvidos para atendê-las serão de responsabilidade do solicitante.

### c) características dos mercados de atuação, em especial:

#### i. participação em cada um dos mercados

A prestação dos serviços da CASAN, em 194 (cento e noventa e quatro) municípios, sendo um paranaense, é realizada através de suas 04 (quatro) Superintendências Regionais de Negócios, concentrando esforços para atender a população com eficiência em seus serviços, qualidade em seus produtos e otimização dos resultados operacionais, comerciais e financeiros, nos 242 (duzentos e quarenta e dois) Sistemas de Abastecimento de Água – SAA e 48 (quarenta e oito) Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES.

#### ii. condições de competição nos mercados

A manutenção da continuidade de prestação dos serviços de água e esgoto pela CASAN depende exclusivamente da manutenção dos seus contratos de concessões com os municípios, que detêm a titularidade sobre esses serviços.

Os municípios poderão optar em operar por conta própria seus sistemas, além do rompimento das fronteiras das concessões antes limitada ao território estadual, o que amplia o espaço competitivo.

### d) eventual sazonalidade

A manutenção da continuidade de prestação dos serviços de água e esgoto pela CASAN depende exclusivamente da manutenção dos seus contratos de concessões com os municípios, que detêm a titularidade sobre esses serviços.

Os municípios poderão optar em operar por conta própria seus sistemas, além do rompimento das fronteiras das concessões antes limitada ao território estadual, o que amplia o espaço competitivo.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

### e) principais insumos e matérias primas, informando:

- i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável
- ii. eventual dependência de poucos fornecedores
- iii. eventual volatilidade em seus preços

#### ***Materiais de Tratamento:***

Anualmente, a CASAN adquire através de processos licitatórios, todos os produtos químicos utilizados para tratamento de água e esgoto. O cadastro atualizado de fornecedores mantido pela empresa e a ampla divulgação dada em seus processos licitatórios, favorecem a concorrência e a disputa dos lotes que são adquiridos.

Alguns produtos químicos e reagentes utilizados em laboratório, entre os quais está inserido o Carbonato de Sódio (Barrilha), agente alcalinizante utilizado na correção do PH, são controlados pela Polícia Federal, por meio de Legislação, como segue:

**Lei N.º 10.357/01** - Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.

**Decreto 4.262/02** - Regulamenta a Lei no 10.357, de 27 de dezembro de 2001, que estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.

**Portaria 1.274/03** - Dá várias determinações complementares ao Decreto 4.262/02

**Portaria 113/04** - altera Portaria nº 1274/03.

Relativos a emolumentos destes processos, o que é considerado de impacto irrelevante sobre a arrecadação hoje em dia.

#### ***Energia Elétrica:***

O uso da energia elétrica é essencial para as operações da CASAN, tanto nos Sistemas de Abastecimento de Água quanto no Tratamento de Esgoto Sanitário. A Companhia é uma grande consumidora de energia no Estado de Santa Catarina e, focando em tornar eficiente o consumo deste recurso, reduzir o custo operacional e contribuir para a compensação de suas emissões de carbono, a CASAN tem investido na aquisição de energia elétrica de fontes renováveis, com a migração de suas principais unidades operacionais ao Ambiente de Contratação Livre de Energia Elétrica. Em 2023, o consumo médio mensal de energia foi de aproximadamente 18 GWh Gigajoules, sendo 218,295 GWh de energia elétrica e 20,03 GWh de energia elétrica renovável. Do montante total

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

de energia elétrica, aproximadamente 25% provêm de contratos de fornecimento de energia elétrica firmados no Ambiente de Contratação Livre, 68% adquirida junto à CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina e cerca de 7% supridos por outras Distribuidoras e Permissionárias.

### *Recursos Hídricos:*

A água, principal matéria-prima da empresa, é um bem de domínio público, limitado, dotado de valor econômico. Sua gestão deve ser voltada a propiciar o uso múltiplo e diverso, porém em condições de escassez este bem deve ser preferencialmente direcionado para o consumo humano, sendo a bacia hidrográfica a unidade básica de planejamento.

A escassez deste recurso natural por diversos motivos tem sido matéria de discussão no país e em todo o mundo, sendo que a situação de stress hídrico vivido pela região metropolitana de São Paulo abriu os olhos da população que este bem é finito e deve ser utilizado com sabedoria.

Em Santa Catarina, a fragilidade hídrica se torna mais perceptível na faixa litorânea durante o verão na chamada alta temporada, onde a demanda aumenta consideravelmente, em função do grande número de turistas que frequentam a região, em busca de seus atrativos naturais. Este fato tem requerido uma atenção especial direcionando à tomada de decisões de forma a minimizar estes riscos.

Também há de se considerar os períodos de estiagem, principalmente na região oeste do Estado, o que torna este recurso mais valioso. Esta situação também exige a tomada de medidas que visam minimizar o impacto destes fenômenos sobre a população promovendo o consumo consciente deste importante bem.

Acompanhar e diagnosticar a situação dos mananciais em termos de disponibilidade e sustentabilidade hídrica, de qualidade da água e avaliar as condições das unidades dos sistemas de tratamento de água, desde a captação de água bruta até o tratamento, além das medidas de preservação, tais como recuperação de matas ciliares e reduções de perdas no sistema produtor são exemplos de algumas das medidas que a CASAN adota para mitigar estes problemas.

Nesse sentido, a CASAN assinou no final do ano de 2022 o Acordo de Cooperação Técnica SDE/ARESC/CASAN Nº 015/2022 visando a cooperação mútua para a implantação do projeto produtor de água na bacia hidrográfica do Rio Cubatão.

Além disso a CASAN disponibiliza através do seu site o manual de orientação para elaboração de programas de proteção e recuperação de mananciais visando a celebração de convênio, o que possibilita parcerias com os municípios os quais a CASAN atua na busca contínua da melhoria da qualidade da água bruta captada, reduzindo as despesas com tratamento e melhorando a condição ambiental e a qualidade de vida da população catarinense.

## **1.4 Produção/Comercialização/Mercados**

Fruto deste programa, pode-se citar uma parceria de longo prazo estabelecida junto ao consórcio Iberê, através do qual a CASAN financia ações de preservação de nascentes na região Oeste de Santa Catarina, inclusive ações em um dos principais mananciais que abastece o município de Chapecó, a Microbacia do Lajeado São José. Em 2023 foi realizado estudo junto à UNOCHAPECÓ, financiado e acompanhado pela CASAN, que mapeou e identificou pontos prioritários de preservação da qualidade do manancial.

## 1.5 Principais clientes

**1.5 Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:**

**a) montante total de receitas provenientes do cliente;**

Não há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.

**b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.**

Não há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

### 1.6 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

- a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações;**

A atuação da Casan não está sujeita a autorizações governamentais. A Casan é inclusive um agente executivo do Estado de Santa Catarina, e sua criação precedida de autorização legislativa. O Estado de Santa Catarina detém, por sua vez, competência executiva para políticas públicas de saneamento básico. Todavia, por se tratar de um serviço público de titularidade municipal, no que se refere a sistemas de interesse local, a efetiva atuação da Casan se subordina a celebração prévia de instrumentos contratuais com o município, no âmbito da chamada *gestão associada de serviços públicos* que representa a relação triangularizada entre Casan, município e Estado.

Na criação da Casan, na década de 1970, sob a vigência do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANASA, os municípios se vincularam diretamente com a companhia estadual, com previsão de contrapartidas financeiras e como condicionante para a obtenção de linhas de crédito federais.

Com o advento da Constituição de 1988, novas legislações foram implementadas, com novas exigências para regularizar e coexistir formas de prestação direta, delegada à iniciativa privada, ou mediante gestão associada com outros entre federados. A EC 19/98, dando nova redação ao art. 241, bem como a Lei 11.107/2005 e a Lei 11.445/2007, estabeleceram as bases para a celebração de convênios de cooperação para gestão associada, e contratos de programa.

A Lei 14.026/2020 reconfigura essa dinâmica, mas incorpora no texto legal a decisão do STF na ADI 1842, conferindo segurança jurídica para a implantação de modelos de regionalização que atraiam a titularidade do serviço ao Estado.

- b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor;**

A prestação do serviço de saneamento básico envolve acompanhamento pelas agências reguladoras, obtenção de licenças ambientais e atendimento de parâmetros de potabilidade (abastecimento de água) e de lançamento dos efluentes (esgotamento sanitário).

- c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

Como já dito, o desenvolvimento das atividades da Casan demanda preço ajuste com o ente federado titular do serviço.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:
- i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos
  - ii. em favor de partidos políticos
  - iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não se aplica

## 1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

### 1.7 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor;
- b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor.

Não se aplica a CASAN, pois esta não desenvolve atividades em outros países.

## **1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira**

**1.8 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor.**

Não se aplica a CASAN, pois nosso mercado é o interno.

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

**1.9 Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade;**

As informações socioambientais da Companhia são divulgadas no Relatório de Sustentabilidade Anual em conformidade com Lei 13.303 de 30 de junho de 2016.

Além disso, a companhia divulga seu Balanço Social na Nota explicativa nº 30 da Demonstração Financeira Anual 2023.

**a) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento;**

O relatório de sustentabilidade busca atender as normativas determinadas pela Global Report Initiative – GRI.

**b) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso;**

O Relatório de Sustentabilidade da Companhia não é auditado.

**c) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado;**

O Relatório de Sustentabilidade da Companhia e as informações socioambientais presentes na Demonstração Financeira Anual de 2023, estão disponíveis no site da CVM e no menu Investidores do site da CASAN ([www.casan.com.br](http://www.casan.com.br)) ou diretamente o site [ri.casan.com.br](http://ri.casan.com.br)

**d) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor;**

Em conformidade com o indicado pelo GRI, a companhia divulga sua matriz de materialidade.

**e) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor;**

O relatório considera os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, sendo o ODS 06 – Água Potável e Saneamento, o principal ODS relacionado aos negócios do emissor.

**f) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou**

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

**recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas;**

Não se aplica

- g) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas;**

A companhia realiza Inventário de Gases de Efeito Estufa. Esse documento está em adequação para divulgação no banco público de inventário de Gases de Efeito Estufa em 2024 e parte de seus resultados são apresentados no relatório de sustentabilidade.

- h) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:**
- i. a não divulgação de informações ASG;**
  - ii. a não adoção de matriz de materialidade;**
  - iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG;**
  - iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas;**
  - v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas;**
  - vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa.**

A companhia adota indicadores chave de desempenho ASG e a auditoria ou revisão das informações divulgadas está será implantada em 2025.

## 1.10 Informações de sociedade de economia mista

### 1.10 Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista

#### a) interesse público que justificou sua criação;

A CASAN nasceu da necessidade de atendimento à crescente demanda de serviços de saneamento básico que estavam a cargo do Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária - DAES. Por ser uma autarquia, o DAES tinha limitações para diversificar e especializar suas atividades e não conseguia responder com agilidade às exigências de uma população que crescia.

Entre as dificuldades, estava o acesso a uma nova fonte de recursos que surgia com a criação do Banco Nacional de Habitação - BNH, organização que tinha por função capitalizar e distribuir verbas, provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, especificamente para fins de saneamento. O BNH exigia garantias rigorosas para conceder financiamentos, como a reformulação dos órgãos estaduais, de modo a atender à execução do Plano Nacional de Saneamento - PLANASA.

Em 1967 o Banco Nacional de Habitação (BNH) divulgou um estudo sobre os principais problemas do setor de saneamento no Brasil, destacando:

- (a) déficit de 50% no abastecimento de água e de 70% no serviço de esgoto;
- (b) oferta insuficiente para suprir aumentos constantes da demanda;
- (c) falta de coordenação dos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pelo setor;
- (d) existência de redes coletoras de esgoto que não levavam em consideração a poluição hídrica;
- (e) insuficiência nos recursos financeiros disponíveis.

Já em 1970, o Plano de Metas e Bases para Ação do Governo lançado pelo presidente Médici cunhou o título Década do Saneamento Básico às atividades realizadas no setor. A pretensão era oferecer, até 1980, serviços de água e de esgoto a 80% e a 50% da população brasileira, respectivamente.

Em 1971, o governo federal estabeleceu o Plano Nacional de Saneamento - PLANASA com os seguintes objetivos permanentes:

- (a) eliminação do déficit de saneamento básico no menor tempo e com custo mínimo;
- (b) estabelecimento de equilíbrio entre demanda e oferta dos serviços;
- (c) atendimento indiscriminado a todas as cidades brasileiras;
- (d) adoção de uma política tarifária com equilíbrio entre receita e despesa;
- (e) minimização dos custos operacionais;
- (f) incentivos à pesquisa, treinamento e à assistência técnica.

Com a criação do PLANASA, foram criadas as Companhias Estaduais de Saneamento - CEBs com objetivos de gerar expansão da oferta de água e esgotamento sanitário objetivando a sustentação financeira. As CEBs eram as entidades estaduais responsáveis

## 1.10 Informações de sociedade de economia mista

não só pela política de saneamento básico, mas também pela execução das obras e pela manutenção dos sistemas.

Neste cenário, em 1970, foi criada a CASAN e constituída em 1971, empresa de economia mista, atuando como concessionária do setor de saneamento, desenvolvendo atividades que compreendem os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, contemplando desde as atividades de planejamento e elaboração de projetos até sua execução, ampliação, comercialização e exploração dos serviços de saneamento, com a missão de fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, contribuindo de forma positiva e significativa para a vida dos catarinenses.

### **b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:**

- i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”;**

Constitui o principal objeto social da companhia a prestação de serviços de saneamento básico de qualidade, com vistas à sua universalização nos 194 municípios em que atua (atualmente 193 municípios do Estado de Santa Catarina e 1 do Estado do Paraná), sendo uma atividade que demanda operação contínua após a implantação das estruturas necessárias para disponibilização do acesso ao abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A Companhia pode ainda, na forma da Lei e instrumentos próprios, vir a promover no futuro a coleta, o transporte, o transbordo, o tratamento e o destino final de resíduos sólidos, inclusive os domésticos, os industriais e os hospitalares; e realizar, como atividade meio, o aproveitamento do potencial hidráulico de mananciais, com o fim de geração de energia elétrica, de acordo com o que estabelece o art. 106º da Lei Estadual Complementar de Santa Catarina nº 381, de 07.05.2007, e em consonância com a Lei Federal nº 11.445, de 05.01.2007, que foi recentemente atualizada pela Lei Federal nº 14.026, de 2020.

A CASAN tem como missão “Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável”, que está apoiada em quatro bases fundamentais, inter-relacionadas e complementares:

- Desenvolvimento Econômico e Social - Participar ativamente no desenvolvimento econômico e social dos municípios conveniados;
- Preservação Ambiental – Desenvolver ações de forma sustentável através da educação ambiental, recuperação e preservação do meio ambiente;
- Saúde Pública - Participar de forma pró-ativa com ações focadas na saúde ambiental e qualidade de vida da população atendida por seus serviços;
- Função Social - Cumprir seu dever para com a sociedade e pelo empreendimento público que ela representa, executando seus serviços com respeito e valorização.

## 1.10 Informações de sociedade de economia mista

Possui como política de expansão a execução dos investimentos necessários à prestação dos serviços, com enfoque no dimensionamento adequado das novas infraestruturas e na gestão sustentável das já existentes. Além disso, continuará a ser um importante objetivo da CASAN prosseguir na promoção das boas práticas, desenvolvendo soluções integradas para execução dos serviços.

Dando prosseguimento a sua política de expansão de atendimento, a CASAN segue ampliando a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, visando atender o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), no que diz respeito a universalização dos serviços, e compatibilizar as metas estabelecidas nos planos de saneamento dos municípios atendidos e a capacidade de investimento da companhia. A responsabilidade é grande já que a universalização do atendimento de esgotamento sanitário trará significativos ganhos em termos de qualidade de vida para a população catarinense.

Com esse objetivo, nos últimos 3 anos foram investidos mais de 1 bilhão de reais. E o Plano de Investimentos da CASAN segue sendo implementado conforme análises de prioridades e de viabilidades técnicas, operacionais e econômicas e prevê para os próximos 5 anos (2024 a 2028) a execução de mais de R\$ 1,2 bilhão em investimentos para contínua expansão, manutenção e melhoria dos serviços abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Em sua atuação para ampliação da cobertura urbana de esgoto, as projeções realizadas pela área técnica, com base no portfólio atual de projetos, apontam para o alcance até 2026 de um índice de cobertura de esgoto de 40%. E os anos seguintes serão de busca incessante por avançar ainda mais nessa cobertura, visando atender as metas nacionais do marco do saneamento.

- ii. **quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições;**

A execução do objeto social da companhia acontece com recursos obtidos via arrecadação das tarifas cobradas de seus clientes. Os detalhamentos dos valores de custeio estão apresentados nas demonstrações contábeis e em suas respectivas notas explicativas.

Para a execução do seu Plano de Investimentos a CASAN contou em 2023 com recursos financiados junto a AFD, JICA, Caixa Econômica Federal e com recursos próprios. Além disso, ao final do ano, foram emitidas novas debêntures para financiamento das ampliações de cobertura.

## 1.10 Informações de sociedade de economia mista

- iii. **estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas.**

Constituindo-se como instrumento empresarial do Estado de Santa Catarina para concretização das políticas públicas e de objetivos nacionais no setor, a CASAN tem como principal prioridade promover a universalidade, a continuidade, a qualidade do serviço e a sustentabilidade na prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

A Companhia busca desenvolver seu objeto social, visando alcançar os padrões de qualidade necessários de maneira igualitária em toda sua área de atuação e, assim, aplica uma tabela tarifária única, de modo a permitir a cobrança de valores equilibrados para o acesso a todos seus clientes, independentemente do local e município em que se encontrem. Essa modelagem, caracterizada pela existência de subsídios entre usuários tem seu impacto financeiro mitigado através da sustentabilidade econômico-financeira sendo equilibrada pela análise global da receita x custeio da Companhia. Além disso, como forma de facilitar o acesso aos serviços também à população mais carente do nosso Estado, a tabela tarifária possui a categoria Social, que permite o acesso aos serviços com valores iniciais com mais de 80% de desconto em relação à categoria Residencial.

Neste contexto, a Companhia continuará a desenvolver a sua atuação num quadro de racionalidade empresarial, de otimização permanente dos seus níveis de eficiência e da qualidade dos serviços prestados, respeitando padrões de qualidade e segurança.

### **c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas.**

A formação de preços da companhia é baseada na regulamentação legal a que a mesma está submetida. Desde o decreto regulamentador da Lei Federal 11.445 (novo marco regulatório do setor), a fixação tarifária não é mais de competência do poder concedente ou da prestadora de serviço, mas sim das Agências Reguladoras de Saneamento, às quais foram delegados os serviços de regulação e fiscalização, e que através da análise de dados técnicos referentes aos custos, investimentos e receitas, além de dados obtidos sobre a prestação dos serviços, realizam os estudos para definição do índice de reajuste a ser autorizado para cobrança dos usuários.

As Agências Reguladoras, quando da fixação tarifária, definem valores que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade das tarifas, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços.

A fim de auxiliar o entendimento do preconizado nas referidas Leis, detalhamos a seguir, alguns destaques de artigos legais, ligados a tarifação da Companhia:

#### ***Decreto Estadual Nº 1.035, de 25 de janeiro de 2008***

Estabelece normas gerais de tarifação no âmbito da CASAN.

## 1.10 Informações de sociedade de economia mista

Art. 4º As tarifas obedecerão ao regime do serviço pelo custo, garantindo-se à CASAN a remuneração de até 12% (doze por cento) ao ano sobre o investimento reconhecido.

§ 1º O custo dos serviços, a ser computado na determinação da tarifa, deve ser o necessário à operação dos sistemas administrados pela CASAN e a sua viabilização econômico- financeira.

§ 2º O custo dos serviços compreende:

- I - as despesas de exploração;
- II - as quotas de depreciação, provisão para devedores e amortização de despesas;
- III - a remuneração do investimento reconhecido;
- IV - a recuperação de eventuais perdas financeiras.

Art. 5º As despesas de exploração são aquelas necessárias à prestação dos serviços pela CASAN, abrangendo as despesas de operação e manutenção, as despesas comerciais, as despesas administrativas e as despesas fiscais, excluída a previsão para o imposto de renda.

### ***Lei Federal Nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007***

Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Art. 22. São objetivos da regulação:

- I. estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;
- IV. definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

- I. de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

## 1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

**1.11 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.**

Não houve

## 1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

**1.12 Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.**

Em 17 de outubro de 2023 a CASAN publicou aviso aos acionistas informando a Homologação Parcial do Aumento de Capital: “Considerando o fim do Período de Subscrição de Sobras no âmbito do Aumento de Capital e o atingimento da Subscrição Mínima, foi realizada hoje, Reunião do Conselho de Administração que deliberou pela homologação parcial do Aumento do Capital da Companhia que será ratificado em Assembleia Geral de acionistas a ser realizada no futuro”.

Maiores informações podem ser encontradas no portal de relações com investidores:  
<https://ri.casan.com.br/documentos-divulgados/comunicados-ao-mercado-e-fatos/aviso-aos-acionistas/>

## 1.13 Acordos de acionistas

**1.13 Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.**

Não aplicável, pois não há acordo de acionistas na Companhia.

## 1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

### 1.14 Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

O ano de 2023 foi marcado pelo movimento de transição entre gestões. No primeiro trimestre a presidência da companhia foi assumida por Laudelino Bastos e em final de agosto houve uma nova troca de nomes, com o Sr. Edson Moritz assumindo o cargo de diretor-presidente.

A visão do novo presidente é de que a CASAN deve refletir as novas demandas do mundo atual, em que a única certeza é a mudança constante, assim, a transformação do negócio é um imperativo para que a companhia se torne competitiva em meio à volatilidade permanente. Nesse sentido, e aproveitando o momento de elaboração do novo Planejamento Estratégico, a diretriz norteadora é de mudança de uma cultura de manutenção do status quo para uma cultura que estimula a mudança permanente, privilegiando a execução ágil e eficaz, com simplicidade e sem silos.

A nova gestão objetiva reinventar o negócio, buscando uma mudança cultural ambiciosa e significativa no modelo de negócio, nas ações estratégicas e operacionais, tendo como base as prioridades organizacionais: performance financeira, saúde organizacional, talentos e capacidades, centrada nos clientes e na sustentabilidade.

## 1.15 Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

## 1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Número processo	Número contrato	Objeto Contrato	Valor (R\$)	Prazo (Dias)	Data Início	Data Vencimento	Empresa
PL 187/2023	EOC 1361/2023	Execução de obras civis para implantação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) - Rio Tavares - Complementação, com fornecimento de materiais e equipamentos.	61.077.777,77	1002	27/10/2023	25/07/2026	CONSÓRCIO ETE RIO TAVARES
DL 073/2023	PS 1310/2023	Prestação de Serviços, de gerenciamento e fornecimento de créditos de vale-alimentação e vale-refeição na forma de cartões eletrônicos e/ou magnéticos com tecnologia de chip de inserção ou aproximação para a CASAN, em caráter emergencial.	38.920.168,60	180	05/11/2023	03/05/2024	GREEN CARD S/A - REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS
PL 205/2022	STE 2786/2023	Serviços Técnicos Especializados para fornecimento, instalação, treinamento e pré-operação de Estação de Tratamento de Água - ETA pré-fabricada, em aço inox, para o município de Araquari/SC	29.950.000,00	630	03/04/2023	23/12/2024	GRATT INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA
PL 135/2023	FM 8168/2023	Fornecimento de produto químico - cloreto de polialumínio (PAC).	29.850.000,00	365	08/08/2023	07/08/2024	AMBIENTALY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
PL 56/2023	FM 8083/2023	Fornecimento de produtos químicos cloro gás, peças e serviços de manutenção em cilindros de cloro.	21.534.228,60	730	09/05/2023	08/05/2025	HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA
PL 311/2022	EOC 1344/2023	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES do município de Curitiba/SC - Complementação da 1ª Etapa - Rede Coletora	14.440.000,00	840	20/03/2023	07/07/2025	CONSÓRCIO GKF/DALBA-CURITIBANOS

**Legenda**

PL	Procedimento Licitatório
DL	Dispensa de Licitação
FM	Fornecimento de Material
STE	Serviço Técnico Especializado
PS	Prestação de Serviço
EOC	Empreitada de Obras Civis

## 1.16 Outras informações relevantes

### 1.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2.1 Os diretores devem comentar sobre:

#### a) condições financeiras e patrimoniais gerais.

No exercício de 2023, a CASAN auferiu receita de aproximadamente R\$1,8 bilhão (16% superior ao ano anterior). Do total da receita apurada, 78% decorre dos serviços de abastecimento de água.

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$1,5 bilhão em 2023, um incremento de 17% em relação ao exercício anterior. Contribuíram para essa elevação, entre outros fatores, os incrementos observados nas despesas com precatórios, recomposição de pavimentação e indenizações a terceiros. Parte desses gastos está relacionada ao rompimento de um reservatório da Companhia, evento que ocorreu em setembro de 2023. Nos custos, as principais elevações foram observadas em serviços de manutenção e operação, materiais de tratamento, recomposição de pavimentação e custos com pessoal, cujas variações são exploradas com mais detalhe na letra “h” deste item. A inflação também contribuiu, de modo geral, para os incrementos dos gastos com materiais e serviços contratados, com a folha de pagamento e encargos trabalhistas e com os juros dos refinanciamentos tributários.

Da mesma forma, observou-se elevação de 87% na despesa financeira líquida da Companhia, que foi apurada em aproximadamente R\$182 milhões no ano de 2023. Contribuíram para isso a ampliação das despesas com juros referentes aos financiamentos, decorrente de novas contratações de CCBs e da emissão de debêntures.

Esses fatores conduziram à redução de 45% no resultado líquido do exercício, que passou de aproximadamente R\$92 milhões em 2022 para cerca de R\$51 milhões em 2023.

O quadro a seguir apresenta os resultados dos indicadores econômico-financeiros nos últimos exercícios.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

INDICADORES	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Ativo Total (AT)	3.326.896	3.559.018	3.767.464	3.907.671	4.343.394	5.015.791
Patrimônio Líquido (PL)	1.246.082	1.257.038	1.324.157	1.671.985	1.860.910	2.003.578
Receita Operacional Líquida (ROL)	1.085.552	1.124.024	1.143.679	1.217.771	1.409.964	1.634.101
Lucro Líquido (LL)	(119.225)	119.686	112.504	134.950	91.990	50.743
Endividamento Geral ((PC + PNC - RD)/AT)	0,62	0,64	0,64	0,57	0,57	0,60
EBITDA	18.797	364.821	393.527	401.145	367.397	466.283
EBIT	(67.064)	271.269	277.228	278.595	236.213	259.003
Geração de Caixa	100.850	350.954	353.739	293.313	304.071	460.261
Endividamento Financeiro (EFT/AT)	0,35	0,36	0,39	0,36	0,38	0,43
Endividamento Curto Prazo (EFCP/EFT)	0,24	0,09	0,17	0,10	0,18	0,16
Margem Bruta (LB/ROL)	55,78%	55,08%	50,85%	49,62%	44,37%	41,80%
Margem Operacional (LO/ROL)	-18,04%	16,11%	14,69%	16,14%	9,69%	4,73%
Margem Líquida (LL/ROL)	-10,98%	10,65%	9,84%	11,08%	6,52%	3,11%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	1,73%	32,46%	34,41%	32,94%	26,06%	28,53%
Rentabilidade Patrimonial (LL/(PL + RD))	-9,42%	9,38%	8,37%	7,98%	4,90%	2,51%
Liquidez Geral ((AC + ARLP)/(PC + PNC - RD))	0,61	0,59	0,54	0,60	0,63	0,66
Liquidez Corrente (AC/PC)	0,87	1,32	0,87	1,08	0,76	1,25
Dívida Líquida / EBITDA	57,5	3,1	3,5	3,4	4,5	3,7
Impostos/Receita Bruta <sup>1</sup>	9,32%	13,12%	14,70%	14,40%	12,74%	10,74%

<sup>1</sup>Impostos: PASEP + COFINS + IR + CSLL.

Obs.1: Para fins de Análise de Balanço, a Receita Diferida (antigo Resultado de Exercícios Futuros) deve ser retirada do Passivo Não Circulante e incluída no Patrimônio Líquido.

Obs.2: Em 2018 os resultados e os indicadores econômicos foram afetados pelas despesas relacionadas ao Plano de Demissão Voluntária Incentivada.

Obs.3: Em 2023, o Ativo Financeiro de Contrato foi desmembrado do Ativo Intangível, o que impactou no resultado da Liquidez Geral. Ajustamos toda a série histórica em razão dessa alteração.

Obs.4: O indicador Dívida Líquida / EBITDA foi ajustado pela inclusão do arrendamento mercantil.

Analisando o quadro acima é possível verificar no ano de 2023 o bom desempenho dos indicadores Ativo Total, Patrimônio Líquido, Receita Operacional Líquida, EBITDA, EBIT, Geração de Caixa, Endividamento de Curto Prazo, Margem EBITDA, Liquidez Geral e Corrente, Dívida Líquida/EBITDA e Impostos/Receita Bruta que apresentaram evolução em relação aos resultados de 2022. Os demais indicadores finalizaram 2023 com resultados aquém dos verificados no ano anterior.

### b) estrutura de capital

Apresentada em detalhes nas demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas.

### c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Os indicadores tradicionalmente utilizados para contextualizar a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros são os quocientes das dívidas bruta e líquida em relação ao EBITDA.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O EBITDA pode ser utilizado para verificar a geração operacional de caixa, ou seja, quanto a CASAN gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos.

A tabela a seguir indica a evolução dessas relações nos três últimos exercícios:

### 2.1 – c – Relação Dívida Líquida/EBITDA

Em milhões R\$	2021	2022	2023
Dívida Bruta	1.451.900	1.694.049	2.199.210
Caixa e aplicações financeiras	94.524	52.340	455.782
Dívida Líquida	1.357.376	1.641.709	1.743.428
EBITDA	401.145	367.397	466.283
Índice Dívida Bruta/EBITDA	3,62	4,61	4,72
Índice Dívida Líquida/EBITDA	3,38	4,47	3,74

#### d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Em 2023 a CASAN dispôs dos recursos obtidos via 2ª emissão de Debêntures e contratação de CCBs, cujo objeto foi o financiamento para capital de giro. O Governo do Estado de Santa Catarina também foi um importante financiador do capital de giro da Companhia. Além disso, no ano contamos com financiadores para nosso programa de investimentos em execução, visando prioritariamente ampliação da cobertura de esgoto. Foram eles: a Caixa Econômica Federal, a AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento e a JICA - Japan International Cooperation Agency. No final do ano a Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures, no valor de R\$780 milhões, cujo foco é o reforço de caixa para manutenção das suas operações e também para ampliação dos investimentos em esgotamento sanitário.

#### e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Os Diretores destacam que a Companhia possui a capacidade de realizar operações de crédito de curto prazo através de emissões no mercado de capitais, caso surjam necessidades extraordinárias de capital de giro. Para investimentos em ativos não circulantes, a Companhia planeja utilizar fontes de financiamento tradicionais do setor de saneamento com a Caixa Econômica Federal. Além disso, considera operações no mercado de capitais brasileiro e operações de crédito de longo prazo com bancos de fomento, tanto nacionais quanto internacionais, como os financiamentos com o Banco Europeu de Investimento (BEI) e Fonplata.

#### f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

##### i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Casan são compatíveis com os resultados das atividades e com a sua geração de caixa, estando absolutamente em dia com as obrigações assumidas nesses contratos.

### 2.1 f – EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes
	31/12/ 2023	31/12/ 2022	31/12/ 2023	31/12/2022	
<b>Operações no exterior:</b>					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	54.955	57.744	133.464	194.454	Nota Explicativa
Japan International Cooperation Agency - JICA	34.542	39.910	332.781	310.806	1,20% a.a.
<b>Total Operações no exterior</b>	<b>89.497</b>	<b>97.654</b>	<b>466.245</b>	<b>505.260</b>	
<b>Operações no país:</b>					
Caixa Econômica Federal – CAIXA	12.680	10.773	180.138	190.187	Nota Exp.
Debêntures	175.686	145.696	1.016.905	438.955	Nota Exp.
Banco Safra	23.591	25.271	3.917	27.417	Nota Exp.
Banco ABC	36.769	9.249	27.647	63.706	Nota Exp.
Banco do Brasil	527	9.127	109.167	38.187	Nota Exp.
Banco Santander	0	5.468	0	41.746	Nota Exp.
Banco Votorantim	0	2.681	0	41.917	Nota Exp.
<b>Total Operações no país</b>	<b>249.253</b>	<b>208.265</b>	<b>1.337.774</b>	<b>848.115</b>	
<b>Total Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>338.750</b>	<b>305.919</b>	<b>1.804.019</b>	<b>1.353.375</b>	

a. Em 31 de dezembro de 2023 os contratos de empréstimos junto a AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2022).

b. As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ano	31/12/2023
2023	327.588
2024	335.918
2025	477.479
Após 2026	1.001.784
<b>Total</b>	<b>2.142.769</b>

c. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data de fechamento, sendo 1 Euro equivalente a R\$5,3516 em 31 de dezembro de 2023 e R\$5,5694 em 31 de dezembro de 2022 e, 1 lene equivalente a R\$0,03422 em 31 de dezembro de 2023 e R\$0,03957 em 31 de dezembro de 2022.

### Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de R\$350.660 (€99.756), que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte localizados em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento é definida nas datas dos desembolsos, resultando em juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O financiamento teve prazo de carência de 5 anos. Após a carência, 10 anos de amortização, que se iniciou em 15/10/2017, sendo a última parcela em 15/04/2027. Em 07 de abril de 2021 foi assinado o 3º aditivo contratual que alterou o cronograma para o uso do recurso disponível no contrato de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$188.419 equivalente a €35.207.

### Japan International Cooperation Agency – JICA

Em 31 de março de 2010 foi realizada a contratação do financiamento junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para o Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total é de ¥12.324.000 para as obras e de ¥2.102.000 para consultoria, sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Até 31 de dezembro de 2023 a Companhia recebeu o montante de R\$384.761 (¥11.243.749) para as obras e de R\$82.879 (¥2.421.970) para consultoria. Este financiamento é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo de carência foi de 7 anos, após isso, são 19 anos de amortização. A amortização teve início em 20 de março de 2017 e finalizará em 20 de março de 2035. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$367.323 equivalente a ¥ 10.734.161.

### Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos	Vencimentos finais	31/12/2023	31/12/2022
2010	2032	16.866	17.956
2012	2034 a 2036	175.952	183.004
<b>Total</b>		<b>192.818</b>	<b>200.960</b>

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

### **Debêntures - 2ª Emissão**

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a segunda emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Em 13 de agosto de 2021 foi realizada uma nova assembleia geral dos Debenturistas para a alteração do início da amortização. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 12 de março de 2023 e a última em 14 de setembro de 2026.

A Remuneração contempla juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$449.606.

### **Debêntures Simples e Incentivada - 3ª Emissão**

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 07 de novembro de 2023 (“Aprovação Societária”), foram aprovadas, as condições da oferta pública de distribuição da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até 02 (duas) séries, da Emissora (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei de Valores Mobiliários”), sob o rito de registro automático, sob regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”), e das demais disposições legais aplicáveis (“Oferta”);

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O valor da emissão ficou em 500.000 mil (quinhentas mil) referente às Debêntures Simples da primeira série e 280.000 (duzentos e oitenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais).

Remuneração das Debêntures da Primeira Série - Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2028 e a sua amortização inicia em 16 de novembro de 2025.

O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2033 e a sua amortização inicia em 16 de maio de 2026.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$480.655 das Debêntures Simples e de R\$262.330 da Incentivada.

### **Banco Safra**

Em 30 de março de 2022, foi contratado uma CCB - Cédula de Crédito Bancário com o Banco Safra S/A no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com uma taxa de juros de 0,2304% ao mês e taxa CDI correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos CDI – “base over”, divulgadas pela B3 - S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A carência ficou de 12 meses, com vencimento inicial em 27 de março de 2023 e final em 12 de fevereiro de 2025. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$27.508.

### **Banco do Brasil**

Em 20 de Abril de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,5% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de abril de 2023 e final em 15 de março de 2027. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das debêntures foi amortizado o valor de R\$16.911 do contrato. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$22.363.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 17 de Fevereiro de 2023, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$50.000 (Cinquenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,6% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de fevereiro de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das debêntures foi amortizado o valor de R\$14.130 do contrato. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$36.044.

Em 3 de Maio de 2023, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$70.000 (Setenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,45% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de abril de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das debêntures foi amortizado o valor de R\$18.958 do contrato. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$51.287.

### **Banco ABC**

Em 31 de Maio de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extragrupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 19 de maio de 2023 e final em 28 de abril de 2027. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$39.392.

Em 23 de Dezembro de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$25.000. (Vinte e cinco milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extra grupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. Em 29 de setembro de 2023 foi realizado um aditivo do contrato prorrogando a amortização. A amortização ficou com vencimento único em 22 de novembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$25.024.

### **Banco Santander**

Em 05 de Agosto de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco Santander no valor de R\$46.600 (quarenta e seis milhões e seiscentos mil de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI/CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 4,16% a.a. pago mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 05 de agosto de 2023 e final em 05 de julho de 2027. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das Debêntures esta CCB foi quitada.

Em 20 de Janeiro de 2023, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco Santander no valor de R\$50.000 (Cinquenta milhões e seiscentos mil de reais),

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI/CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,96% a.a. pago mensalmente. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento inicial em 22 de abril de 2024 e final em 20 de janeiro de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das Debêntures esta CCB foi quitada.

### **Banco Votorantim**

Em 04 de Novembro de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco Votorantim no valor de R\$50.000 (Cinquenta milhões de reais), com encargos de 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros (Taxa DI), acrescido de 3% a.a., pago mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 04 de dezembro de 2023 e final em 03 de novembro de 2025. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das Debêntures esta CCB foi quitada.

### **Banco BBM**

Em 26 de Setembro de 2023, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco BBM no valor de R\$70.000 (Setenta milhões de reais), com juros de 100% da taxa DI, acrescido de spread de 5,5,% a.a., pago mensalmente. A amortização ficou com vencimento único em dezembro de 2023. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das Debêntures esta CCB foi quitada.

### **European Investment Bank -BEI**

Em 14 de dezembro de 2023 foi assinado o contrato de financiamento junto ao European Investment Bank – BEI, no montante de €100.000.000 (cem mil euros) que tem como objetivo realizar investimentos em águas residuais e infraestrutura hídrica em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento será definida nas datas dos desembolsos. Até 31/12/2023 não ocorreu nenhum desembolso.

### **ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras.**

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

### **iii) grau de subordinação entre as dívidas.**

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

FONTE RECURSO	Inferior a 1 ano (2024)	Superior a 1 Ano e inferior a 3 anos (2025 e 2026)	Superior a 5 anos (após 2026)	TOTAL
AFD*	53.385.664	106.771.329	28.262.084	188.419.077
JICA*	33.842.074	67.684.149	265.797.177	367.323.400
Banco ABC	36.768.712	22.117.647	5.529.412	64.415.771
Banco do Brasil	-	68.205.988	41.488.225	109.694.213
Banco Safra	23.591.013	3.916.667	-	27.507.680
CEF	12.588.188	27.558.945	152.671.132	192.818.265
Debêntures - 2ª e 3ª emissão	167.441.904	517.212.116	507.937.254	1.192.591.274
TOTAL	327.617.557	813.466.840	1.001.685.284	2.142.769.680

Fonte: GFI

\*Euro: 5,3516

\*lêne: 0,03422

**iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

**Contrato:**

CRB 1036 01M

**Agente Financiador:**

Agence Française e Developpement – AFD

**Partes:**

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, Agence Française e Developpement – AFD e Governo do Estado de Santa Catarina

**Data:**

18/10/2012

**Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:**

A Tomadora do Empréstimo não contrairá nem manterá qualquer Dívida, exceto as Dívidas Autorizadas, exceto se:

(i) O Índice de todas as Coberturas Projetadas de Serviço da Dívida, calculado para as próximas [5] datas de fechamento anuais e as [5] datas de fechamento semestrais, tomando em consideração o Endividamento adicional contemplado, são maiores do que [1.3];

(ii) O Quociente de Alavancagem, calculado para as próximas [5] datas de fechamento anuais e as [5] datas de fechamento semestrais, tomando em consideração o Endividamento adicional contemplado, são menores do que [70%].

A Tomadora do Empréstimo se compromete a notificar prontamente a Mutuante caso deva contrair outras Dívidas Autorizadas.

Sendo que:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Dívida Autorizada

significa:

- a) qualquer Dívida devida e exigível em prazo inferior a um ano, inclusive contas a pagar a fornecedores necessários no curso normal dos negócios da Tomadora do Empréstimo;
- b) Dívida a médio e longo prazo relativa ao Contrato;
- c) qualquer Dívida existente na Data da Assinatura deste Contrato, enumerada (Anexo 6 - *Empréstimos Existentes na Data da Assinatura*);
- d) qualquer nova Dívida assumida com o consentimento prévio por escrito da Mutuante.

### Índices Financeiros

A Tomadora do Empréstimo se compromete a cumprir os seguintes índices financeiros:

- (i) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida não será inferior a 1.3;
- (ii) o Quociente de Alavancagem não excederá 70%;
- (iii) o Quociente da Dívida Financeira pela EBITDA não será maior do que:
  - . 4,5 em cada data de fechamento até dezembro de 2015;
  - . 4,0 em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016;
  - . 3,5 em cada data de fechamento posterior;
- (iv) o Índice de Liquidez Corrente não será inferior a
  - . 1,25 em 31 de dezembro de 2012;
  - . 1,4 em cada data de fechamento posterior.

### **Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:**

Exceto se acordado de outra forma pela Mutuante, a Tomadora do Empréstimo se compromete a não distribuir dividendos a seus acionistas, além do valor mínimo legal. Após um período de 5 (cinco) anos, a Tomadora do Empréstimo terá o direito de distribuir dividendos ficando disposto que: (i) um Modelo Financeiro satisfatório e atualizado seja enviado pela Tomadora do Empréstimo; e (ii) tal distribuição autorizada não comprometa a situação financeira da Tomadora do Empréstimo.

### **Restrições quanto a Alienação de Ativos:**

A Tomadora do Empréstimo se compromete a não dispor de seus ativos, exceto em uma Alienação Autorizada.

Sendo:

### **Alienações Autorizadas**

Significa:

- (a) ativos que estão obsoletos ou não necessários para o projeto ou ativos que não são essenciais para o funcionamento ou desenvolvimento do negócio principal da Tomadora de Empréstimo, eliminados em condições normais de uso, ou que são vendidos, alugados, transferidos ou alienados no curso normal dos negócios da Tomadora de Empréstimo em condições normais de concorrência, ou quando a alienação seja permitida nos termos de qualquer outra disposição do presente Contrato;

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(b) ativos (incluindo, mas não limitado a ativos necessários para o Projeto), que são vendidos, alugados, transferidos ou cedidos em troca de outros ativos comparáveis ou superiores quanto ao tipo, valor, qualidade e quantidade;

c) ativos relacionados a quaisquer alterações que possam ser necessárias nos termos de uma mudança na legislação, desde que informado previamente à Mutuante sobre os ativos a serem alienados;

d) ativos que não excedam o valor total de um por cento (1%) do total de ativos da Tomadora de Empréstimo e de suas Subsidiárias determinado pelo último balanço anual auditado da Tomadora de Empréstimo;

***Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:***

Não há.

***Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:***

A alteração no controle da empresa é considerado um evento de inadimplemento.

---

***Agente Financiador:***

Caixa Econômica Federal (CEF).

***Partes:***

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e CEF – Caixa Econômica Federal.

***Data:***

30.04.2010 e 16.04.2012

***Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:***

Penhor dos direitos emergentes de contratos de concessão ou contratos programa limitados a 03 vezes o encargo mensal. Fluxo de 03 vezes o valor a ser pago no mês em cobranças na conta 7667-0; manutenção de 1 vez a cobrança mensal na conta 7661-1 que fica bloqueado até o fim do contrato e garantia fidejussória do Estado de SC.

***Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:***

Não há.

***Restrições quanto a Alienação de Ativos:***

Não há.

***Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:***

Não há.

***Restrições quanto a Alienação de Controle Societário***

Não há.

---

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

31 de dezembro de 2023

	Valor contratado	Valor utilizado	Percentual utilizado
<u>Operações no exterior:</u>			
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	350.660	350.660	100,00
Japan International Cooperation Agency - JICA	493.658	471.097	95,43
<b>Total Operações no exterior</b>	<b>844.318</b>	<b>821.757</b>	<b>195,43</b>
<u>Operações</u>			
Banco ABC	72.000	72.000	100,00
Banco do Brasil	167.000	167.000	100,00
Banco Safra	47.000	47.000	100,00
Caixa Econômica Federal - Obras	327.845	248.867	75,91
Debêntures	1.380.000	1.122.531	81,34
<b>Total Operações no país</b>	<b>1.993.845</b>	<b>1.657.398</b>	<b>83,13</b>
<b>Total Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>2.838.163</b>	<b>2.479.155</b>	<b>87,35</b>

Fonte: GFI

\* lene: 0,03422

A Companhia possui contratos de financiamento destinados a obras específicas, cujos recursos são liberados à medida que tais obras são executadas, não podendo ser utilizados para projetos que não sejam objetos do contrato (vide quadro do endividamento no item 2.1.f).

### h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2.1 h – Principais variações nas contas patrimoniais

Principais variações nas contas patrimoniais de 31/12/2023 em relação à 31/12/2022:

Balancos Patrimoniais	2023	AV	2022	AV	AH
Caixa e equivalentes de caixa	46.906.687	0,9%	351.247	0,0%	13.254%
Aplicações financeiras e títulos	408.875.498	8,2%	51.988.653	1,2%	686%
Contas a receber de clientes	283.814.938	5,7%	272.132.800	6,3%	4%
Partes relacionadas	5.899.026	0,1%	5.388.211	0,1%	9%
Estoques	130.522.822	2,6%	130.961.141	3,0%	(0%)
Impostos e contribuições antecipados/recuperar	28.269.293	0,6%	54.798.370	1,3%	(48%)
Outros	13.405.976	0,3%	16.501.367	0,4%	(19%)
<b>Ativo Circulante</b>	<b>917.694.239</b>	<b>18,3%</b>	<b>532.121.789</b>	<b>12,3%</b>	<b>72%</b>
Contas a receber de clientes	22.416.232	0,4%	27.419.355	0,6%	(18%)
Depósitos dados em garantia	108.598.147	2,2%	116.551.246	2,7%	(7%)
Ativo fiscal diferido	53.325.413	1,1%	60.611.262	1,4%	(12%)
Direito de uso de bem	45.461.914	0,9%	14.836.701	0,3%	206%
Ativo financeiro Municipalizado	5.192.732	0,1%	8.324.484	0,2%	(38%)
Ativo Financeiro de Contrato	830.929.217	16,6%	791.601.600	18,2%	5%
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>1.065.923.655</b>	<b>21,3%</b>	<b>1.019.344.648</b>	<b>23,5%</b>	<b>5%</b>
Investimentos	34.485	0,0%	34.485	0,0%	-
Imobilizado	60.935.133	1,2%	58.488.991	1,3%	4%
Intangível	1.672.526.705	33,3%	1.590.291.137	36,6%	5%
Ativo de Contrato	1.298.676.358	25,9%	1.143.112.471	26,3%	14%
<b>Ativo Permanente</b>	<b>3.032.172.681</b>	<b>60,5%</b>	<b>2.791.927.084</b>	<b>64,3%</b>	<b>9%</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>4.098.096.336</b>	<b>81,7%</b>	<b>3.811.271.732</b>	<b>87,7%</b>	<b>8%</b>
<b>Ativo</b>	<b>5.015.790.575</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.343.393.521</b>	<b>100,0%</b>	<b>15%</b>
Empréstimos e financiamentos	338.750.285	6,8%	305.918.395	7,0%	11%
Fornecedores e empreiteiros	102.918.644	2,1%	141.912.871	3,3%	(27%)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	81.878.276	1,6%	59.091.269	1,4%	39%
Plano de demissão voluntária incentivada	89.523.248	1,8%	85.872.432	2,0%	4%
Impostos e contribuições à recolher	77.873.076	1,6%	74.318.249	1,7%	5%
Dividendos propostos	12.052.625	0,2%	21.848.721	0,5%	(45%)
Contratos de Arrendamento Mercantil	28.112.088	0,6%	11.872.062	0,3%	137%
Outros	2.789.696	0,1%	3.309.683	0,1%	(16%)
<b>Passivo Circulante</b>	<b>733.897.939</b>	<b>14,6%</b>	<b>704.143.682</b>	<b>16,2%</b>	<b>4%</b>
Empréstimos e financiamentos	1.804.019.315	36,0%	1.353.375.315	31,2%	33%
Partes relacionadas	41.037.326	0,8%	27.270.585	0,6%	50%
Impostos e contribuições a recolher	77.168.542	1,5%	4.755.085	0,1%	1.523%
Plano de demissão voluntária incentivada	115.895.758	2,3%	195.678.008	4,5%	(41%)
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e participações	3.176.482	0,1%	3.176.482	0,1%	-
Provisão para contingências	77.308.735	1,5%	79.890.859	1,8%	(3%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	60.900.602	1,2%	66.186.782	1,5%	(8%)
Plano previdenciário	59.011.028	1,2%	25.124.513	0,6%	135%
Contratos de Arrendamento Mercantil	21.530.202	0,4%	4.615.390	0,1%	366%
Receita diferida	18.266.418	0,4%	18.266.418	0,4%	-
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>2.278.314.406</b>	<b>45,4%</b>	<b>1.778.339.437</b>	<b>40,9%</b>	<b>28%</b>
Capital social	1.224.547.157	24,4%	1.118.641.023	25,8%	9%
Adiantamento para futuro aumento de capital	120.000.000	2,4%	86.662.978	2,0%	38%
Reserva de reavaliação	78.423.531	1,6%	80.545.734	1,9%	(3%)
Ajuste patrimonial	73.185.881	1,5%	84.460.739	1,9%	(13%)
Reserva legal	37.424.795	0,7%	34.887.668	0,8%	-
Reserva para fundo de investimentos	503.626.449	10,0%	457.134.683	10,5%	10%
Outros resultados abrangentes (ORA)	(33.629.584)	-0,7%	(1.422.423)	0,0%	2.264%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.003.578.229</b>	<b>39,9%</b>	<b>1.860.910.402</b>	<b>42,8%</b>	<b>8%</b>
<b>Passivo</b>	<b>5.015.790.575</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.343.393.521</b>	<b>100,0%</b>	<b>15%</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### ATIVO

#### Circulante:

No ano de 2023 verificou-se a ampliação do ativo circulante em 72%. O total do grupo passou de R\$532 milhões ao final de 2022 para aproximadamente R\$918 milhões ao final de 2023. Esse acréscimo deve-se principalmente à elevação verificada nas contas Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras e títulos, em razão do recebimento dos recursos das emissões de debêntures realizadas em 2023.

#### Não Circulante

O ativo realizável a longo prazo cresceu 5% na comparação entre 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro de 2023. Esta elevação deve-se principalmente aos incrementos observados nas rubricas Direito de uso de bens e Ativo financeiro de contrato. O primeiro está relacionado à renovação dos contratos de locação registrados naquela conta. O segundo decorre da elevação do montante atribuído a bens intangíveis cuja vida útil ultrapassa os correspondentes prazos contratuais. A rubrica Ativo financeiro de contrato passou a compor as demonstrações contábeis da Companhia em 2023, evidenciando o desmembramento de valores do Intangível (do Ativo permanente).

O ativo permanente cresceu 9% no ano, alcançando R\$3 bilhões em 31 de dezembro de 2023. A elevação verificada no grupo deve-se principalmente aos incrementos de R\$155 milhões (14%) observado em Ativos de Contrato e de R\$82 milhões (5%) contabilizado no Intangível no período. Esses movimentos estão relacionados à continuidade do plano de ampliação da cobertura de água e esgoto da Companhia.

### PASSIVO

#### Circulante:

O Passivo circulante cresceu 4% no período em análise, passando de R\$704 milhões em 2022 para aproximadamente R\$734 milhões em 2023. Contribuíram para essa variação:

- a. a elevação de aproximadamente R\$33 milhões no valor a pagar no curto prazo a título de Empréstimos e financiamentos (uma elevação de 11%);
- b. o crescimento de aproximadamente R\$23 milhões (ou 39%) em obrigações trabalhistas e previdenciárias, em razão da alteração da data de pagamento dos salários dos funcionários para o início do mês seguinte;
- c. o incremento de R\$16 milhões (ou 137%) em Contratos de arrendamento mercantil, devido à renovação dos contratos de locação.

A redução de 27% (ou cerca de R\$39 milhões) em Fornecedores e empreiteiros foi ocasionada pela quitação de fornecedores em atraso.

#### Não Circulante:

O Passivo não circulante ampliou-se em 28% no período, em razão do acréscimo de aproximadamente R\$500 milhões verificado nesse grupo de 2022 para 2023. Essa elevação está relacionada às emissões de debêntures realizadas em 2023 para reforço

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de capital e giro e para execução de obras, as quais encontram-se em prazo de carência para o pagamento das suas amortizações. Também chama a atenção a elevação de 1.523% (ou R\$72 milhões) verificada em Impostos e contribuições a recolher, a qual decorre dos parcelamentos dos tributos PIS e COFINS realizados em 2023. Esses acréscimos foram parcialmente compensados pela redução nos valores devidos a título de PDVI, em razão da desaceleração da inflação incidente sobre os valores do plano e também da progressão do cronograma de indenizações.

### Patrimônio Líquido:

Em 2023, o patrimônio líquido da CASAN atingiu R\$2 bilhões, com o incremento de R\$142 milhões (8%) verificado no ano. Esse crescimento se deve, entre outros fatores, ao aumento de capital decorrente dos aportes do Governo do Estado de Santa Catarina (acrécimo de aproximadamente R\$106 milhões, ou 9%); e também ao acréscimo verificada em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital com os valores de dividendos que o governo do Estado optou por reinvestir na Companhia (adição de R\$33 milhões, ou 38%). O lucro líquido apurado no exercício também contribuiu para esse incremento, já que parcelas do resultado foram atribuídas à Reserva para fundo de investimentos e também à Reserva legal.

### 2.1.hi - Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Principais variações nas contas de resultado de 31/12/2023 em relação a 31/12/2022:

Demonstrações do Resultado	2023	AV	2022	AV	AH
Tarifas de Água	1.402.940.924	78%	1.216.288.316	78%	15%
Tarifas de Esgoto	379.372.546	21%	322.193.078	21%	18%
Outras	21.062.311	1%	17.254.719	1%	22%
<b>Receita Bruta</b>	<b>1.803.375.781</b>	<b>100%</b>	<b>1.555.736.113</b>	<b>100%</b>	<b>16%</b>
Deduções da Receita	(169.274.760)	(9%)	(145.771.826)	(9%)	16%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.634.101.021</b>	<b>91%</b>	<b>1.409.964.287</b>	<b>91%</b>	<b>16%</b>
Custo dos Serviços Prestados	(951.075.588)	(53%)	(784.342.517)	(50%)	21%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>683.025.433</b>	<b>38%</b>	<b>625.621.770</b>	<b>40%</b>	<b>9%</b>
Com Vendas	(108.377.866)	(6%)	(91.636.579)	(6%)	18%
Gerais e Administrativas	(321.356.248)	(18%)	(314.095.142)	(20%)	2%
Fiscais e Tributárias	(462.351)	(0%)	(952.164)	(0%)	(51%)
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(430.196.464)</b>	<b>(24%)</b>	<b>(406.683.885)</b>	<b>(26%)</b>	<b>6%</b>
Outras Receitas Operacionais	3.323.130	0%	18.281.475	1%	(82%)
Outras Despesas Operacionais	(5.582.023)	(0%)	(8.272.138)	(1%)	(33%)
Reversão de Provisões Cíveis e Trabalhistas	8.432.030	0%	7.265.298	0%	16%
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>6.173.137</b>	<b>0%</b>	<b>17.274.635</b>	<b>1%</b>	<b>(64%)</b>
<b>Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>259.002.105</b>	<b>14%</b>	<b>236.212.520</b>	<b>15%</b>	<b>10%</b>
Receitas Financeiras	36.854.145	2%	32.967.708	2%	12%
Despesas Financeiras	(218.691.767)	(12%)	(130.403.573)	(8%)	68%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(181.837.622)</b>	<b>(10%)</b>	<b>(97.435.865)</b>	<b>(6%)</b>	<b>87%</b>
<b>Lucro Antes do Imp. de Renda e Contr. Social</b>	<b>77.164.484</b>	<b>4%</b>	<b>138.776.655</b>	<b>9%</b>	<b>(44%)</b>
Provisão para Imposto de Renda	(17.616.143)	(1%)	(38.171.281)	(2%)	(54%)
Provisão para Contribuição Social	(6.806.136)	(0%)	(14.289.434)	(1%)	(52%)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.286.180	0%	5.494.042	0%	(4%)
Imposto de Renda e Contribuição Social Ativo Fiscal Diferido	(7.285.849)	(0%)	180.140	0%	(4.145%)
<b>Provisões de Impostos</b>	<b>(26.421.948)</b>	<b>(1%)</b>	<b>(46.786.533)</b>	<b>(3%)</b>	<b>(44%)</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>50.742.536</b>	<b>3%</b>	<b>91.990.122</b>	<b>6%</b>	<b>(45%)</b>
Quantidade de Ações	1.039.655.158		949.739.585		9%
<b>Lucro/Prejuízo por Ação</b>	<b>0,04881</b>		<b>0,09686</b>		<b>(50%)</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Receita:

A receita operacional líquida da Companhia atingiu o montante de R\$1.634 milhões, representando um crescimento de 16%. Esse crescimento pode ser atribuído, entre outros fatores, aos reajustes tarifários aprovados em julho/2022 (16,01%) e julho/2023 (6,35%) e à conclusão de algumas obras que geraram incremento de receita de esgoto.

### Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados pela CASAN em 2023 foi aproximadamente R\$167 milhões superior ao apurado no ano anterior, uma variação de 21% no período. Sua representatividade em relação à receita bruta passou de 50% em 2022, para 53% em 2023.

A elevação do montante dos custos dos serviços prestados deveu-se principalmente aos acréscimos apontados a seguir:

- a. R\$30 milhões em rubricas relacionadas às despesas de pessoal. O salário da categoria é reajustado pelo INPC, que resultou em 3,83% para o período de maio/2022 a abril/2023 (a data base da categoria é 1º de maio). Além disso, o quadro de funcionários total passou de 2592 em 2022 para 2640<sup>1</sup> em 2023;
- b. aproximadamente R\$17 milhões em serviços de manutenção e operação, o que decorre dos serviços de manutenção de centrífugas de deságue de lodo e dos serviços de dragagem de lodo para limpeza de lagoas em Itaiópolis e Barra Velha;
- c. R\$14 milhões em materiais de tratamento, reflexo, entre outros fatores: da elevação no consumo do produto químico cloreto de polialumínio - PAC, o qual tem custo superior ao produto utilizado anteriormente; do crescimento do número de estações de tratamento de esgoto em operação e também do incremento do número das ligações atendidas nas estações já em funcionamento;
- d. R\$13 milhões na rubrica recomposição de pavimentação, que aloca os recursos repassados aos municípios para essa finalidade.

### Lucro Bruto:

Como consequência do apontado acima, o lucro bruto verificado pela CASAN em 2023 foi R\$57 milhões superior ao apurado no ano anterior, ou seja, 9% maior. Como percentual da receita bruta, observou-se a redução de 40% em 2022 para 38% em 2023.

### Despesas Operacionais:

As despesas com vendas apuradas em 2023 são aproximadamente R\$17 milhões superiores ao montante verificado no ano anterior, ou seja, uma variação de 18%. Como

---

<sup>1</sup> Esses quantitativos de funcionários consideram apenas os empregados ativos e excluem os que estão à disposição da CASAN.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

percentual da receita bruta, as despesas com vendas mantiveram sua representatividade em 6%.

As despesas gerais e administrativas elevaram-se em aproximadamente R\$7 milhões em relação ao ano anterior, o que representa 2% de incremento. Como percentual da receita bruta, essas despesas tiveram sua representatividade reduzida, passando de 20% ao final de 2022 para 18% ao final de 2023. Contribuíram para essa elevação os incrementos observados em despesas com ações cíveis e trabalhistas e também as indenizações a terceiros. Parte desses gastos está relacionada ao rompimento de um reservatório da Companhia, evento que ocorreu em setembro de 2023. Essas elevações tiveram seus impactos atenuados pela redução nos gastos com o Plano de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI). A desaceleração da inflação contribuiu para esse decréscimo, bem como a progressão do cronograma de indenizações do PDVI.

As despesas fiscais e tributárias foram apuradas a valor 51% inferior em relação ao ano anterior, o que pode ser atribuído à redução do saldo devedor dos parcelamentos tributários, em razão da proximidade de sua quitação (sobre estes saldos incidem os juros).

Em 2023, as outras receitas e despesas operacionais líquidas reduziram-se em R\$11 milhões, ou em 64%, passando de uma receita líquida de R\$17 milhões em 2022 para uma receita líquida de R\$6 milhões em 2023. Esse decréscimo decorre principalmente do retorno aos valores habituais de outras receitas operacionais. Em 2022, essa rubrica foi majorada pelo registro do valor recebido da empresa Neoway, após o acordo de leniência assinado junto à Controladoria Geral do Estado.

### **Resultado Financeiro:**

O resultado financeiro compreende principalmente os juros de endividamento e as despesas cambiais e monetárias referentes às dívidas da Companhia, parcialmente compensados por receitas com rendimentos de aplicações, descontos, multas e acréscimos auferidos, sobretudo em razão de acordos firmados referentes a contas a receber.

No exercício de 2023 as despesas financeiras líquidas ampliaram-se em R\$84 milhões, sendo 87% superiores às do ano anterior. As despesas financeiras cresceram R\$88 milhões e as receitas financeiras elevaram-se em aproximadamente R\$4 milhões no período.

Houve importante incremento nas despesas financeiras em razão: dos juros incorridos nas operações de cédulas de crédito bancário - CCBs contratadas pela CASAN em 2022 e 2023; e das multas e juros referentes aos parcelamentos de PIS/COFINS efetuados pela Companhia em 2023.

### **Lucro Líquido:**

Como consequência dos valores apurados e descritos anteriormente, o lucro líquido verificado no exercício de 2023 é 45% inferior ao apurado em 2022, o que corresponde

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a uma redução de R\$41 milhões no resultado. Como percentual da receita bruta, o resultado também reduziu sua participação no período, passando de 6% para 3%.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### 2.2 - Os diretores devem comentar:

#### a) resultados das operações do emissor, em especial:

##### **i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita.**

A receita da Companhia é gerada por meio de suas atividades de prestação de serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário, as quais são decorrentes de contratos de concessão e de programa com 194 municípios: sendo 193 no Estado de Santa Catarina (65% dos municípios do Estado), e 1 município no Estado do Paraná.

Em 2023, a CASAN atendeu uma população de aproximadamente de 3 milhões de pessoas, nos 194 municípios atendidos com operação de abastecimento de água, além de fornecer água no atacado para outros seis municípios clientes, com população somada de mais de 349 mil pessoas. Com a prestação dos serviços de esgotamento sanitário a Companhia beneficiou aproximadamente 931 mil pessoas.

O crescimento da receita da Companhia está diretamente relacionado ao aumento do número de ligações atendidas e aos reajustes tarifários aplicados. No último ano, o número de ligações de água elevou-se em 2%, enquanto que as ligações de esgoto cresceram 6%. Esses incrementos decorrem dos investimentos realizados pela Companhia para ampliar a cobertura total de esgoto, que passou de 26,32% em 2022 para 27,35% em 2023, e também em decorrência do crescimento vegetativo verificado nos municípios atendidos.

Com o crescimento vegetativo e o início da operação de novos sistemas de esgotamento sanitário, em 2023, a Companhia verificou o crescimento dos volumes faturados de água e de esgoto em, respectivamente, 6% e 8%. No ano, entraram em operação os Sistemas de Esgotamento Sanitário de Barra do Sul, Ingleses (parcialmente), Catanduvás, Curitiba (parcialmente) e Itá (parcialmente).

##### **ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia auferiu R\$1.803 milhões de receitas provenientes dos seus serviços de água e esgotamento sanitário. As tarifas de água geraram receita de aproximadamente R\$1.403 milhões e as tarifas de esgoto de R\$379 milhões. As outras receitas somaram R\$21 milhões. A receita bruta auferida em 2023 foi 16% superior à verificada no exercício anterior, por consequência dos reajustes tarifários aprovados em 2022 (16,01%) e 2023 (6,35%) e da conclusão de algumas obras que geraram incremento de receita de esgoto.

Os resultados da Companhia são afetados, entre outros, pelos seguintes fatores:

- a) Crescimento (ou decréscimo) populacional do Estado de Santa Catarina;
- b) Reajustes tarifários e revisões autorizadas pelas agências reguladoras;
- c) Comportamento de consumo da população (volumes faturados);
- d) Custo dos insumos (materiais e serviços) utilizados na prestação dos seus serviços;
- e) Provisões cíveis, trabalhistas e ambientais em função das ações judiciais impetradas contra a Companhia;
- f) Financiamentos obtidos para capital de giro e para ampliação do atendimento.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### **b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

As operações da Companhia são restritas ao mercado interno, não havendo impacto da taxa de câmbio na receita operacional. A receita da Companhia varia de acordo com os reajustes tarifários obtidos e as variações verificadas no número de ligações e nos volumes faturados de água e de esgoto. O reajuste de tarifa segue as orientações estabelecidas pela Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007, que dispõe sobre as diretrizes do saneamento em âmbito nacional. Os reajustes tarifários são autorizados pelas agências reguladoras, que consideram nas suas análises a inflação do período, a variação dos custos operacionais, o volume de investimentos sendo realizado, a remuneração do capital investido e a necessidade de geração de recursos para novos investimentos. Conforme a legislação, a tarifa é reajustada uma vez ao ano, respeitando o intervalo mínimo de 12 meses entre um reajuste e outro. Além disso, a cada cinco anos a Companhia deve passar pela Revisão Tarifária, onde são verificadas possíveis ineficiências e desequilíbrios financeiros e regulatórios. A próxima revisão, que já está atrasada em razão de indenizações nas agências reguladoras, deve acontecer em 2024 e há expectativa que se concretize com a aplicação de um fator de correção positivo na tarifa.

### **c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.**

A inflação e as variações de preços incidentes sobre os insumos da Companhia são consideradas pelas agências reguladoras nos cálculos de reajuste e revisão tarifária. O impacto desses fatores ocorrem de forma relativa em decorrência da defasagem entre o período da inflação realizada e sua reposição na tarifa via reajuste, revisão ou reequilíbrio.

Já as variações na taxa de câmbio afetam diretamente os resultados financeiros da Companhia. Atualmente, a CASAN possui financiamentos externos junto à JICA e à AFD, os quais estão sujeitos às oscilações do Iene e do Euro, respectivamente.

Os juros acordados nos contratos de financiamento para realização de investimentos e também para obtenção de capital de giro impactam diretamente no resultado financeiro da CASAN. Esse impacto decorre do volume da demanda por investimentos para universalização do atendimento de esgoto.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### 2.3 Os diretores devem comentar:

#### a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Até o exercício de 2023 a Companhia tinha como prática contábil o registro dos bens vinculados aos contratos de prestação de serviços de Saneamento e os contratos firmados com base no novo marco regulatório de saneamento – Lei 11.445/07 (Contratos de Programa) no Ativo Intangível. A partir deste exercício e de acordo com o modelo bifurcado definido pelo ICPC 01 e OCPC 05, a Companhia alterou a forma de registro de todos os contratos para ativo intangível e ativo financeiro de contrato.

Com isso a Companhia passou a reconhecer os ativos financeiros dos contratos onde a vida útil dos bens ultrapassa o prazo contratual. Os ativos financeiros contratuais estão mensurados e reconhecidos pelo valor justo, onde o valor justo é igual ao valor contábil.

#### b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2023 foram auditadas pela empresa Maciel Auditores Independentes, integrante do grupo **RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S**, que emitiu parecer sem ressalva.

### OPINIÃO SEM RESSALVA

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Companhia), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Ênfase

Mudança de Prática Contábil – Bens vinculados aos contratos de concessão (Nota Explicativa 5 e)

Conforme apresentado em Nota Explicativa 5, letra “e”, até o exercício de 2023 a Companhia tinha como prática contábil o registro dos bens vinculados aos contratos de prestação de serviços de Saneamento e os contratos firmados com base no novo marco regulatório de saneamento – Lei 11.445/07 (Contratos de Programa) no Ativo Intangível. A partir deste exercício e de acordo com o modelo bifurcado definido pelo ICPC 01 e OCPC 05, a Companhia alterou a forma de registro de todos os contratos para ativo intangível e ativo financeiro de contrato. Com isso a Companhia passou a reconhecer os ativos financeiros dos contratos onde a vida útil dos bens ultrapassa o prazo contratual. Os ativos financeiros contratuais estão mensurados e reconhecidos pelo valor justo, onde o valor justo é igual ao valor contábil. Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 –

## **2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases**

Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das demonstrações contábeis entre os exercícios, a Companhia reclassificou os bens do ativo intangível do Balanço Patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para o ativo financeiro de contrato. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

**2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a) introdução ou alienação de segmento operacional.**

Não se aplica.

**b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.**

Não se aplica.

**c) eventos ou operações não usuais.**

Não houve.

## 2.5 Medições não contábeis

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a) informar o valor das medições não contábeis
- b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas
- c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não foi divulgada nenhuma medição não contábil.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### 2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não foram identificados eventos subsequentes.

## 2.7 Destinação de resultados

### 2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

#### a) regras sobre retenção de lucros

A CASAN está obrigada a manter uma reserva legal, devendo destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social até que o valor da reserva atinja 20% do capital integralizado. Porém, a Companhia não é obrigada a destinar nenhum valor à reserva legal em qualquer exercício social em que tal reserva, quando somada às reservas de capital, seja igual ou superior a 30% do capital social total. Eventuais prejuízos líquidos podem ser descontados da reserva legal. Além dessa finalidade, a reserva legal somente poderá ser utilizada para aumentar o capital social da Companhia.

A assembleia geral ordinária que tratar da destinação do lucro líquido do exercício e da distribuição de dividendos deverá reconhecer a formação da reserva legal que deliberar sobre sua destinação, observados os limites e parâmetros na Lei das Sociedades por Ações. Em caso de reversão da reserva legal para o capital, é defeso à sociedade sua utilização para o pagamento de dividendos em anos subsequentes.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma porção do lucro líquido de uma Companhia pode ser destinada à constituição de reservas discricionárias para investimentos, cujo valor é baseado em um orçamento de capital previamente apresentado pela administração da Companhia e aprovado pelos acionistas em assembleia geral. Após concluídos os devidos projetos de capital, a Companhia pode reter a reserva até que os acionistas aproveem a transferência de toda ou parte da reserva para o capital ou para a reserva de lucros acumulados.

Consoante a Lei das Sociedades por Ações, um percentual do lucro líquido pode ser destinado a uma reserva de contingência de prejuízos considerados prováveis em anos futuros. Qualquer valor assim distribuído em um ano anterior deve ser revertido no exercício social em que a perda foi antecipada, se essa perda de fato não ocorrer, ou anulado, no caso em que o prejuízo antecipado ocorrer.

#### b) regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) destinados aos acionistas, na proporção das ações que os mesmos possuírem, prevê ainda em seu art. 7º § 2º que cada ação preferencial, tem o direito ao recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária, bem como, a distribuição de quaisquer outros proventos em igualdade de condições com as ações ordinárias.

Os dividendos não reclamados reverterão em favor da Sociedade quando prescreverem, observadas as exigências legais.

#### c) periodicidade das distribuições de dividendos

O Art. 72 § 3º do Estatuto Social prevê que o dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

## 2.7 Destinação de resultados

**d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**

No Estatuto Social da Companhia não existem restrições quanto à distribuição de dividendos de qualquer espécie.

**e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui a Política de Distribuição de Dividendos, onde consta no item 3 as diretrizes no processo de distribuição dos dividendos. O documento encontra-se no sítio: <https://ri.casan.com.br/governanca-corporativa/codigos-e-politicas-da-companhia/>

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:
- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
  - ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
  - iii. contratos de construção não terminada
  - iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em 14 de dezembro de 2023 foi assinado o contrato de financiamento junto ao *European Investment Bank* – BEI, no montante de €100.000 (cem mil euros) que tem como objetivo realizar investimentos em águas residuais e infraestrutura hídrica em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento será definida nas datas dos desembolsos. Até 31/12/2023 não ocorreu nenhum desembolso.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não se aplica

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

**2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:**

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b) natureza e o propósito da operação**
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica

## 2.10 Planos de negócios

**2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a) investimentos, incluindo:**

- i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.**
- ii) fontes de financiamento dos investimentos.**
- iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

Objetivando atender as demandas legais e de seus clientes e as expectativas dos acionistas, a CASAN investiu R\$462 milhões em 2023. O quadro a seguir apresenta os valores investidos no período de 2019 a 2023, bem como as projeções para 2024.

### **Evolução dos Investimentos – 2019/2023 e Projeção 2024 - (R\$ 1.000.000)**

Distribuição dos Investimentos	Realizado					Projetado
	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Água	52	77	129	302	224	134
Esgoto	193	271	110	196	231	342
Outros	-	28	13	35	7	38
<b>Total</b>	<b>245</b>	<b>376</b>	<b>252</b>	<b>533</b>	<b>462</b>	<b>514</b>

Dando prosseguimento a sua política de expansão de atendimento, a CASAN segue ampliando a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia visa compatibilizar as metas estabelecidas nos planos de saneamento dos municípios atendidos e sua capacidade de investimento e, assim, seguir em busca da meta do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) no que diz respeito a universalização dos serviços prestados. Em 2020 foi aprovada a Lei nº 14.026/2020, que atualizou a Lei 11.445 de 2007 e é conhecida como o Novo Marco do Saneamento. Esta lei trouxe obrigações adicionais para a continuidade da atuação da CASAN, além de impor como meta de universalização o atingimento de 90% de cobertura de esgoto até o ano de 2033. Buscando a universalização, a CASAN trabalha na implementação da coleta programada do lodo de sistemas de tratamento individuais de esgoto, o que é abordado em mais detalhes na sequência deste formulário de referência. A responsabilidade é grande já que a universalização do atendimento de esgotamento sanitário trará significativos ganhos em qualidade de vida para a população catarinense.

Ao final de 2020 o Governo do Estado de Santa Catarina lançou o Planejamento Hídrico, programa que previu o financiamento estadual para a execução de obras visando a melhoria do abastecimento de água em locais impactados pela crise hídrica. Parte dos valores investidos em água no último ano reflete o cronograma desses investimentos. Esse programa foi descontinuado em 2023, com a assunção de novo governador em Santa Catarina e nova diretoria executiva na CASAN.

Para a execução do seu Plano de Investimentos a CASAN contou em 2023 com recursos da União, do Governo do Estado de Santa Catarina e de agentes financiadores nacionais (bancos) e estrangeiros (Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD e Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA), além de parcela significativa de recursos próprios, os quais são aplicados na forma de contrapartida aos recursos financiados; encargos financeiros decorrentes dos financiamentos; ou na realização integral de investimentos.

## 2.10 Planos de negócios

A CASAN entende que os principais benefícios advindos da melhoria da sua cobertura em abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário são:

- Redução com gastos em saúde por parte da população e dos municípios;
- Melhoria nos índices de qualidade de vida, mortalidade infantil e de desenvolvimento social;
- Melhoria da qualidade ambiental dos rios, lagos e mares;
- Melhoria da balneabilidade das praias do litoral catarinense, com o consequente retorno econômico pela manutenção e aumento do fluxo de turistas;
- Crescimento das oportunidades de emprego com o desenvolvimento do turismo e da atratividade econômica dos municípios;
- Perspectiva da sustentabilidade socioambiental.

**b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não se aplica

**c) novos produtos e serviços, indicando:**

**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

**ii montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

**iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Atualmente, a CASAN conta com 48 projetos em seu portfólio de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). Dentre eles, 36 estão em desenvolvimento. Dentre os 36 projetos em desenvolvimento, 28 são projetos de pesquisa executados em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FEESC) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Este universo de projetos trata sobre diversas áreas de conhecimento, passando por engenharia sanitária e ambiental, engenharia civil, biologia, arquitetura, direito, zootecnia, entre outras. Dos 36 projetos da carteira, 8 são dedicados ao desenvolvimento e inovação na CASAN, abordando desde projetos de inovação incremental (entendidos como projetos de melhoria para as áreas meio e fim da Companhia) até projetos de inovação disruptiva (e.g.: projeto de valorização do lodo produzido por ETEs e ETAs); Implantação do Building Information Modeling (BIM) na Companhia; Implantação do Modelo de Excelência em Gestão do Saneamento Ambiental (MEGSA). A carteira de projetos soma R\$ 21 milhões sendo que destes R\$ 1,3 milhões estão previstos para ser investidos em 2024.

A CASAN também busca inovar na busca por uma alternativa para prestação de serviço de Esgotamento Sanitário em pequenos municípios operados pela companhia e, em conjunto com as agências reguladoras do Estado de Santa Catarina, está desenvolvendo um piloto para a

## 2.10 Planos de negócios

implementação da coleta programada do lodo de sistemas de tratamento individuais de esgoto. Atualmente 124 municípios já demonstraram interesse no novo modal de atendimento e incorporaram em seus processos de adequação da concessão esta modalidade na sua trajetória de universalização. Demonstrando amadurecimento da ideia, a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Santa Catarina (ARIS-SC) apresentou em 2023 a Resolução Normativa nº 39 que descreve o escopo regulatório do novo serviço a ser prestado pela companhia. A companhia buscará realizar o tratamento do lodo com diferentes estratégias, dentre elas o uso de soluções baseadas na natureza (SBNs) que estão no seu rol de pesquisas aplicadas. Para o desenvolvimento do piloto a CASAN já investiu R\$100 mil para a realização do projeto executivo de uma unidade de tratamento dedicada ao lodo dos sistemas individuais que atenderá 7 municípios no extremo Oeste do estado. A obra de construção da unidade já foi contratada por um valor de R\$ 2.3 milhões e será executada no primeiro semestre de 2024. Em paralelo, a CASAN está implantando uma unidade piloto de gerenciamento de lodo de limpa fossas com a tecnologia de filtros plantados a ser instalada na ETE de Canasvieiras para avaliar estratégias operacionais. A pesquisa é realizada em conjunto com o Grupo de Estudos em Saneamento Descentralizado (GESAD) da Universidade Federal de Santa Catarina e a FEPESE e está estimada em R\$ 600 mil ao longo de 4 anos de pesquisa.

Em outro front a CASAN vem atuando na otimização das suas despesas com energia elétrica. A Companhia é uma grande consumidora de energia no Estado de Santa Catarina, com consumo médio mensal de aproximadamente 18,0 GWh. Deste montante de energia, aproximadamente 25% provêm de contratos de fornecimento de energia elétrica firmados no Ambiente de Contratação Livre, e os outros 75% provêm do mercado regulado com 68% adquirida junto à CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina e cerca de 7% supridos por outras Distribuidoras e Permissionárias. Para atingir o patamar atual, ao longo dos anos de 2022 e 2023 a CASAN investiu R\$500 mil na adequação da sua infraestrutura de forma a possibilitar a migração para o mercado livre. A intenção da companhia é manter a estratégia e ampliar a participação do mercado livre para 65% da sua demanda até o ano de 2026, inovando para reduzir uma das suas principais despesas operacionais.

Outra grande despesa da companhia está relacionada a gestão do lodo das ETEs, nesse sentido a CASAN está participando do edital Cidades Inteligentes – Subvenção Econômica do FINEP para realização de pesquisas para a valoração do lodo que contempla a construção de uma Unidade de Gestão de Lodo (UGL) por secagem solar e a realização de atividades de pesquisa com o lodo desidratado na UGL. O montante a ser investido no projeto é de R\$ 15 milhões sendo que 50% será despendido pelo FINEP.

### **d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

A CASAN, como foco no trabalho pelo bem-estar da sociedade, destaca as oportunidades ASG:

- a) Educação ambiental através da orientação e fiscalização por meio dos programas chamados “Trato Pelo Saneamento”. Os Tratos Pelo Saneamento são promovidos pela CASAN com o objetivo de combater a poluição causada pelo esgoto irregular em Santa Catarina. Em 2023, os programas desenvolvidos foram: Trato por Criciúma, Trato por Laguna, Trato pelo Araújo em São José, Trato pelo São José em Chapecó, Trato pelo Capivari em Floripa, Trato pela Lagoa em Floripa, Trato pelo Costa Norte em Floripa.
- b) Programas Socioambientais desenvolvidos em paralelo as obras de esgotamento sanitário como os PTSA - Plano de Trabalho Sócio Ambiental de Santo Amaro da Imperatriz, Rio do Sul e Florianópolis (SES Insular e SES Saco Grande).
- c) Ampliar e consolidar o engajamento das ações de educação ambiental, objetivando reduzir o uso de água, conservação e proteção do meio ambiente com a interligação adequada

## 2.10 Planos de negócios

na rede de coleta e tratamento de esgoto, contribuindo assim como ação, participação, diálogo e atuação coletiva, a partir da busca por estruturação e fortalecimento de arranjos institucionais municipais, iniciativas de planejamento e gestão na inserção de critérios ambientais na tomada de decisões, através da articulação dos seus empregados junto à instituições.

d) Formação de grupos de trabalho, interno da CASAN, para reconhecer a realidade, potencialidades e desafios próprios das regiões onde a CASAN atua e por fim definir quais caminhos serão trilhados na busca da sustentabilidade da vida, com menos exclusão e justiça ambiental.

e) Obter a regularização ambiental de diversos Sistemas de Abastecimento de Água operados pela Companhia com a implantação dos Sistemas de Tratamento de Efluentes para desaguamento e destino final do lodo (sólidos), resultantes do processo de tratamento de água;

f) Institucionalmente a Companhia deverá gerir os desafios advindos do Novo Marco do Saneamento, com a instituição das estruturas de governança das Regiões Metropolitanas para prestação regionalizada dos serviços de saneamento;

g) Consolidar a Companhia como instituição integrada aos ODS, que a partir de 2022 tornou-se signatária do Movimento ODS Santa Catarina, programa formado por instituições comprometidas com a melhoria da qualidade de vida da sociedade catarinense e que impulsiona os compromissos da ONU para o Desenvolvimento Sustentável.

## 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

**2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

### 3.1 Projeções divulgadas e premissas

#### 3.1 As projeções devem identificar:

- a) objeto da projeção
- b) período projetado e o prazo de validade da projeção
- c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
- d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável tendo em vista que não é prática da Companhia divulgar projeções.

### 3.2 Acompanhamento das projeções

**3.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:**

- a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**
- b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**
- c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não aplicável tendo em vista que não é prática da Companhia divulgar projeções.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

**4.1 Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:**

### a) emissor

#### *Aumento ou estagnação do índice de perdas físicas.*

A diferença entre os valores de água disponibilizada e de água utilizada é representada pelos índices de perdas de água. As perdas físicas são decorrentes de extravasamentos e vazamentos nas infraestruturas dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), acarretando prejuízos ao abastecimento, aumento dos custos operacionais direto e indireto, perdas de faturamento, entre outros. A Casan possui um Programa de Redução e Controle de Perdas, voltado à redução de perdas físicas e aparentes. As medidas adotadas para diminuir as perdas aparentes incluem reparar redes de distribuição e adutoras rompidas, controlar ativamente vazamentos não visíveis, implantar Distritos de Medição e Controle, melhorar a confiabilidade da medição de água produzida, adquirir equipamentos e alocar equipes especializadas em pesquisa acústica de vazamentos ocultos, automatizar o controle do nível dos reservatórios para reduzir extravasamentos, bem como controlar a pressão através da instalação de válvulas redutoras de pressão e inversores de frequência nos bombeamentos.

#### *Descontinuidade da prestação de serviços de saneamento básico nos municípios atualmente atendidos.*

A prestação dos serviços de saneamento básico é regida por prazos e metas contratualmente firmados com os municípios atendidos, cuja conformidade na execução assegura a continuidade da atuação da Companhia durante a vigência contratual. A Lei Federal nº 14.026/2020 e o Decreto Federal 10.710/2021 introduziram mudanças regulatórias significativas no setor de saneamento básico e incertezas relacionadas à prestação regionalizada de serviços de saneamento, à necessidade de revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico por parte dos municípios e às limitações impostas aos Contratos de Programa vigentes. Em decorrência dessas incertezas, caso ocorra encerramento antecipado das atividades da Casan em algum município atendido, o fluxo de caixa e o resultado econômico da Companhia serão afetados na proporção de seu porte e, havendo investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados, o pagamento da indenização poderá ser moroso.

#### *Aumento ou estagnação do índice de perdas aparentes.*

A diferença entre os valores de água disponibilizada e de água utilizada é representada pelos índices de perdas de água. As perdas aparentes (ou não físicas) se referem a volumes de água que são consumidos, mas não são contabilizados, acarretando perda de faturamento e reduzindo as receitas da Companhia. Essas perdas podem ser ocasionadas pela submedição de hidrômetros, pelo volume consumido não autorizado (fraudes), volumes relacionados a falhas no cadastro comercial e também pelos volumes de uso social quando não são oficialmente reconhecidos pela Companhia. A Casan

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

possui um Programa de Redução e Controle de Perdas, voltado à redução de perdas físicas e aparentes. As medidas adotadas para diminuir as perdas aparentes incluem monitorar e contabilizar melhor as ligações de água (especialmente de consumidores em grande escala), combater fraudes, substituir hidrômetros por outros mais sofisticados, precisos e menos sujeitos à manipulação indevida, instalar hidrômetros onde ainda não existam, realizar atualização cadastral de usuários e visitas de fiscalização, bem como supervisionar os serviços comerciais relacionados ao faturamento.

### *Atrasos na conclusão das obras de saneamento.*

As obras de saneamento demandam prazos extensos e significativo volume de recursos para sua implantação, estando sujeitas a atrasos devido a problemas nas fases de planejamento, projeto, licenciamento, licitação e execução. Eventuais atrasos na conclusão dessas obras postergam a obtenção dos benefícios socioambientais e adiam o início do recebimento das receitas previstas. Além disso, os atrasos podem aumentar custos e interferir no cronograma de cumprimento de metas e ações previstas em Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e contratos com municípios. Outro aspecto importante decorre das condições estabelecidas pelos agentes financiadores de obras de saneamento que, se desrespeitadas, poderão dar causa a cancelamentos de crédito e devoluções de montantes recebidos pela Companhia. Isso pode ocorrer, por exemplo, devido a atrasos no cronograma de execução da obra e utilização do crédito em obra diversa da autorizada pelo agente financiador.

### *Competição pela concessão de serviços de saneamento básico.*

A Lei Federal nº 14.026/2020 estabelece que a delegação da prestação de serviço por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de Contrato de Concessão mediante prévia licitação, nos termos do art. 175 da Constituição Federal, sendo vedada a sua disciplina mediante Contrato de Programa, Convênio ou outros instrumentos de natureza precária. Na participação de licitações de concessão de serviços de saneamento básico, existe a possibilidade de a Companhia não vencer o certame, por motivos como não atendimento dos requisitos de habilitação ou a apresentação de uma proposta mais vantajosa por um concorrente. Isso pode acarretar na descontinuidade da prestação dos serviços de saneamento pela Casan nos municípios atualmente atendidos ou impedir o atingimento de objetivos estratégicos relacionados à expansão da atuação da Companhia em municípios ainda não atendidos.

### *Decisões judiciais onerosas em desfavor da Companhia.*

A Casan é parte em processos administrativos e judiciais de natureza cível, ambiental, trabalhista e fiscal decorrentes do curso regular de seus negócios. Caso venha a ser proferida sentença condenatória em processo administrativo ou judicial que envolva questão relevante e valor monetário significativo não provisionado, poderá esta situação afetar negativamente os resultados econômico-financeiros da Companhia. Para minimizar essa possibilidade, busca-se um entendimento através de negociações com as partes, fazendo um acordo dentro da razoabilidade necessária e caso um acordo

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

não seja possível ou indicado a Casan orienta seus advogados para que os atos processuais sejam praticados até as últimas instâncias. Quando do trânsito em julgado, dependendo do valor da condenação e da relevância do valor da mesma, busca-se trabalhar em parceria com a Procuradoria Geral do Estado (PGE/SC).

### ***Aumento no valor das contribuições normais e extraordinárias à Casanprev, por parte da Patrocinadora.***

O regulamento do plano Casanprev, de Benefício Definido, estipula à Casan, na qualidade de Patrocinadora, dois tipos de contribuições mensais: as contribuições normais, realizada paritariamente com a contribuição do participante, equivalente à 4,6% do salário de contribuição; e as contribuições extraordinárias, destinadas ao custeio de déficits, Serviço Passado e outras finalidades não incluídas nas contribuições normais, determinadas atuarialmente. O montante das contribuições normais é influenciado pela quantidade de empregados que aderiram ao Plano, desligamentos do quadro de pessoal, reajustes salariais dos participantes do plano, flexibilização nos percentuais de contribuição dos participantes, entre outros fatores. Já as contribuições extraordinárias poderão ser necessárias caso a meta atuarial não seja atingida, indicando que a rentabilidade líquida dos investimentos realizados pela Casanprev foi insuficiente para manter o equilíbrio financeiro e atuarial do Plano. A meta atuarial é fixada anualmente pela Casanprev por ocasião da reavaliação atuarial, a qual aloca o capital de seus participantes e beneficiários de acordo com a Política de Investimentos, proposta pela Diretoria Executiva da Casanprev e aprovada por seu Conselho Deliberativo. A rentabilidade do plano é influenciada diretamente pelas tomadas de decisão na alocação de capital na composição do portfólio de investimentos, que deve considerar a liquidez necessária para honrar o passivo atuarial e gerenciar os riscos inerentes à gestão ativa do fundo. Eventuais contribuições extraordinárias provocadas por déficits atuariais podem afetar a liquidez da Companhia no exercício seguinte à emissão do Relatório Atuarial, caso o montante seja elevado e as condições para equalizar o fundo não permitam o fracionamento do déficit.

### ***Interrupção do recebimento dos recursos financeiros necessários para a execução de obras de saneamento.***

Para a execução das obras para ampliação e melhorias nos sistemas de água e de esgoto, além da utilização de recursos próprios oriundos da arrecadação, a Casan também faz uso de capital de terceiros nos empreendimentos de maior vulto, por meio de organismos de financiamento, de recursos não onerosos do Governo Federal ou ainda de recursos integrados ao Capital Social, por parte dos acionistas, os quais podem ser aplicados tanto em obras quanto na forma de contrapartida aos recursos financiados. Nos empreendimentos que dependem de recursos externos, a Casan confia recebê-los na quantia e no prazo previamente acordados. Caso a entidade responsável interrompa o repasse desses recursos financeiros, seja por decisão unilateral ou por não cumprimento de cláusula contratual por parte da Casan, seus efeitos no fluxo de caixa poderão inviabilizar a continuidade da execução de obras e afetar projeções de receita e compromissos assumidos com municípios e fornecedores. Na ocorrência de atrasos nos repasses desses recursos financeiros, a Casan pode fazer uso de mecanismos

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

financeiros, como, por exemplo, empréstimo de curto prazo, para mitigar temporariamente os efeitos no fluxo de caixa, desde que o montante esteja dentro do limite de endividamento da Companhia.

### **b) seus acionistas, em especial os acionistas controladores**

*Os acionistas da Casan podem não receber dividendos ou juros sobre capital próprio.*

Dependendo dos resultados futuros, os titulares de ações da Companhia poderão vir a não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio se a Companhia não apurar lucros. Se a distribuição dos dividendos ou juros sobre capital próprio for incompatível com a situação financeira da Companhia, o dividendo ou juros sobre capital próprio, ainda que o mínimo de 25% do lucro líquido anual, pode não ser pago.

*Volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais podem afetar adversamente a venda das ações.*

O investimento em ações em países de economia de mercados emergentes, tais como o Brasil, frequentemente envolve um risco maior do que o investimento em valores mobiliários de emissores dos principais mercados de valores mobiliários com economia mais robusta e estável. Por causa disso, tais investimentos em mercados emergentes são considerados como sendo de natureza mais especulativa. As características do mercado brasileiro de capitais, que é menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados internacionais, têm potencial de comprometer a capacidade de venda dos acionistas pelo preço e no momento por eles desejado.

### **c) suas controladas e coligadas**

Categoria não aplicável à Casan.

### **d) seus administradores**

Como principal acionista, o Estado de Santa Catarina detém poderes para determinar mudanças nas políticas operacionais e estratégicas, na estrutura organizacional, na composição da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, podendo influenciar nos negócios e no resultado econômico da Companhia.

### **e) seus fornecedores**

*Custos elevados com energia elétrica nos sistemas de abastecimento de água (SAA) e de esgotamento sanitário (SES).*

Os custos com energia elétrica possuem grande representatividade dentre os demais custos da Companhia, e podem sofrer alterações tanto em razão da elevação do consumo, quanto da alteração no valor da tarifa. O consumo de energia elétrica pode elevar-se por motivos como a expansão dos SAAs e SESs, aumento sazonal no consumo de água, entre outros. Já as alterações da tarifa podem ocorrer, transitoriamente, em

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

razão da alteração da bandeira, conforme previstos no Sistema de Bandeiras Tarifárias, vigente no país, em que a definição da bandeira decorre das condições de geração de eletricidade, especialmente associada à escassez hídrica ou ainda, anualmente, por causa de recomposição tarifária da energia elétrica. A Casan tem adotado diversas medidas para melhorar a eficiência energética em seus sistemas de água e esgotamento sanitário e também para negociar melhores tarifas de energia.

### *Interrupção no fornecimento de suprimentos e prestação de serviços contratados.*

Fatores externos, como interrupção na cadeia logística, inflação, pandemia e desvalorização do Real em relação ao Dólar, pode causar a falta de oferta de suprimentos pelo mercado ou o aumento dos seus preços, desistência por parte dos fornecedores de manter o fornecimento das Atas de Registro de Preço em andamento, atrasos na entrega de suprimentos importados, em especial materiais hidráulicos e matérias primas utilizadas pelos fornecedores para a fabricação de produtos químicos, peças e outros suprimentos, podendo afetar adversamente a operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nos municípios atendidos, na mesma medida da demanda desses suprimentos, da capacidade de armazenamento e necessidade de reposição.

### **f) seus clientes**

#### *Intermitência na distribuição de água aos usuários.*

Na prestação de seus serviços, além de respeitar os padrões de potabilidade da água, é preciso que a Companhia evite intermitências na distribuição de água aos consumidores. Tais intermitências podem ser ocasionadas pela interrupção ou queda no volume de captação de água bruta, problemas no funcionamento das Estações de Tratamento de Água (ETA) que reduzam o volume de água tratada, deficiências e problemas na reservação ou na distribuição de água tratada, intervenção de terceiros nas unidades da Casan que compõem os Sistemas de Abastecimento de Água (SAA). Além dos efeitos adversos diretos, interrupções e intermitências na distribuição de água aos usuários podem instigar a população a buscar água de outras fontes sem o devido tratamento pela Companhia, podendo ocasionar problemas à saúde pública.

#### *Elevação da perda efetiva decorrente da inadimplência.*

A inadimplência é caracterizada pela ausência de pagamento dos valores devidos à Casan no prazo de vencimento das faturas, cujo índice representa a proporção dos valores devidos em atraso em relação ao faturamento total. No âmbito geral, os motivos que podem levar a um maior índice de inadimplência são retração econômica, perda do poder aquisitivo em função de hiperinflação, pandemia, greves bancárias e o aumento da área demográfica de risco, localizada em algumas partes dos municípios atendidos que a Casan tem dificuldade de realizar a Política de Cobrança Comercial. No âmbito dos usuários da administração pública, podem haver determinações judiciais ou liminares para que a Casan dê continuidade à prestação de serviços de água e esgoto para determinados municípios e entidades, ainda que não haja remuneração pelos serviços

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

ou que haja pagamentos de valores inferiores aos estipulados pela Casan. Nesse sentido, a Companhia pode ser obrigada a continuar abastecendo água por atacado a municípios que possuem valores devidos em atraso, cujos pagamentos não estejam sendo feitos em bases regulares. Mesmo que essas situações continuem sendo questionadas judicialmente, esses fatos de negação de crédito afetam negativamente as finanças da Companhia, levando-se em conta todas as despesas operacionais envolvidas. Para mitigar a inadimplência e manter a arrecadação em um nível satisfatório em relação ao volume faturado mensalmente, a Companhia adota uma Política de Cobrança Comercial que prevê aviso de pendência financeira; aviso de corte; suspensão do abastecimento; cobrança administrativa; cadastro de usuários inadimplentes; Certidão Negativa de Débitos (CND), inibindo as pendências, principalmente, dos órgãos estaduais e municipais, exceto nos casos das liminares e nas tratativas desses órgãos com a Diretoria da Companhia; notificação extrajudicial; e cobrança judicial. Além desses procedimentos, a Companhia tem promovido programas específicos de cobrança que objetivam a recuperação de valores em atraso.

### *Problemas nas edificações dos usuários.*

Apesar de a Companhia não possuir autonomia para intervir diretamente nas edificações dos usuários, por se tratarem de propriedades particulares e estarem situadas após o hidrômetro de micromedição, que demarca o limite de nossa atuação, eventuais problemas e limitações nas estruturas podem causar ou majorar problemas na qualidade e na disponibilidade da água tratada, como ausência de reservatórios particulares de água ou, na existência deles, suas dimensões forem insuficientes, haver infiltrações ou descuidos com limpeza e desinfecção. Essas questões são avaliadas e acompanhadas pelos órgãos municipais e estaduais competentes, em observância ao Decreto Estadual 1.846/2020 e outras leis, normas e regulamentos aplicáveis.

### **g) setores da economia nos quais o emissor atue**

O governo brasileiro poderá implementar mudanças em suas políticas fiscais. Isso inclui alterações nas alíquotas de tributos e ocasionalmente, o recolhimento de contribuições temporárias relacionadas a propósitos governamentais específicos.

### **h) regulação dos setores em que o emissor atue**

#### *Novos marcos regulatórios e legais e mudanças na interpretação das leis.*

Novas leis e regulamentos e mudanças na interpretação da legislação vigente podem prejudicar a Casan de várias formas, impactando, por exemplo, nas concessões, faturamento (forma de cobrança da tarifa de esgoto, tarifa mínima de consumo de água, conceito de economias), RH, tributação, obras em andamento, operação dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAAs) e Sistemas de Esgotamento Sanitário (SESS) etc. A Casan possui uma Procuradoria Geral (PGC) que sempre age prontamente a incidentes deste fator de risco e a Direção tem tomado as devidas providências conforme cada caso.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### *Descumprimento da legislação e de regulamentos aos quais a Companhia está submetida.*

A prestação de serviços de captação, tratamento e abastecimento de água e de coleta, tratamento e disposição final de esgoto está sujeita à rígida legislação federal, estadual e municipais, voltadas à preservação ambiental e à proteção da saúde humana. Além disso, a Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos que abrangem assuntos como relações trabalhistas, licitações e contratos administrativos, governança corporativa, padrões contábeis, regulamentos de serviços comerciais, transparência pública, privacidade entre outros. Devido às características do setor em que atua, a Companhia está sujeita à fiscalização de diversos órgãos de controle externo, como as agências reguladoras (Agir, Aris, Aresc e Cisam-Sul), órgãos de controle e fiscalização (TCU, TCE, MPU, MPSC, MPT, CGE), ambientais (Ibama, Icmbio, IMA), sanitários (vigilância sanitária estadual e municipais), policiais (PF, PRF, polícia militar ambiental, delegacias de polícia), de proteção do consumidor (Procon estadual e Procons municipais) e de controle de classe (Crea, CRQ, CRC, entre outros). Eventuais descumprimentos da legislação e regulamentos aos quais a Companhia é submetida podem resultar na aplicação de multas, sanções de natureza cível, penal e administrativa, embargo de obras e de estações de tratamento de água e esgoto, suspensão das atividades, além da obrigação de indenizar danos materiais e morais eventualmente causados à população e ao meio ambiente, decorrentes da propositura de ações civis públicas e ações individuais, e de outras determinações dos órgãos de controle externo, com efeitos financeiros, reputacionais e operacionais significativos.

#### **i) países estrangeiros onde o emissor atue**

Categoria não aplicável à Casan.

#### **j) questões sociais**

### *Incidentes excepcionais de grandes proporções, como pandemias, guerras e desastres ambientais.*

Incidentes de saúde pública de grande magnitude, como ocorreu na pandemia da Covid-19, podem causar um número elevado de afastamentos por licença médica ou até mesmo a morte de pessoas, a interrupção preventiva da jornada de trabalho em determinados locais, restrições de mobilidade, isolamentos e outros tipos de bloqueios e intervenções, além de atrasos na entrega de suprimentos essenciais para o funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, cujos efeitos podem culminar na degradação da prestação dos serviços de saneamento básico à população atendida, no aumento de gastos com horas-extras e compras emergenciais, atrasos em serviços comerciais e de manutenção dos sistemas e no aumento na taxa de inadimplência por parte dos usuários, em virtude da desaceleração da economia e das limitações no deslocamento para pagamento de faturas de água em uma parcela dos usuários. A ocorrência de eventos de grande magnitude, envolvendo questões graves de saúde pública, sanitárias, socioambientais ou de outra natureza, também podem causar interrupção temporária no andamento de obras e levar os

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

governos a adotar medidas que envolvam a isenção compulsória da tarifa social, a proibição de realização de cortes nas ligações irregulares de água ou de usuários inadimplentes, entre outras ações que tenham como objetivo prioritário a garantia da continuidade do abastecimento de água à população diante de uma crise. Nessas situações excepcionais, os efeitos operacionais e financeiros na Companhia decorrem da magnitude de seus impactos diretos e indiretos, bem como da eficácia das medidas de contingência desencadeadas em resposta aos incidentes externos.

### *Migração de usuários atendidos pela tarifa residencial normal para a Tarifa Social.*

Visando universalizar a prestação de serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários, a Casan disponibiliza uma tarifa consideravelmente reduzida a usuários de baixa renda, denominada Tarifa Social. Uma migração significativa de usuários enquadrados anteriormente na tarifa residencial normal para essa tarifa diferenciada tende a reduzir a arrecadação da Companhia, ao mesmo tempo em que os custos de operação e manutenção podem ser mantidos ou aumentados. Atualmente, a Companhia possui uma rotina automática de validação das condições de enquadramento tarifário em que são convocados a cada dois anos os usuários enquadrados na Tarifa Social para comprovar a manutenção dos requisitos necessários ao benefício concedido, sob pena de cancelamento automático no caso de não comparecimento.

### *Rompimento de estruturas destinadas à reservação de água ou ao acúmulo de lodo ou de efluente.*

Nos sistemas de abastecimento de água (SAA) e de esgotamento sanitário (SES) comumente são utilizadas instalações de reserva e acumulação, como as barragens ou lagoas de acumulação de água bruta, para a regularização do volume da água captada dos mananciais; as lagoas de acumulação do lodo gerado no tratamento da água; os reservatórios de água tratada, construídos em concreto, aço, fibra ou outros materiais, que fazem parte da etapa de distribuição de água potável; as lagoas de acumulação de efluente tratado, na destinação final do processo de tratamento de esgoto sanitário; entre outras. Instalações dessa natureza estão sujeitas ao risco de rompimento, total ou parcial, podendo causar graves danos à sociedade e ao meio ambiente, ocasionados por falhas de projeto, falhas construtivas, eventos pluviométricos e outros fenômenos naturais excepcionais de alta intensidade, desgastes sem a devida manutenção, recalque, acidentes, intervenção de terceiros, entre outros fatores. Para mitigar esses riscos, a Casan possui equipes de operação treinadas e atualizadas, monitoramento permanente das previsões sobre possíveis eventos de precipitação, além de uma série de documentos normativos que visam orientar os profissionais que trabalham nos SAA e SES, dentre eles, manuais de operação e de manutenção, procedimentos operacionais padrão, planos de monitoramento e planos de emergência e contingência, resultantes do processo de gerenciamento dos riscos aos quais os SAA e SES estão sujeitos.

### *Impactos socioambientais causados pelas obras de saneamento.*

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

As obras de saneamento são implantadas ao ar livre, usualmente em vias públicas e em áreas densamente urbanizadas ou próximas da população atendida pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O risco socioambiental dessas obras é influenciado por fatores como características construtivas, consistência do projeto de engenharia, qualidade na execução das obras, eventos meteorológicos adversos, entre outros, que individualmente ou combinados, podem provocar rompimentos de estruturas, vazamentos, derramamentos de produtos, explosões ou danos à rede de água, esgoto e pluvial, aos cabos de energia elétrica e de fibra ótica e a tubulações de gás. A ocorrência desses eventos podem acarretar em impactos socioambientais variados, como prejuízos à população, danos a áreas públicas e imóveis da circunvizinhança, interrupção de serviços públicos de abastecimento de água, coleta de esgoto, fornecimento de energia elétrica e gás, telefonia e transmissão de dados, entre outros. Dentro do contexto social, na condição de contratante das empresas que executam suas obras, a Casan tem corresponsabilidade pelas condições de segurança dos trabalhadores e também pelo cumprimento das legislações trabalhistas e previdenciárias, estando sujeita à responsabilidade solidária em ações trabalhistas contra as empresas contratadas, indenizações de danos materiais e morais a terceiros, inadimplência de tributos, descarte de resíduos em locais não licenciados e descumprimento de outras legislações e regulamentos. Para mitigar estes riscos, a Casan possui equipes de engenharia e de segurança do trabalho que planejam o projeto em aderência às legislações aplicáveis; equipes de segurança e fiscalização que acompanham a execução das obras; estabelece exigências trabalhistas em contrato e procedimentos padronizados de gestão de contratos prévios à liberação dos pagamentos à contratada.

### k) questões ambientais

#### *Degradação, poluição ou contaminação das fontes de captação de água.*

A qualidade da água nos mananciais pode ser afetada por alterações meteorológicas e geológicas (como chuvas fortes, erosão da bacia hidrográfica e assoreamento do curso d'água), por contaminação do manancial (como presença de animais, mortandade de peixes, despejos domésticos e industriais, derramamento de cargas químicas e biológicas, erosão de sedimentos por dragagem, utilização de insumos agrícolas em propriedades rurais), incêndios e outros acidentes. Na ocorrência de degradação, poluição ou contaminação da água bruta captada dos mananciais, poderão haver interrupções na distribuição e redução da qualidade da água distribuída, devendo a Companhia adequar a operação e aplicar materiais adicionais de tratamento, gerando aumento nos custos de produção e possíveis transtornos à população atendida.

#### *Lacunas na regularização ambiental de sistemas de abastecimento de água (SAA) e de esgotamento sanitário (SES).*

Para operar os sistemas de abastecimento de água (SAA) e de esgotamento sanitário (SES) e cumprir sua missão organizacional, a Companhia está sujeita às rígidas legislações ambientais e de proteção da saúde humana. A não observância dessas leis e regulamentos e a ocorrência de problemas na obtenção ou renovação das licenças

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

ambientais e outorgas de uso da água necessárias podem expor a Companhia a processos administrativos, penais e civis que podem resultar na imposição de multas pelos órgãos ambientais competentes; em indenizações visando à reparação de danos materiais e morais causados à população e ao meio ambiente, decorrentes da propositura de ações civis públicas e ações individuais; em decisões dos municípios concedentes, conforme o caso, de suspender ou revogar as concessões; em condenações, no âmbito criminal, relacionadas à alegação de fornecimento de água imprópria para consumo, contaminação da água em si e também pelo desenvolvimento de atividade sem licença ambiental; em acordos de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) relacionado às medidas previstas nas ações judiciais já existentes; entre outros. Eventuais contingências oriundas de processos relacionados a alegadas infrações às normas de saúde pública e legislação ambiental podem resultar em impacto operacional, reputacional e financeiro significativo à Companhia. Nesse sentido, a Casan possui uma gerência dedicada ao Meio Ambiente (GMA), que atua preventivamente, participando de todo o processo de concepção, implantação e operação dos empreendimentos nos SAA e SES, e atua também na correção, coordenando a regularização de apontamentos encaminhados pelos órgãos de fiscalização e de controle.

### *Distribuição de água fora dos padrões mínimos de potabilidade.*

Os Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) devem funcionar em conformidade com o Anexo XX da Portaria de consolidação nº 05 de 28 de setembro de 2017 e o decreto 1.846 de 20 de dezembro de 2018 da SES/SC, garantindo que a água distribuída aos consumidores é adequada para o consumo humano. Eventuais desvios nesses parâmetros legais podem afetar a saúde da população atendida e causar contendas jurídicas, multas, processos de entidades de controle e danos à imagem da Companhia. A qualidade da água distribuída pode ser deteriorada por alterações físicas, químicas e microbiológicas caso ocorram problemas nos equipamentos e instalações que compõem o SAA, no fornecimento de energia elétrica, na logística de suprimentos e na utilização de produtos químicos durante o processo. Quando detectada alguma não conformidade na qualidade da água distribuída, os laboratórios de água da Casan abrem uma ordem de serviço aos setores operacionais de água, para que sejam realizadas manobras operacionais e/ou ações corretivas nas Estações de Tratamento de Água (ETA). Para evitar que estas desconformidades ocorram, a operação das ETA é realizada por equipe técnica qualificada, e devidamente treinada, para que as rotinas operacionais e de manutenção sejam cumpridas. Cada ETA da Casan possui uma série de documentos, que visam orientar os profissionais que ali trabalham, dentre estes podemos citar: Manual de Operação, Procedimentos Operacionais Padrão, Plano de Monitoramento e Plano de Emergência e Contingência. Além disso, faz parte da rotina da empresa, a realização de cursos e treinamentos voltados à operação e manutenção de SAA.

### *Contaminação do meio ambiente por esgoto bruto ou lançamento de efluente fora dos padrões legais em corpos receptores.*

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Os sistemas de esgotamento sanitário (SES) devem funcionar em conformidade com as legislações e regulamentações específicas, garantindo que a qualidade dos efluentes tratados sejam adequados e minimizem os impactos ambientais do lançamento em corpos receptores. Eventuais desvios nesses parâmetros legais podem afetar a saúde da população atendida e causar contendas jurídicas, multas, processos de entidades de controle e danos à imagem da Companhia. A qualidade do efluente tratado lançado pode ser deteriorada caso ocorram problemas nos equipamentos e instalações que compõem o SES, no fornecimento de energia elétrica, na logística de suprimentos e na utilização de produtos químicos durante o processo, bem como em eventos de elevada precipitação atmosférica. Além disso, a coleta e o tratamento de esgoto sanitário pode ser prejudicado no surgimento de deficiências na rede coletora de esgoto sanitário ou na ocorrência de interferências no funcionamento das estações elevatórias de esgoto, causadas por situações como subdimensionamento, obstrução ou rompimento na rede coletora de esgoto, entupimento de poço de visita ou caixa de inspeção, eventos de elevada precipitação atmosférica, interrupção no fornecimento de energia elétrica, falha eletromecânica de estações elevatórias de esgoto, defeitos imprevisíveis nas peças e equipamentos, intervenção de terceiros nas unidades da Casan que compõem o SES, entre outras situações. A Casan monitora permanentemente as previsões sobre possíveis eventos de precipitação e possui equipes adequadamente dimensionadas e treinadas para tomar as providências cabíveis na ocorrência de eventos de elevada precipitação atmosférica ou demais incidentes previstos no Plano de Emergência e Contingência de cada SES. A Casan também realiza periodicamente programas de conscientização voltados aos usuários dos SES, para que estes façam o uso adequado da rede coletora de esgoto, evitando assim descartes de materiais que causam obstrução ao longo da rede coletora. São realizadas limpezas preventivas nas redes coletoras, acompanhamento de obras de terceiros que envolvam escavação e, em casos de danos à rede coletora, cada Setor Operacional de Esgoto da Casan possui equipe própria ou terceirizada para efetuar a manutenção preventiva e corretiva no SES. Para o monitoramento, controle e manutenção dos equipamentos eletromecânicos, a Casan possui um sistema supervisorio implantado, onde é possível monitorar o funcionamento dos equipamentos de maneira remota, bem como, possui equipe eletromecânica regionalizada para prestar os serviços de manutenção de forma mais célere possível.

### **I) questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição**

#### ***Redução da disponibilidade hídrica dos mananciais de superfície e subterrâneos.***

A disponibilidade hídrica pode apresentar diversos problemas ocasionados por estiagem, aumento do consumo de água (crescimento populacional, desenvolvimento das atividades econômicas, sazonalidade etc.) e conflitos na utilização de mananciais (com concorrentes, indústrias, produtores rurais etc.), podendo causar interrupções na distribuição e redução da qualidade da água distribuída. A Casan adota medidas que permitem diagnosticar os mananciais em relação à disponibilidade hídrica, à qualidade da água e à capacidade das unidades dos sistemas de tratamento de água, desde a captação de água bruta até o tratamento, além das medidas de preservação, tais como recuperação de matas ciliares e reduções de perdas no sistema produtor. A Casan também financia e participa de programas de Educação e de Recuperação Ambiental,

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

visando à preservação dos mananciais e à conscientização da importância da água e da preservação da natureza.

##### **m) outras questões não compreendidas nos itens anteriores**

Os fatores de risco foram compreendidos nos itens anteriores.

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

### 4.2 Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

- Interrupção do recebimento dos recursos financeiros necessários para a execução de obras contratadas e em andamento.
- Aumento ou estagnação do índice de perdas físicas.
- Descontinuidade da prestação de serviços de saneamento básico nos municípios atualmente atendidos.
- Redução da disponibilidade hídrica dos mananciais de superfície e subterrâneos.
- Rompimento de estruturas destinadas à reservação de água ou ao acúmulo de lodo ou de efluente.

## 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

### 4.3 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos:

- risco de crédito
- risco de mercado
- risco operacional
- risco financeiro

#### Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Em 31 de dezembro de 2023, possuíamos contas a receber relacionadas à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no valor total de R\$ 696,6 milhões, incluindo a provisão para perdas na realização de créditos de R\$ 390,4 milhões. Desse valor, R\$ 239 milhões encontravam-se a vencer, R\$ 50 milhões encontravam-se vencidas por um período de até 90 dias, R\$ 16 milhões encontravam-se vencidas entre 90 e 180 dias.

Praticamente dois terços da população do Estado de Santa Catarina é cliente da Companhia. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, uma vez que adotamos a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência de clientes privados. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento. Todavia, do total de contas a receber, em 31 de dezembro de 2023, 21,37% são devidas pelo setor público ao qual fornecemos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Temos limitação legal para implementar cortes de abastecimento a entidades do setor público,

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

tanto na esfera federal quanto estadual e municipal. Em virtude dessas restrições, não aplicamos a política de corte no fornecimento de água para quaisquer entidades do poder público nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

Dessa forma, temos sido afetados pela inadimplência de entidades públicas tanto na esfera federal, quanto estadual e municipal.

Abaixo, os valores a receber de clientes segregados por categoria e faixa de idade dos saldos:

<b>CATEGORIA</b>	<b>A vencer</b>	<b>&lt; 90 dias</b>	<b>&gt; 90 dias e &lt; 180 dias</b>	<b>&gt; 180 dias e &lt; 720 dias</b>	<b>&gt; 720 dias</b>	<b>Total</b>
Comercial	26.465	5.273	1.947	12.092	35.073	80.850
Industrial	4.032	643	214	1.022	5.799	11.710
Pública	19.345	5.517	3.182	16.286	104.586	148.916
Residencial	113.846	39.449	10.797	44.301	171.284	379.677
Consumo a faturar	75.521	-	-	-	-	75.521
	239.209	50.882	16.140	73.701	316.742	696.674
PCLD	-	-	-	(73.701)	(316.742)	(390.443)
<b>Total Contas a Receber</b>	<b>239.209</b>	<b>50.882</b>	<b>16.140</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>306.231</b>

#### Risco de mercado:

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;

Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela CASAN;

Risco Financeiro: Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona ao pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para acionistas.

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

#### Risco operacional:

Pode ser definido como uma medida das perdas potenciais no setor de água e saneamento no caso de seus sistemas, práticas e controles internos não serem capazes de resistir a falhas humanas naturais ou de equipamentos. O risco operacional engloba vários riscos, como:

- Risco de equipamentos: relacionado às falhas nos seus equipamentos/sistemas de captação/coleta, tratamento, distribuição/disposição final; além dos equipamentos/sistemas administrativos;
- Risco de obsolescência: referente à desclassificação tecnológica dos materiais e equipamentos, motivada pela aparição de exemplares mais modernos;
- Risco de erro não intencional: relativa à negligência, falta de concentração no trabalho, falta de informações etc.;
- Risco de fraudes, furtos ou roubos: traduzido como negligência de controles internos, negligência de fiscalização comercial, aceitação de “incentivos” de clientes, ligações clandestinas;
- Risco de qualificação: relacionada à qualificação inapropriada dos funcionários;
- Risco de serviços: relativo ao não atendimento das expectativas e das necessidades dos consumidores com relação aos serviços prestados;
- Risco de regulamentação/regulação: trata-se do risco de ocorrer a expedição de novos instrumentos legais e normativos ou a alteração dos já existentes, incluindo os emitidos pelas agências reguladoras, que dificultem o atendimento das novas regras pela Companhia;
- Risco de concentração: referente à não diversificação adequada dos fornecedores;
- Risco sistêmico: relaciona-se às alterações substanciais no ambiente operacional;
- Risco de catástrofe: relativo à ocorrência de catástrofes como enchentes, secas, furacões, terremotos etc.

#### Risco Financeiro:

### **4.3 Descrição dos principais riscos de mercado**

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona ao pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

**4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:**

- a) juízo
- b) instância
- c) data de instauração
- d) partes no processo
- e) valores, bens ou direitos envolvidos
- f) principais fatos
- g) resumo das decisões de mérito proferidas
- h) estágio do processo
- i) se a chance de perda é:
  - i. provável
  - ii. possível
  - iii. remota
- j) motivo pelo qual o processo é considerado relevante
- k) análise do impacto em caso de perda do processo

##### 1- Processos Trabalhistas:

Apresenta-se, a seguir, a descrição dos principais processos, nos quais a Companhia Figura como parte.

Processo nº: 7454	
Juízo	Trabalhista
Instância	2ª instância
Data de instauração	24/09/2003
Partes do processo	Aldo José Comunello e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 39.255,61
Principais fatos	Processo aguardando pagamento de precatório
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Remoto
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$39.255,61

Processo nº 20.178	
Juízo	Trabalhista
Instância	1ª instância
Data de Instauração	22/02/2010
Partes do Processo	Odilon Teodoro
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 69.800,00
Principais Fatos	Aguardando início execução
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 407.867,41

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Processo nº: 15.481	
Juízo	Trabalhista
Instância	1ª instância
Data de instauração	28/03/2005
Partes do processo	Cláudio Gruber e Outros (4) e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.491.546,46
Principais fatos	Processo em fase de execução de verbas trabalhistas. Aguardando decisão de agravo de petição
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$2.491.546,46

Processo nº: 22.702	
Juízo	Trabalhista
Instância	3ª instância
Data de instauração	09/08/2012
Partes do processo	CASAN e José Pedro do Prado França (Espólio)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 400.000,00
Principais fatos	Ação trabalhista com pedido de indenização por danos morais e materiais em face de acidente de trabalho. (trânsito)
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Remoto
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 500.000,00

Processo nº: 19.489	
Juízo	Trabalhista
Instância	1ª instância
Data de instauração	24/04/2009
Partes do processo	João Francisco Simon e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 400.000,00
Principais fatos	Processo em liquidação de verbas trabalhistas
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 1.019.705,49

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Processo nº: 7461	
Juízo	Trabalhista
Instância	2ª instância
Data de instauração	24/09/2003
Partes do processo	Laura Matina Parizzoto e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 120.000,00
Principais fatos	Processo aguardando pagamento por precatório
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Remoto
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 120.000,00

Processo nº: 6390	
Juízo	Trabalhista
Instância	1ª instância
Data de instauração	26/06/2000
Partes do processo	Luiz Carlos do Amaral e Outro e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 83.147,71
Principais fatos	Novo Cálculo elaborado pela perita judicial, após julgamento de recurso de revista e embargos no TST, execução encerrada , penhora levantada, condenação adimplida
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeira
Valor provisionado (se houver)	R\$ 83.147,71

Processo nº: 7.473	
Juízo	Trabalhista
Instância	2ª instância
Data de instauração	07/10/2003
Partes do processo	Nelson Nobre e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.025.510,82
Principais fatos	Processo aguardando pagamento de precatório
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 1.025.510,82

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Processo nº: 21.442	
Juízo	Trabalhista
Instância	2ª instância
Data de instauração	19/05/2011
Partes do processo	Ricardo José Schwaab e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.830.001,60
Principais fatos	Processo aguardando pagamento de precatório. Em discussão R\$ 500.000,00
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Remoto
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 1.830.001,60

Processo nº: 19.918	
Juízo	Trabalhista
Instância	1ª – Em execução
Data de instauração	24/09/2009
Partes do processo	Sintaema e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.504.554,54
Principais fatos	CASAN foi condenada ao pagamento de 75% do salário aos empregados afastados pelo PDVI, em oposição aos 65% e 70% que vinha pagando antes de ter mudado o regulamento para atrair mais empregados ao Programa. Discute-se em execução a legitimidade do SINTAEMA – o sindicato majoritário, de executar valores pertencentes a empregados de categorias diferenciadas: advogados, engenheiros e administradores, por exemplo.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Remoto
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 1,00

Processo nº: 20.360	
Juízo	Trabalhista
Instância	3ª instância
Data de instauração	27/04/2010
Partes do processo	Paulo Krieger e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 200.000,00

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Principais fatos	Reintegração em face de dispensa por aposentadoria
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 350.000,00

Processo nº: 31.656	
Juízo	Trabalhista
Instância	2ª instância
Data de instauração	
Partes do processo	Ministério Público do Trabalho e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000,00
Principais fatos	Aguardando decisão em recurso ordinário
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro e administrativo
Valor provisionado (se houver)	R\$ 200.000,00

Processo nº: 38.157	
Juízo	Trabalhista
Instância	2ª instância
Data de instauração	26/03/2021
Partes do processo	Sindicato dos Economistas X CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 60.000,00
Principais fatos	Processo em fase de execução
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 300.000,00

Processo nº: 38.182	
Juízo	Trabalhista
Instância	2ª instância
Data de instauração	17/03/2021
Partes do processo	Sintaema X CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.000.000,00
Principais fatos	Processo em fase de recurso
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 1.000.000,00

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Processo nº: 27.657	
Juízo	Trabalhista
Instância	2ª instância
Data de instauração	19/01/2016
Partes do processo	José Zani Xavier e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 600.000,00
Principais fatos	Início execução
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 700.000,00

Processo nº: 37.998	
Juízo	Trabalhista
Instância	2ª instância
Data de instauração	27/11/2020
Partes do processo	Sindicato dos Químicos e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 500.000,00
Principais fatos	Processo aguardando julgamento de recurso de revista
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 500.000,00

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

##### 2- Processos Cíveis

Apresenta-se, a seguir, a descrição dos principais processos cíveis (adentram cíveis, ambientais e tributários) nos quais a companhia figura como parte. Relação atualizada em março de 2019.

Processo nº: 15.713	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	04/08/2005
Partes do processo	CASAN e Carlos Euclides Marques e Outros (6)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.771.807,10
Principais fatos	<p>Indefinições demarcatórias relacionadas a desapropriação das áreas inicialmente concebidas para a construção de complexo de lagoas de estabilização no distrito dos Ingleses geraram questionamento por parte da família Marques (Ana Marques, Carlos Euclides Marques e Paulo Euclides Marques) relativamente a uma suposta área remanescente não desapropriada e, assim, fulminada em termos de valor econômico, posto que encravada em meio as demais áreas adquiridas à época, pela CASAN. O processo quantificou essa área com base em mapas topográficos elaborados pela CASAN, à época, a partir dos documentos registrais (de propriedade) e de escrituras de posse que corresponderiam àquelas áreas. Estes documentos se revelaram posteriormente dúbios, porque os desapropriados sequer conseguem regularizar o formal de partilha (o desapropriado, à época, era o Sr. Euclides dos Reis Marques, pai dos autores da demanda) e, por conseguinte, não se consegue identificar os vértices da área supostamente desapropriada indiretamente. O processo está em fase de cumprimento de sentença, regido por um termo de acordo que estabeleceu incumbências obrigacionais aos desapropriados, no tocante a regularização registral. Houve pagamento, por acordo, de R\$ 5.771.807,10, mas o prosseguimento da execução ainda é objeto de discussão, visto que os desapropriados alegam serem detentores de crédito remanescente em valores superiores a R\$ 5.000.000,00. A impugnação ao cumprimento de sentença é objeto de recursos perante os tribunais superiores, não tendo sido até o momento exitosa; na Origem, todavia, pende definição, pelo Juiz fezendário, se ainda que improcedente a impugnação, poderiam</p>

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

	os desapropriados prosseguirem com o cumprimento da sentença sem o cumprimento da contrapartida relativa a regularização registral de suas áreas. A CASAN contratou consultoria para orientar a regularização fundiária da totalidade das áreas adquiridas naquela região e, no tocante a família Marques, apurou-se que os mapas topográficos elaborados pela CASAN há mais de 20 anos estão equivocados, de modo que não haveria qualquer “área remanescente” indenizável. Isso é objeto, em paralelo, de Ação Rescisória.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 300.000,00

Processo nº: 1.726	
Juízo	Cível
Instância	Em fase de execução
Data de instauração	10/07/2002
Partes do processo	CASAN e EMPHISA
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.000.000,00
Principais fatos	Cobrança de cumprimento do contrato por valores pagos em atraso, já perdemos em primeiro e segundo grau e está e, fase de execução, sendo que o valor acima referido já foi depositado nos autos e o juiz analisará o pedido da CASAN de compensação por valores devidos pela EMPHISA.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Remoto
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 1,00

Processo nº: 15.742	
Juízo	Cível
Instância	2ª instância
Data de instauração	31/03/2004
Partes do processo	CASAN e Engevix
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 406.752,32
Principais fatos	Cobrança de cumprimento do contrato por valores pagos em atraso, sentença procedente. Está e, grau de recurso

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 229.524,81

Processo nº: 537	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	27/07/1999
Partes do processo	CASAN e ENMAR
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 846.332,00
Principais fatos	Cobrança de cumprimento do contrato por valores pagos em atraso. Houve sentença favorável em primeiro grau o Tribunal anulou a sentença e o processo foi novamente instruído. Aguardando conclusão, pois a perícia já está em andamento.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 2.294.324,48

Processo nº: 22.397	
Juízo	Cível
Instância	2ª instância
Data de instauração	31/10/2011
Partes do processo	CASAN e Doraci Souza de Oliveira
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 400.000,00
Principais fatos	Pagamento dano moral e pensão em razão do falecimento do filho da autora.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 400.000,00

Processo nº: 16.593	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	12/12/2006
Partes do processo	CASAN e Iolanda Bonelli Bittencourt
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 12.846.000,00
Principais fatos	Ação indenizatória por desapropriação

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Chance de perda (provável, possível, remoto)	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeira
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 16.916	
Juízo	Cível
Instância	Em cumprimento de sentença
Data de instauração	11/06/2003
Partes do processo	CASAN e SANESC
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.385.005,20
Principais fatos	Cobrança cumprimento do contrato por valores pagos em atraso. Sentença de procedência. Em fase de cumprimento de sentença.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 7.945.023,40 – valor executado

Processo nº: 1.572	
Juízo	Cível
Instância	1º instância
Data de instauração	07/05/2004
Partes do processo	CASAN e SANESC
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.510.278,67 (atualizado até 30/07/2017)
Principais fatos	Cobrança cumprimento do contrato por valores pagos em atraso. A Sra. Suely Soares Velloso, alegando deter direito sobre o pretensão crédito da SANESC nestes autos (por força de um termo de cessão, ingressou com os autos nº 0018888.51.2013.8.24.0023, de restauração. A sentença homologou a restauração da execução de sentença. A exequente requer R\$ 7.503.403,64, valores atualizados até 30/04/2017, enquanto que o cálculo da CASAN é de R\$ 6.510.278,67, incluindo condenação e honorários.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Remoto
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 489.929,36

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Processo nº: 17.149	
Juízo	Cível
Instância	1º instância
Data de instauração	05/01/2004
Partes do processo	CASAN e Wilson José Opolski
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.000.000,00
Principais fatos	Ação de cobrança de multa contratual. A CASAN já foi vencedora em duas instâncias.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 110.000,00

Processo nº: 17.209	
Juízo	Cível
Instância	
Data de instauração	29/03/2007
Partes do processo	CASAN e Companhia Águas de Joinville
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.912.113,03
Principais fatos	
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 0,00

Processo nº: 21.499	
Juízo	Cível
Instância	Em grau de recurso em instâncias superiores
Data de instauração	18/11/2010
Partes do processo	CASAN e Condomínio Residencial Summer Beach
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 150.000,00
Principais fatos	Sentença procedente para cessar cobrança por economias, confirmada pelo TJSC. Em grau de recurso ao STJ e STF. O condomínio ingressou com execução provisória de sentença, ocasião em que a CASAN apurou como devido pouco menos de R\$ 2.000,00, ao invés de R\$ 150.000,00 estimado pelo condomínio.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 219.480,28

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Processo nº: 539	
Juízo	Cível
Instância	2º Grau (recurso de apelação sob análise)
Data de instauração	13/08/1999
Partes do processo	CASAN e Hrobbistt II – Serviço Especializado Ltda
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 175.205,97
Principais fatos	TJ anulou a sentença para determinar que a instrução dos embargos monitórios prossiga, com a feitura da prova pericial.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 131.191,08

Processo nº: 21.821	
Juízo	Cível
Instância	1º grau
Data de instauração	02/09/2011
Partes do processo	CASAN e Outros e Katiane Orbano e Outros
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 272.500,00
Principais fatos	Indenização por danos materiais, morais, estéticos e pensão mensal, em razão de acidente de trânsito no qual é envolvido funcionário da terceirizada VT Engenharia. Aguardando sentença.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 272.500,00

Processo nº: 1.378	
Juízo	Cível
Instância	Em grau de recurso às instâncias superiores
Data de instauração	08/04/2002
Partes do processo	MPF e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.000.000,00
Principais fatos	Ação Civil Pública que visa recuperar o Rio Cubatão, em Joinville, e imputa passivo ambiental à CASAN, Município de Joinville,

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

	Cia. Águas de Joinville e obrigações fiscalizatórias à FATMA. Sentença de 1º grau afastou a CASAN do passivo ambiental, mas o acórdão do TRF4 veio a socializar os custos da despoluição do rio entre CASAN e Município. Curso em tramitação nas instâncias superiores, visando anular a decisão do TRF4.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 5.314.978,00

Processo nº: 18.178	
Juízo	Cível
Instância	1ª Instância
Data de instauração	29/02/2008
Partes do processo	Flávio José Cordeiro e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000,00
Principais fatos	Processo judicial de desapropriação de terras para as obras de esgoto do Sul da Ilha/Florianópolis "PAC". Possibilidade de aumento
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 1.500.000,00

Processo nº: 18.065	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	18/02/2008
Partes do processo	Frederico Agenor Alvares e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000,00
Principais fatos	Processo Judicial de desapropriação de terras para as obras do esgoto do Sul da Ilha/Florianópolis "PAC". Possibilidade de aumento o valor depositado, aguardando decisão do juiz.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 300.000,00

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Processo nº: 1.167	
Juízo	Cível
Instância	Já transitou em julgado
Data de instauração	04/07/2001
Partes do processo	MPSC, CASAN, FATMA e Município de Chapecó
Valores, bens ou direitos envolvidos	Obra de esgoto no bairro Vila Rica
Principais fatos	Obrigação de fazer Sistema de Tratamento de Esgoto – ETE –Bairro Vila Rica em Chapecó. *A CASAN foi Excluída da lide, pelo TJSC. Trânsito em julgado em 10/2010. Em fase de execução de sentença.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Remoto
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 18.553	
Juízo	Cível
Instância	Recurso ao STJ
Data de instauração	29/07/2008
Partes do processo	CASAN e MPE
Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Civil Pública por ineficiência dos serviços de esgoto de Catanduva, no importe de R\$ 2.000.000,00 em curso na Vara Única da Comarca de Catanduva.
Principais fatos	Ação Civil Pública por ineficiência dos serviços de coleta e tratamento de esgoto em Catanduvras, SC. Sentença de condenação para execução de obras sob pena de multa diária. Sentença anulada pelo TJ. Execução da multa cominada pelo descumprimento da tutela, autos 218.11.000179-1, valor provisório de 224.000,00.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 1.000.000,00

Processo nº: 15.739	
Juízo	Cível
Instância	Processo transitado em julgado

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Data de instauração	11/08/2009
Partes do processo	CASAN e MP
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.000.000,00
Principais fatos	A CASAN foi condenada a “regularizar, incontinenti o sistema de esgoto sanitário existente nessa cidade, realizando melhorias nas micro-bacias K, F, F1 e A (mirante), bem como melhoramentos e a manutenção nas micro-bacias C1, I, A (Rua 64), C2 e B, devendo ser respeitada nas onze bacias que compreendem o sistema de tratamento de esgoto os índices estabelecidos na Resolução n. 274 e o artigo 29 da Resolução 357, ambas do CONAMA, visando evitar nova ocorrência de poluição, no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da intimação do presente decisum”. Decisão já transitada em julgado.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Demanda já julgada com perda para a CASAN.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 1.000.000,00

Processo nº: 17.237	
Juízo	Cível
Instância	2ª instância
Data de instauração	11/07/2007
Partes do processo	CASAN e MPE
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000,00
Principais fatos	Sentença excluir a CASAN condenando o Município de Xanxerê a realizar melhorias. Aguardando decisão de apelação.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Remoto
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 16.281	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	22/02/2006
Partes do processo	CASAN e Município Baln. Camboriú

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Ordinária Prestação de Contas no importe de R\$ 40.000.000,00 em curso na Vara da Fazenda de Balneário Camboriú.
Principais fatos	Discussão o retorno das concessões
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível. Não. Sentença deferindo a indenização a ser apurado em liquidação de sentença em ação ordinária processada número 005.05.014887-5
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeira favorável à CASAN
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 16.386	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	12/11/2007
Partes do processo	CASAN e Município Camboriú
Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Ordinária Prestação de Contas no importe de R\$ 7.000.000,00 em curso na 2ª Vara Cível de Camboriú.
Principais fatos	Ação indenizatória de convênio de Concessão que encontra-se em fase pericial.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível sucesso da CASAN
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro favorável à CASAN
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 15.570	
Juízo	Cível
Instância	Cumprimento de sentença
Data de instauração	01/06/2005
Partes do processo	CASAN e MPSC
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000,00
Principais fatos	Abastecimento de água e contaminação na cidade de Rio do Oeste. Sentença condenatória e multa diária arbitrada, mas até o momento não aplicada porque a sentença vem sendo cumprida.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro, multa diária
Valor provisionado (se houver)	R\$ 100.000,00

Processo nº: 16.395	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	07/07/2003

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Partes do processo	CASAN e Município de Fraiburgo
Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Ordinária Prestação de Contas que envolvem o sistema de saneamento, em curso na Vara da Fazenda de Fraiburgo.
Principais fatos	Discussão o retorno das concessões
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível. A CASAN ingressará com ação Indenizatória, perícia apurou inexistência de Saldo não amortizado.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 21.599	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	08/11/2007
Partes do processo	CASAN e Município de Guaramirim
Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação indenizatória de convênio de Concessão R\$ 6.535.360,72
Principais fatos	Discussão acerca do retorno das Concessões. Foi determinado que os autos fossem julgados com o processo principal (026.07.000152-6) eis que trata de interdito proibitório.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível sucesso da CASAN
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro favorável à CASAN
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 16.256	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	05/09/2005
Partes do processo	CASAN e Município Itajaí
Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Ordinária Indenizatória no importe de R\$ 30.000.000,00 em curso na Vara da Fazenda de Itajaí
Principais fatos	Processo após perícia parcialmente favorável à CASAN, foi objeto de recurso.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível sucesso da CASAN
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro favorável à CASAN
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 1.539	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	04/02/2003

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Partes do processo	CASAN e Município de Itapema
Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Ordinária Indenizatória que envolve o sistema de saneamento, em curso na Vara Cível de Itapema.
Principais fatos	Ação de indenização dos valores investidos durante a concessão. Encontrando-se em fase de despacho pelo MM Juiz sobre o recebimento e citação. R\$ 10.000,00
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível sucesso da CASAN
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro favorável à CASAN
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 16.255	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	22/02/2006
Partes do processo	CASAN e Município Joinville
Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Ordinária Indenizatória no importe de R\$ 135.000.000,00 em curso na Vara da Fazenda de Joinville
Principais fatos	Discussão o retorno das Concessões. Produção de prova pericial para apuração do “quantum debeat”
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível sucesso da CASAN
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro favorável à CASAN
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 16.252	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	13/02/2006
Partes do processo	CASAN e Município de Lages
Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Ordinária Indenizatória no importe de R\$ 110.000.000,00 em curso na Vara da Fazenda de Lages.
Principais fatos	Discussão o retorno das Concessões. Houve julgamento antecipado com denegação da produção de prova pericial requerido, o que foi apreciado pelo TJSC com declaração de nulidade. Nova perícia em curso, já tendo sido apurado valores superiores a R\$ 62.000.000,00 em favor à CASAN, porém ainda não concluída.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível sucesso da CASAN

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro favorável à CASAN
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 20.314	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	
Partes do processo	CASAN e Município de Meleiro
Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Cominatória que envolve o sistema de saneamento, em curso na vara cível de Meleiro.
Principais fatos	Perícia favorável à CASAN, reconhecendo valores superiores em consonância com a metodologia defendida pelo assistente técnico da CASAN. Processo julgado improcedente, mas sentença anulada pela TJSC, para que nova perícia seja feita especificamente no que concerne as tarifas.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível sucesso da CASAN
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro favorável à CASAN
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 16.385	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	14/12/2009
Partes do processo	CASAN e Município de Navegantes
Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Ordinária Indenizatória no importe de R\$ 6.000.000,00 em curso na Vara Cível de Navegantes.
Principais fatos	Discussão o retorno das Concessões. Encontra-se na dependência judicial sobre a produção de prova pericial.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível sucesso da CASAN
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro favorável à CASAN
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 15.553	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	
Partes do processo	CASAN e Município de Navegantes

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Ordinária Indenizatória no importe de R\$ 364.599,00 em curso na Vara Cível de Navegantes.
Principais fatos	Discussão pagamento da fatura de água. Processo foi extinto sem resolução do mérito por carência de ação, motivando a CASAN a perseguir o retorno dos valores sequestrados indevidamente da conta bancária da CASAN. Matéria pendente de análise em sede de agravo de instrumento nº 2014.082014-4.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível sucesso da CASAN
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro favorável à CASAN
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 19.150	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	20/01/2009
Partes do processo	CASAN e Município de Palhoça
Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Ordinária Indenizatória no importe de R\$ 10.000.000,00 em curso na Vara Cível de Palhoça.
Principais fatos	Discussão o retorno das Concessões. Ainda em face de contestação do réu.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível sucesso da CASAN
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro favorável à CASAN
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 16.098	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	01/12/2005
Partes do processo	CASAN e Município de Papanduva
Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Ordinária Indenizatória no importe de R\$ 800.000,00 em curso na Vara Única de Papanduva.
Principais fatos	Discussão o retorno das Concessões. Em fase de produção de prova pericial.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível sucesso da CASAN
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro favorável à CASAN
Valor provisionado (se houver)	***

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Processo nº: 16.261	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	01/09/2005
Partes do processo	CASAN e Município de São João Batista
Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação indenizatória de convenio de concessão no importe de R\$ (valor do sistema municipal) em curso na Vara Cível de São João Batista.
Principais fatos	Discussão o retorno das Concessões. Encontrando-se em fase de despacho pelo MM Juiz sobre o recebimento e citação
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável sucesso da CASAN
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro favorável à CASAN
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 19.151	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	16/01/2009
Partes do processo	CASAN e Município Schroeder
Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Ordinária Indenizatória no importe de R\$ 2.000.000,00 em curso na Vara Cível de Guaramirim.
Principais fatos	Discussão o retorno das Concessões. Encontrando-se em fase de início dos trabalhos periciais.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível sucesso da CASAN
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro favorável à CASAN
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 16.342	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	13/12/2007
Partes do processo	CASAN e Município de Timbó
Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Ordinária Indenizatória no importe de R\$ 5.000.000,00 em curso na 2ª Vara Cível de Timbó.
Principais fatos	Discussão o retorno das Concessões. Julgamento antecipado com cerceamento da defesa por meio da produção de prova pericial, com sentença anulada. Processo atualmente pendente do início da perícia.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível sucesso da CASAN

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro favorável à CASAN
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 16.384	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	22/02/2006
Partes do processo	CASAN e Município de Tubarão
Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Ordinária Indenizatória no importe de R\$ 17.000.000,00 em curso na Vara da Fazenda de Tubarão
Principais fatos	Discussão o retorno das Concessões. Produção de prova pericial para apuração do “quantum debeatur”
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível sucesso da CASAN
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro favorável à CASAN
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 22.807	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	06/09/2012
Partes do processo	CASAN e Município de Florianópolis
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 42.389,82
Principais fatos	Trata-se de execução fiscal cobrando IPTU e taxa de coleta de resíduos sólidos. O valor original era de R\$ 300.798,50. Foi apresentada exceção de pré-executividade que foi julgada parcialmente procedente afastando a cobrança do IPTU. Permaneceu apenas a taxa de lixo num total de R\$ 42.389,82. Este valor foi depositado em juízo, sendo incontroverso a quantia de R\$ 27.077,75, e o restante é objeto de embargos à execução e se refere a juros e multas sobre o principal, no qual a CASAN não concorda.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável, perda exclusivamente sobre a taxa de lixo, juros e multa.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 42.389,82

Processo nº: 22.039	
Juízo	Federal
Instância	1ª instância

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Data de instauração	2009
Partes do processo	Centrais Elétricas do Rio Tigre e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	Indenização pela captação de água mantida pela Casan na barragem da PCH do Rio Tigre operacionalizada pelas Centrais Elétricas. Valor, aproximado, R\$ 2.200.000,00
Principais fatos	A CERT pugna pela cobrança da energia que alega ter deixado de produzir e supostamente teve que comprar em razão da captação de água mantida pela Casan na barragem do Rio Tigre. Perícia concluída, com resultado desfavorável, porém já impugnado. Sentença de parcial procedência. Apelação interposta, aguardando julgamento pelo TRF4.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro e operacional do SAA de Chapecó
Valor provisionado (se houver)	R\$ 3.000.000,00

Processo nº: 21.605	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	2011
Partes do processo	MPSC e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	Regularização do sistema de esgoto do Bairro Natureza em Concórdia; restituição de valores pagos pela tarifa de esgoto desde 12/2009 até a obtenção de licença ambiental para o empreendimento ou até a plena correção do sistema; compensação de danos extra patrimonial difuso no importe de R\$ 50.000,00 para o FRBL.
Principais fatos	Fase de instrução do processo
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 851	
Juízo	Federal
Instância	
Data de instauração	19/05/2000
Partes do processo	MPF e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	Passivo ambiental relacionado à concessão de Joinville.

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Principais fatos	Pendente de julgamento de Resp. Execução provisória iniciada.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 7.083.030,15

Processo nº: 19.947	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	16/01/2009
Partes do processo	Município de Florianópolis e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 571.588,12
Principais fatos	Ação de Execução de IPTU e TCRS. A Casan ofereceu um bem à penhora que foi aceito, e no momento o processo está suspenso.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Remota, uma vez que nosso Tribunal entende que a CASAN possui imunidade tributária. Provável, pois foi afastada o IPTU pela imunidade tributária, remanescendo apenas a taxa de lixo. Valor R\$ 188.489,30 provisionado para 05/2023
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 188.489,30

Processo nº: 16.382	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	15/10/1999
Partes do processo	EBV e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 416.000,00
Principais fatos	Ação de cobrança. Em fase de execução de sentença
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível, uma vez que já perdemos em primeiro grau e se encontra em fase de execução.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 800.000,00

Processo nº: 18.969	
Juízo	Cível
Instância	Aguardando sentença
Data de instauração	25/09/2008

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Partes do processo	Sulfato Rio Grandense e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 800.000,00
Principais fatos	Aguardando sentença
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável, já que se trata de análise de documentos e do convencimento do juiz.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 1.200.000,00

Processo nº: 19.839	
Juízo	Cível
Instância	1º e 2º grau
Data de instauração	02/07/2009
Partes do processo	Ivaí Engenharia de Obras S/A e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000,00
Principais fatos	Recurso julgado e sentença reformada.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável, já houve sentença favorável à CASAN, no entanto, for retomada pelo Tribunal de justiça.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 295.836,59

Processo nº: 847	
Juízo	Federal
Instância	1º e 2º Grau
Data de instauração	20/06/2000
Partes do processo	MPF e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50.000.000,00
Principais fatos	Ação Civil Pública no importe de R\$ 50.000.000,00. Valor provável de liquidação será definido em perícia, visto que se trata de obrigação de construção de ETE no Rio Vermelho, Lagoa da Conceição e Barra da Lagoa.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Aguardando julgamento do recurso
Análise do impacto em caso de perda do processo	Remota, houve sentença favorável em primeiro grau que provavelmente será mantida em segundo grau.
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 1.748	
Juízo	Federal
Instância	1º e 2º grau
Data de instauração	25/06/2003

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Partes do processo	MPF e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.000.000,00
Principais fatos	Aguardando julgamento do recurso. Valor provável de liquidação será definido em perícia, visto que o processo foi anulado sem julgamento do mérito.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Remoto. Nenhuma. As Condenações recaíram sobre o Município de Barra do Sul, que sequer se manifesta nos autos. A CASAN tem informado periodicamente, dos avanços no projeto de implantação da rede coletora com recursos da JICA.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 1.000.000,00

Processo nº: 15.253	
Juízo	Cível
Instância	
Data de instauração	04/12/2002
Partes do processo	Jacinto Manoel do Nascimento e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação de indenização. Valor no processo: R\$ 2.298.639,12. Valor provável de liquidação será definido em perícia, visto que deverá ser apurada a desvalorização do imóvel do autor.
Principais fatos	Aguardando perícia
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável. Já perdemos o processo. Estamos aguardando a perícia para apurar o valor a ser pago.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 2.298.639,12

Processo nº: 27.624	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	02/03/2015
Partes do processo	Ministério Público do Estado de Santa Catarina – Xanxerê
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 200.000,00
Principais fatos	Abastecimento contínuo do bairro Nossa Senhora de Lourdes. Recálculo das faturas questionadas administrativamente com valor exorbitante. Indenização por danos morais coletivo.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 26.247	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	11/09/2014
Partes do processo	MPSC / CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50.000,00
Principais fatos	<p>Ação Civil Pública, que busca indenização moral coletiva e devolução de valores da tarifa, em razão do desabastecimento geral entre os dias 14 a 18 de março de 2014, nos Municípios da Região Carbonífera.</p> <p>A sentença julgou procedente o pedido para condenar a CASAN no valor de R\$ 50.000,00. O MPSC recorreu da sentença, sendo que o Tribunal ainda não julgou o recurso de apelação. 11-12-2018 TJSC manteve o valor da indenização R\$ 50 mil e determinou a restituição de 4/30 do valor da tarifa de água e esgoto do mês em que houve a interrupção no fornecimento de água.</p> <p>07-03-2019: CASAN interpõe recurso especial ao STJ.</p> <p>10-05-2021: Processo Transitou em julgado, expedido precatório para pagamento da indenização no valor de R\$ 82.103,79 (10/2020).</p> <p>21-12-2023: Aguardando o pagamento da requisição de pagamento de precatório expedida.</p>
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 82.103,79

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Processo nº: 28.815	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	01/07/2016
Partes do processo	Secovi – Sul/SC X CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000,00
Principais fatos	Ação ordinária proposta pelo demandante, em que busca a restituição e a mudança na forma de cobrança da tarifa de esgoto, de todos os condomínios da região sul, alegando que a tarifa de esgoto deve corresponder a 80% do faturamento da água, em razão das perdas previstas em norma técnica da ABNT. Processo transitado em julgado. Sentença de improcedência.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Remoto8
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$1,00

Processo nº: 28.186	
Juízo	Cível
Instância	Fase de Instrução processual
Data de instauração	2015
Partes do processo	MPSC
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 200.000,00
Principais fatos	Adequação do sistema de esgoto do bairro Santa Rita.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 27.388	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	01/10/2015
Partes do processo	MPSC
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 150.000,00
Principais fatos	Ação Civil Pública, que busca indenização moral coletiva, em razão dos maus odores emitidos pela ETE do Bairro Santa Luzia.

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

	24/05/2017: Sentença julgou parcialmente e condenou a CASAN no pagamento de 150 mil reais. 14/06/2017: CASAN recorreu contra sentença, sendo que o Tribunal reformou a decisão, para reduzir a indenização ao valor de R\$ 20 mil reais. 17/06/2020: Transito em julgado. 02/07/2020 Promotoria de justiça instaurou procedimento administrativo para fiscalizar o cumprimento da decisão judicial (nº 09.2020.00003899-3) 19/01/2022: promotoria entrou com cumprimento de sentença de R\$ 39.710,03 21-12-2023: Aguardando o pagamento da requisição de pagamento de precatório expedida.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Remoto
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 0,00

Processo nº: 30.585	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	18/01/2017
Partes do processo	MPSC X Município de Laguna e CASAN
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 300.000,00
Principais fatos	Processo em fase de instrução
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Remoto
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 1.000.000,00

Processo nº: 29.275	
Juízo	Cível
Instância	1º Grau
Data de instauração	02/11/2016
Partes do processo	CASAN, Jorge Miguel Becker, Cleidi Machado Caraffini e Outros
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 330.000,00

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Principais fatos	Ação Judicial busca indenização por danos morais a coletividade de pessoas que postulam ligação de água através da instalação da infraestrutura necessária para abastecimento, considerando residirem em área de programa de habitação. Processo o qual foi declarada a incompetência. Foi remetido a outro juízo.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Remoto
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	***

Processo nº: 38.614	
Juízo	Cível
Instância	2ª instância
Data de instauração	31/08/2021
Partes do processo	CASAN, MP/SC
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.000.000,00
Principais fatos	Ação Civil Pública, quer atualmente temos em Rio do Sul, com pedido de condenação em danos morais coletivos em dez milhões de reais, além das multas arbitradas para cada item de liminar, em caso de descumprimento. Acredito que uma observação de cinco milhões de reais é prudente, por que o processo ainda poderá ser resolvido por meio de acordo ou, se não, haverá perícia e outros desdobramentos até o julgamento.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 10.000.000,00

Processo nº: 38.408	
Juízo	Cível
Instância	1ª instância
Data de instauração	20/06/2021
Partes do processo	CASAN, e Ivanor Momoli
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 609.299,00
Principais fatos	Indenização por desapropriação direta. Ação contestada. Em fase preliminar.
Chance de perda (provável, possível, remoto)	Possível

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro
Valor provisionado (se houver)	R\$ 609.299,00

## **4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes**

### **4.5 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4**

Total Provisionado: R\$ 59.573.777,28

## 4.6 Processos sigilosos relevantes

**4.6 Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos**

**a) Valores envolvidos**

**b) Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência.**

**c) valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6**

Não há processos sigilosos considerados relevantes.

## **4.7 Outras contingências relevantes**

### **4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.**

Não há outras contingências relevantes.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### 5.1 Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos aprovada pelo Conselho de Administração, porém, é uma política genérica, aplicada também aos riscos de mercado, mas não direcionada a estes de forma específica.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

#### i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para todos os riscos a que está sujeita no curso normal de suas atividades, incluindo os riscos de mercado descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência, de acordo com a política de gerenciamento de riscos descritas.

#### ii. os instrumentos utilizados para proteção

Não aplicável, pois conforme mencionado no item b acima a Companhia não mantém operações de 'hedge'.

#### iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Para gerenciamento de seus riscos de mercado a Companhia se baseia em certas diretrizes e parâmetros conforme descrito nos próximos itens.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A CASAN entende que a atual estrutura de controles internos é adequada para verificação da efetividade da política de gerenciamento dos riscos, onde a Gerência de Conformidade, Controles Internos e Gestão de Riscos – GCR, o Comitê de Auditoria Estatutário – CAE e a Assessoria de Planejamento - APL atuam de forma a minimizar a exposição de efeitos negativos de riscos em potencial que possam impactar o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### 5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

#### a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Segundo a definição do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO*, “controle interno é um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade”.

No âmbito da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, o controle interno é exercido por meio de cinco atividades básicas:

- Segurança e proteção dos ativos e arquivos de informação;
- Documentação e registros adequados;
- Segregação de funções;
- Procedimentos adequados de autorizações para o processamento das transações;
- Verificações independentes (Auditoria Interna - AUD, Auditoria Externa Independente trimestral, Comitê de Auditoria Estatutário – CAE e fiscalização por parte do Tribunal de Contas do Estado).

A Auditoria Interna tem por objetivo realizar avaliações independentes e objetivas, visando adicionar valor e melhorar as operações da Companhia, através de uma abordagem sistemática e disciplinada de avaliação da efetividade e da eficácia dos processos de gestão de riscos, controles internos, integridade, governança e da confiabilidade das demonstrações financeiras, bem como o cumprimento à legislação e regulamentação vigente.

Assim em 2023 o Plano Anual de Auditoria Interna contemplou trabalhos fundamentados em uma avaliação de risco documentada, alinhada aos objetivos e estratégias da Companhia. Os trabalhos foram conduzidos pelos Auditores em conformidade ao Manual de Auditoria Interna da CASAN e as Normas Internacionais para a prática profissional de Auditoria e compreenderam principalmente as seguintes atividades:

1. **Gerenciamento de riscos:** avaliando a eficácia e contribuindo para a melhoria dos processos de gerenciamento de riscos e dos processos de governança, bem como a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando o preparo de demonstrações financeiras da companhia;
2. **Controle:** auxiliando a organização a manter controles efetivos a partir da avaliação de sua eficácia e eficiência em respostas aos riscos;
3. **Recomendações:** propor medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados, monitorando as ações das áreas para mitigar os riscos

## 5.2 Descrição dos controles internos

relacionados.

Na opinião da Companhia, seguindo a linha de raciocínio estabelecida pelo COSO, o atual sistema de controle interno proporciona uma garantia bastante razoável sobre a realização de seus objetivos, reconhecendo que podem existir incertezas e riscos impossíveis de serem previstos com precisão absoluta.

Em relação ao quadro de pessoal, como houve a troca da Diretoria Executiva foram nomeados novos Auditores em substituição há dois auditores que foram alocados para outras áreas da Companhia, sendo a nova composição para o ano de 2023, a Auditoria Interna contou com seis empregados nomeados para o cargo de Auditor Interno, entre eles o Chefe de Auditoria. São empregados com cargos de nível superior na empresa, com mais de cinco anos de experiência na Companhia, sendo quatro administradores, um contador e um engenheiro civil. A atual estrutura mostra-se satisfatória para atender o porte organizacional e a legislação, ressaltando que a CASAN investe continuamente no aperfeiçoamento dos seus empregados, bem como nos processos de aprimoramento dos seus controles.

### b) As estruturas organizacionais envolvidas

A CASAN, conforme determina a Lei Federal 13.303/2016, em seu art. 9º, adota regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno que abrangem:

- 1º- Ação dos administradores e empregados, por meio da implementação cotidiana de práticas de controle interno;
- 2º - Área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos;
- 3º - Auditoria Interna e Comitê de Auditoria Estatutário.

Desta forma, entende-se que é adotado o modelo conhecido como Três Linhas de Defesa, sendo:

- A primeira linha de defesa constituída pelos controles internos operados por todas as pessoas que realizam atividades na Companhia e lidam diretamente com os riscos no trabalho, sob a supervisão de seus superiores imediatos.

- A segunda linha de defesa provê todo suporte, métodos e ferramentas para que a primeira linha gerencie seus riscos. Ela é constituída pela Gerência de Conformidade, Controles Internos e Gestão de Riscos (GCR) que foi criada no segundo semestre de 2018, visando promover o gerenciamento de todos os riscos que compõem o seu portfólio, de forma gradativa e sistematizada, priorizando os riscos com maior grau de exposição.

Há também outras unidades que atuam em riscos específicos como, por exemplo, Segurança do Trabalho, Políticas Operacionais de SAA e SES e demais áreas que desempenham atividades voltadas ao programa de integridade, como a Ouvidoria (OUV), formada por duas pessoas, Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias

## 5.2 Descrição dos controles internos

(CPPADS) e a Comissão Permanente de Conduta e Integridade.

- A terceira linha de defesa é a Auditoria Interna (AUD), vinculada ao Conselho de Administração, supervisionada por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, sendo responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

**c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:**

**Gerente de Conformidade, Controles Internos e Gestão de Riscos – GCR**

Paulo Silvestre Schmitt - Auditor

**Gerente de Controladoria Econômica Financeira - GCF**

Marina Godoy - Auditora

**Chefe da Auditoria Interna – AUD**

Daniel Crippa Lemos – Auditor Interno (Engenheiro Civil)

**Comitê de Auditoria Estatutário - CAE**

Carlos Rocha Velloso

Cristiane Scholz Faísca Cardoso

Eduardo Person Pardini

**d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Em 2023 não foram apontadas deficiências relevantes nos controles internos que possam vir a prejudicar a confiabilidade das demonstrações financeiras elaboradas pela CASAN.

**e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Conforme indicado no item d, não foram apontadas deficiências relevantes nos controles internos da companhia.

## **5.2 Descrição dos controles internos**

## 5.3 Programa de integridade

5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A Casan possui um Programa de Integridade, aprovado pelo Conselho de Administração e acessível em seu Portal da Transparência e no site de Relações com os Investidores, que consiste em um conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva do Código de Conduta e Integridade e demais documentos normativos com a finalidade de prevenir,

### 5.3 Programa de integridade

detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Companhia e a administração pública.

Além da responsabilidade individual de cada agente público em agir de acordo com os padrões legais e normativos, sob supervisão e orientação de seus superiores hierárquicos, o Programa de Integridade conta com unidades organizacionais que integram uma camada de defesa contra a ocorrência de fraudes e atos de corrupção, atuando no monitoramento contínuo do programa, na manutenção, divulgação e treinamento sobre o Código de Conduta e Integridade, na ampla divulgação do canal de denúncias, no recebimento e tratamento de denúncias, na investigação de casos concretos de integridade, na aplicação de sanções disciplinares, nas diligências relacionadas a terceiros, na identificação, avaliação e tratamento dos riscos de integridade, nos trabalhos de auditoria interna, entre outros. Nessa estrutura e processos de integridade, os riscos identificados são continuamente monitorados e reavaliados em frequência proporcional ao grau de exposição, sendo aqueles mais significativos reportados trimestralmente à alta administração.

As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, cujas competências são descritas no Programa de Integridade vigente, compreendem: a Diretoria Executiva, responsável por liderar as ações e supervisionar a execução das atividades desenvolvidas pelas unidades envolvidas no Programa de Integridade, visando o cumprimento de suas competências no âmbito deste Programa; a Auditoria Interna, responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras, no âmbito do Programa de Integridade; e o Conselho de Administração, responsável por promover o Programa de Integridade e supervisionar o seu funcionamento na Companhia.

#### **Código de Conduta e Integridade**

Existente na Companhia desde o ano 2015, o Código de Conduta e Integridade, aprovado pelo Conselho de Administração em agosto/2020, disponível no Portal da Transparência da Casan e no site de Relações com os Investidores, apresenta princípios éticos que consolidam os valores organizacionais e se destina a orientar o comportamento de todos os membros da organização e demais grupos de interesse relacionados à empresa, considerando a legislação pertinente e contribuindo para a resolução de eventuais conflitos de interesses.

Estão sujeitos ao Código de Conduta e Integridade todos os empregados da Casan, comissionados, servidores públicos à disposição, estagiários, jovens aprendizes, prestadores de serviços e aqueles que exercem mandato, ainda que transitoriamente, com ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação, ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo.

### 5.3 Programa de integridade

A Casan promove, anualmente, treinamentos sobre o Código de Conduta e Integridade para todos os empregados e administradores, conforme exigido pela Lei Federal nº 13.303/2016 (Estatuto jurídico da Empresa Pública e da Sociedade de Economia Mista).

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código de Conduta e Integridade são previstas no Plano de Cargos e Salários (PCS), Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e demais legislações específicas aplicáveis à Casan, sendo garantido o sigilo nos casos de averiguação de situações de descumprimento a este Código, com a devida confidencialidade das informações de modo a não haver represálias aos denunciantes por quaisquer comunicações e delações. Em todos os procedimentos disciplinares as pessoas deverão ser tratados isonomicamente, independentemente do cargo que ocupem, com aplicação de sanção proporcional à gravidade de seus atos, podendo ser advertência, suspensão de 01, 03, 06, ou 15 dias, demissão por justa causa ou exoneração, bem como devolução dos valores relativos a eventual dano ao erário, conforme legislação específica.

#### Canal de denúncias

A Ouvidoria da Casan atua desde 2008 para garantir o direito de todo cidadão de se manifestar e de receber resposta, bem como, é um canal eficaz para propor ações, com o intuito de estimular a transparência e a eficiência na prestação dos serviços.

Dentre suas prerrogativas, é papel da Ouvidoria efetuar o registro, os encaminhamentos e a resposta conclusiva, com a decisão final da área competente, de acordo com os princípios e diretrizes da Companhia.

Por meio do Sistema Fala.Br ([www.casan.com.br/ouvidoria](http://www.casan.com.br/ouvidoria)), a Ouvidoria da Casan tem a tarefa de receber, analisar e dar o encaminhamento a reclamações de serviços não atendidos pelos “Canais de Atendimento”, bem como receber, examinar e dar encaminhamento às denúncias sobre práticas consideradas ilícitas e contrárias aos interesses da Companhia, como suspeitas de fraudes, atos de corrupção, falta de ética, desvios de condutas envolvendo empregados, administradores e terceirizados, serviço este realizado de forma interna e administrativa; podendo ainda receber sugestões e elogios.

Para registrar uma manifestação na Ouvidoria da Casan, o cidadão dispõe dos seguintes canais: on-line, pelo site [www.casan.com.br/ouvidoria](http://www.casan.com.br/ouvidoria); e presencial, no endereço Rua Emílio Blum, 83, Bairro Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-010.

A Ouvidoria da Casan tem por escopo o zelo e o respeito pelo sigilo de suas informações, em conformidade com a legislação pertinente. As ocorrências que possuem o caráter de comunicação ou denúncia são precedidas pela norma constitucional, respeitando-se o sigilo do denunciante ou comunicante e todos os princípios constitucionais e devido processo legal. Em atenção ao princípio de proteção à identidade do denunciante, a plataforma utilizada pela Ouvidoria da Casan (Fala.br) permite ao demandante a escolha pela identificação, pela reserva de identidade ou pelo anonimato. Independentemente da opção, e sempre que solicitado, a Ouvidoria encaminha as manifestações às respectivas áreas, para instrução processual, sem a identificação do demandante. Caso seja indispensável para a apuração dos fatos, os dados serão abertos e o setor

### 5.3 Programa de integridade

apuratório fica responsável por proteger e restringir o acesso à identidade do demandante a terceiros.

#### Investigação e correição

No tocante às demandas tipo denúncia relacionadas à integridade, após analisados os elementos mínimos de autoria e materialidade, após o saneamento da denúncia, as manifestações são encaminhadas às áreas competentes para instrução processual e, conforme o caso concreto, remetido à Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias (CPPADS), para instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar, para investigação e os devidos procedimentos.

#### **c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

No período solicitado são 02 casos confirmados com a consequente medida corretiva:

- Portaria nº 552 de 08 de agosto 2018 – Processo Administrativo Disciplinar - Dano ao erário – Débitos registrados na contabilidade decorrentes do Processo de Tomada de Contas Especial 04/2010. - Concluiu pelo ressarcimento de R\$858,65 pelo empregado – Encerrou com a Resolução nº 508, de 21 de dezembro de 2021.
- Portaria nº 544 de 27 de outubro de 2022 - Processo Administrativo Disciplinar – Funcionário faltando injustificadamente ao trabalho - Encerrou com a Resolução nº 215 de 18 de maio de 2023. Determinou por unanimidade a aplicação da penalidade de demissão por justa causa, nos termos do art., 482, i da CLT.

## 5.4 Alterações significativas

**5.4 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

O marco legal do saneamento atualizado impôs uma série de exigências e prazos aos prestadores de serviço de saneamento básico. A atuação tempestiva da Casan e a cooperação das agências reguladoras infranacionais e da maioria dos municípios atendidos conseguiram superar desafios significativos, formalizando termos aditivos aos contratos para compatibilizá-los às exigências e prazos legais, além da certificação da capacidade econômico-financeira da Casan em honrar as metas de universalização nos municípios por ela atendidos. Entretanto, restam incertezas em relação à instituição das estruturas de governança nas regiões metropolitanas, cujo Projeto de Lei Complementar PLC/00018/2022 foi arquivado em razão do fim da legislatura.

## 5.5 Outras informações relevantes

### 5.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina</b>						
83.878.892/0001-55	Brasil	Não	Não	17/10/2023		
Não						
56.713.251	9,914	56.778.178	9,813	113.491.429	9,863	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>Estado de Santa Catarina</b>						
82.951.229/0001-76	Brasil	Não	Sim	23/09/2024		
Não	Jorginho Santos Mello		Física	250.841.199-04		
515.303.611	90,076	521.749.832	90,178	1.037.053.443	90,127	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
61.617	0,011	50.071	0,009	111.688	0,010	
<b>TOTAL</b>						

**6.1/2 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
572.078.479	100,000	578.578.081	100,000	1.150.656.560	100,000	

**6.1/2 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Estado de Santa Catarina				82.951.229/0001-76	
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
460.598.011	100,000	465.460.017	100,000	926.058.028	100,000
TOTAL					
460.598.011	100,000	465.460.017	100,000	926.058.028	100,000

### 6.3 Distribuição de capital

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	23/09/2024
<b>Quantidade acionistas pessoa física</b>	107
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica</b>	18
<b>Quantidade investidores institucionais</b>	125

#### Ações em Circulação

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias</b>	61.617	0,011%
<b>Quantidade preferenciais</b>	50.071	0,009%
<b>Total</b>	111.688	0,010%

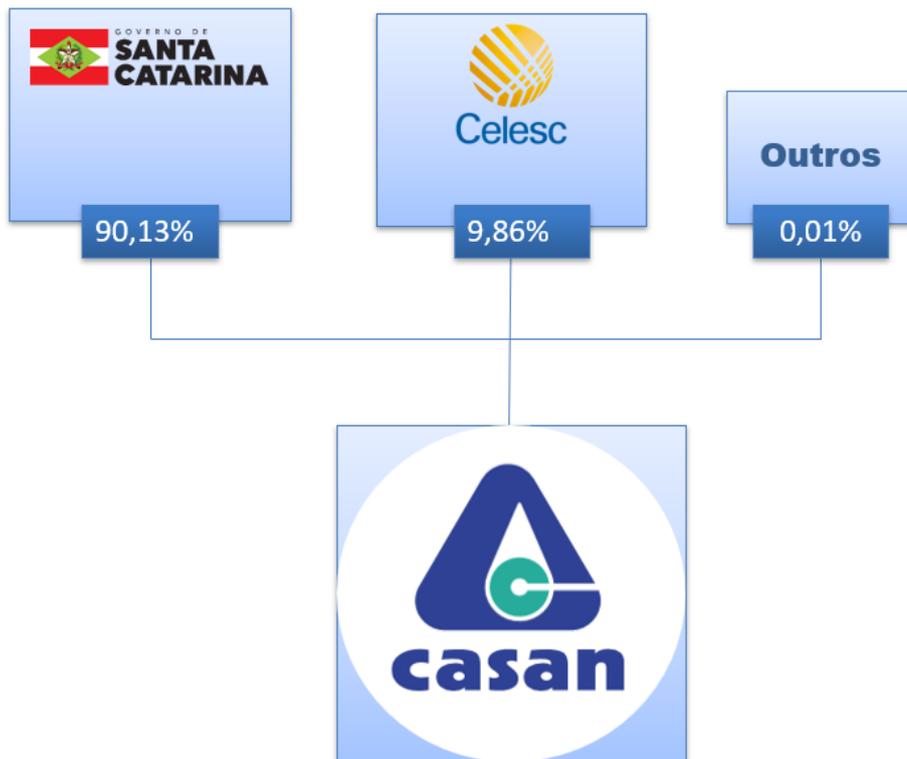
## 6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
S M 4 IND. E COM. DE LATICINIOS S.A.	00.848.780/0001-24	27,81869

## 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5 Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

- a) todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações
- b) principais controladas e coligadas do emissor  
Não se aplica
- c) participações do emissor em sociedades do grupo  
Não se aplica
- d) participações de sociedades do grupo no emissor  
Não se aplica
- e) principais sociedades sob controle comum  
Não se aplica



## 6.6 Outras informações relevantes

### 6.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em relação ao informado no item 6.4, a CASAN esclarece que em 2018 possuía cotas nos Fundos de Investimentos Florença e Fromage, recebidos em dação de pagamento de um acordo extrajudicial. Em 2019 as cotas foram centralizadas no fundo Fromage.

Posteriormente o fundo foi avaliado a valor zero e a Companhia reconheceu a perda patrimonial de aproximadamente R\$14 milhões, baixados contabilmente ao reconhecer o ajuste a valor justo em dezembro de 2020 e em 2021 ocorreu a liquidação do fundo, resultando na conversão das cotas de participação na investida, quando passou a CASAN a ser titular do capital social da empresa SM4 Indústria e Comércio de Laticínios.

Em razão dessa perda, a CASAN realizou uma auditoria internamente, processo de sindicância e Tomada de Contas Especial, e encaminhou o processo ao Tribunal de Contas (sob o nº TCE 22/00496456) e à Comissão de Valores Mobiliários, o qual tramita sob o nº 19957.013002/2022- 10, e se encontram em fase de apresentação de defesas.

A empresa SM4 Indústria e Comércio de Laticínios, é uma sociedade anônima de capital fechado, a qual não é dirigida atualmente pela CASAN.

A Companhia deseja realizar a alienação da participação da CASAN, e está em tratativas para prosseguir com esse procedimento de venda. Em 2018 a CASAN possuía cotas nos Fundos de Investimentos Florença e Fromage, recebidos em dação de pagamento de um acordo extrajudicial. Em 2019 as cotas foram centralizadas no fundo Fromage.

Posteriormente o fundo foi avaliado a valor zero e a Companhia reconheceu a perda patrimonial de aproximadamente R\$14 milhões, baixados contabilmente ao reconhecer o ajuste a valor justo em dezembro de 2020 e em 2021 ocorreu a liquidação do fundo, resultando na conversão das cotas de participação na investida, quando passou a CASAN a ser titular do capital social da empresa SM4 Indústria e Comércio de Laticínios.

Em razão dessa perda, a CASAN realizou uma auditoria internamente, processo de sindicância e Tomada de Contas Especial, e encaminhou o processo ao Tribunal de Contas (sob o nº TCE 22/00496456) e à Comissão de Valores Mobiliários, o qual tramita sob o nº 19957.013002/2022- 10, e se encontram em fase de apresentação de defesas.

A empresa SM4 Indústria e Comércio de Laticínios, é uma sociedade anônima de capital fechado, a qual não é dirigida atualmente pela CASAN. A Companhia deseja realizar a alienação da participação da CASAN, e está em tratativas para prosseguir com esse procedimento de venda.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### 7.1 Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

#### **Conselho de Administração:**

O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, será composto por 9 (nove) membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral, sendo 1 (um) indicado pelos empregados, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas. A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração indicará um deles para Presidente, não podendo a escolha recair na pessoa do Diretor-Presidente da Companhia.

O Conselho de Administração será composto, no mínimo, por 25% (vinte e cinco por cento) de membros independentes ou por pelo menos 1 (um), caso haja decisão pelo exercício da faculdade do voto múltiplo pelos acionistas minoritários, nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Não serão consideradas, para o cômputo das vagas destinadas a membros independentes, aquelas ocupadas pelos Conselheiros eleitos pelos empregados. Serão consideradas, para o cômputo das vagas destinadas a membros independentes, aquelas ocupadas pelos Conselheiros eleitos por acionistas minoritários, nos termos do § 2º do art. 19 da Lei nº 13.303/2016.

#### **Diretoria Executiva:**

A Sociedade terá uma Diretoria Executiva, composta de 05 (cinco) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Administrativo, 1 (um) Diretor de Operação e Expansão, 1 (um) Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores e 1 (um) Diretor Comercial, competindo-lhes a representação da Sociedade em Juízo ou fora dele, ativa e passivamente; acionistas ou não, com mandato de 2 (dois) anos, eleitos pelo Conselho de Administração, na forma do disposto no inciso II do artigo 142 e inciso I do artigo 143, ambos da Lei Federal nº 6.404/76, exceto o Diretor Comercial, todos podendo ser reeleitos por no máximo 3 (três) vezes consecutivas.

O Diretor-Presidente integrará o Conselho de Administração.

Os membros da Diretoria Executiva serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria, devendo permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores.

Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço) poderão ser eleitos para o cargo de Diretor.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

O Diretor Comercial da Companhia deverá ser um representante dos empregados, por eles indicados, mediante processo eletivo.

O Diretor de Operação e Expansão da Companhia deverá ser membro do corpo funcional efetivo da empresa com habilitação para desempenhar tal função e ser responsável técnico da empresa junto ao Conselho de Classe.

### **Conselho Fiscal:**

O Conselho Fiscal será composto de 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, devendo contar com pelo menos 1 (um) membro indicado pelo ente controlador, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração pública estadual, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas.

Além das normas previstas na Lei federal nº 13.303/16, e em normas expedidas pelo órgão regulador, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal as disposições previstas na Lei federal nº 6.404/76, relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos para investidura, bem como a remuneração, além de outras disposições estabelecidas na referida Lei.

Podem ser membros do Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de Conselheiro fiscal ou administrador em empresa;

Não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal aqueles que se enquadrarem nas vedações do art. 147, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como os Administradores ou empregados da Companhia, nem do mesmo grupo econômico, nem ser cônjuge ou parente, até terceiro grau, de Administrador da Companhia.

### **Comitê de Auditoria Estatutário:**

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), eleito e destituído pelo Conselho de Administração, será integrado por 03 (três) membros, em sua maioria independentes. O mandato dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário será de 02 anos (dois), permitida 2 (duas) reeleições.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário poderão ser destituídos pelo voto justificado da maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração. No caso de afastamento temporário de membro do Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho de Administração elegerá o substituto, desde que atenda todos os requisitos pela legislação, para substituí-lo durante o período de afastamento, sendo computado este período para fins de cumprimento do prazo de mandato do substituído.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### **Comitê de Elegibilidade:**

A Companhia disporá de Comitê de Elegibilidade, órgão colegiado, de caráter permanente, que tem por finalidade auxiliar os acionistas na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

O Comitê de Elegibilidade será constituído por 03 (três) membros efetivos, nomeados, empossados e destituídos pelo Conselho de Administração, dentre empregados da Companhia, com reputação ilibada.

### **Auditoria Interna:**

A Auditoria Interna será vinculada ao Conselho de Administração, competindo ao Conselho de Administração definir o cronograma de suas atividades.

A Auditoria Interna será composta, no mínimo, pelo Chefe da Auditoria Interna, a ser nomeado e exonerado pelo Conselho de Administração e por auditores internos em número e competências suficientes para cumprir sua missão institucional.

As informações estão contidas no Estatuto Social da Companhia as quais estão disponíveis no Portal de Relações com os Investidores da Casan no endereço <https://ri.casan.com.br/>.

### **b) se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:**

#### **i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência**

#### **ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações**

#### **iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

Conforme especificado nas atribuições do Conselho de Administração, cabe a ele realizar a auto-avaliação do seu desempenho e avaliar o desempenho da Diretoria Executiva da Companhia, podendo contar com o auxílio do Comitê de Elegibilidade para direcionar a metodologia adotada.

### **c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

A Companhia dispõe de Regimento para o Conselho de Administração que disciplina o funcionamento do mesmo, bem como o relacionamento entre o Conselho e os demais órgãos sociais, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação em vigor.

O Conselho deliberará por maioria de votos dos participantes da reunião, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto adicional de qualidade, nos termos do Estatuto Social.

Cada membro do Conselho em exercício terá direito a 1 (um) voto, estando vedada a representação por procuração.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Havendo qualquer dúvida sobre aspectos jurídicos relacionados às matérias objeto de apreciação e deliberação na reunião, por parte dos Conselheiros, a referida matéria poderá ficar suspensa até a próxima reunião, para exame detalhado e parecer da Procuradoria Jurídica da Companhia.

Além do que, o Conselho de Administração irá prevenir e administrar situações de conflito de interesses ou de divergências de opiniões, de maneira que o interesse da Companhia sempre prevaleça.

Sem prejuízo da vedação aos administradores de intervirem em qualquer operação social em que tiverem interesse conflitante com o da empresa, o Conselheiro de administração representante dos empregados não participará das deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipótese em que fica configurado o conflito de interesses.

Na situação em que envolva conflito de interesses com o da Companhia ou interesse particular na matéria, compete a cada membro do Conselho:

- a) Manifestar o seu impedimento tempestivamente, assim que tomar ciência do fato;
- b) Abster-se de intervir na matéria em discussão ou deliberação;
- c) Fazer consignar o fato em ata da reunião; e
- d) Ausentar-se das discussões e das deliberações.

Caso solicitado pelo Presidente, o membro do Conselho que tenha se declarado impedido poderá participar da discussão, de modo a prover informações adicionais devendo, se ausentar da parte da reunião em que a matéria for submetida à votação.

Caso seja o próprio Presidente do Conselho que se declare impedido, este poderá, a pedido da maioria dos membros presentes do Conselho, participar da discussão, de modo a prover informações adicionais devendo, se ausentar da parte da reunião em que a matéria for submetida à votação.

Caso o membro do Conselho que tenha interesse conflitante com o da Companhia ou interesse particular na matéria em discussão não se declare impedido, qualquer outro membro do Conselho que tenha conhecimento do impedimento poderá fazê-lo, devendo ser registrado em ata o afastamento da discussão e da deliberação da matéria.

O afastamento temporário de membro do Conselho de Administração em virtude de conflito de interesses ou interesse particular deverá ser registrado na ata da reunião do Conselho.

## 7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	5	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	6	0	1	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	5	0	0	0
<b>TOTAL = 24</b>	<b>3</b>	<b>20</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

### Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	5
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	9
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	0	0	0	0	5
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	0	0	5
<b>TOTAL = 24</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

### Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	5	0
Conselho de Administração - Efetivos			
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos			
Conselho Fiscal - Suplentes			
<b>TOTAL = 5</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>0</b>

## 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

### 7.2 Em relação especificamente ao Conselho de Administração, indicar:

#### a) órgãos e comitês permanentes que se reportem ao Conselho de Administração

Comitê de Auditoria Estatutário; Comitê de Elegibilidade; Auditoria Interna e Secretaria de Governança Corporativa.

#### b) de que forma o Conselho de Administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A avaliação dos trabalhos da Auditoria Independente é feita pelo Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, conforme as atribuições descritas no item a. Não há na companhia uma política de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente.

#### c) se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do Conselho de Administração

Não há canais específicos para o tema ESG, porém o Canal de Ouvidoria da CASAN atua de forma que as informações cheguem ao Conselho de Administração.

### 7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

#### Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

**Nome** ALFEU LUIZ ABREU      **CPF:** 305.567.759-53      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Administrador      **Data de Nascimento:** 09/03/1956

**Experiência Profissional:** Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (1979), Bacharel em Direito pelo CESUSC (2018). De 1985 a 1997 atuou na diretoria da Previdência Complementar FUSESC. De 2006 a 2016 trabalhou na diretoria do BESCOR. De abril de 2012 a agosto de 2012 atuou como interventor da Fundação CASAN (FUCAS). De outubro de 2016 a abril de 2020 foi Diretor de Administração da SCPREV. Atua como Diretor Executivo da SIM CAIXA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE desde abril de 2021.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	22/04/2025	21/04/2027	Presidente do Conselho de Administração		22/04/2025	Sim	24/02/2023

**Nome** CINTIA DE CASTRO CARDOSO      **CPF:** 048.845.999-00      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Advogada      **Data de Nascimento:** 20/12/1986

**Experiência Profissional:** Formada em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, possui MBA executivo em gestão comercial e estratégica de mercado. Atuou junto ao conselho administrativo da rede de lojas Le Postiche Brasil de 2011 – 2025.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	22/04/2025	21/04/2027	Conselho de Administração (Efetivo)		22/04/2025	Sim	22/04/2025

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** DANIELI BLANGER PINHEIRO PORPORATTI      **CPF:** 018.599.139-46      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** ADMINISTRADORA      **Data de Nascimento:** 26/01/1979

**Experiência Profissional:** Possui graduação em Administração pela Universidade do oeste de Santa Catarina (UNOESC). De Jan/2013 a Jan/2020 foi Secretária Executiva do Partido Republicano de Santa Catarina. De fev/2020 a dez/2022 atuou como Chefe de Gabinete do Senador Jorginho Mello no Senado Federal. Desde janeiro de 2023 atua como Secretária Geral de Governo do Estado de Santa Catarina.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	22/04/2025	29/04/2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		30/04/2025	Sim	09/11/2023

**Nome** DEYSE CRISTINA LOCATELLI HAVIARAS      **CPF:** 056.929.989-63      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Advogada      **Data de Nascimento:** 17/03/1990

**Experiência Profissional:** Bacharel em Direito pelo Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC) - (2015) Possui especialização em Direito Público pela Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC) – (2017) foi Conselheira titular da Terceira Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), Conselheira titular do Plenário do Conselho Estadual o Meio Ambiente (CONSEMA), Analista Técnico em Gestão Ambiental do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA/SC) Consultora Jurídica da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Casa Civil (COJUR/SCC) (Jan24/Mar25) Assessora Técnica da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Casa Civil (COJUR/SCC) (Fev23/Jan24) (atual) Secretária Executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) (Fev17/ Jan23) Assessora Técnica da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (COJUR/SDE) (Abr16/Fev17).

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	22/04/2025	29/04/2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		30/04/2025	Sim	30/04/2025

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA **CPF:** 290.742.239-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 05/10/1956

**Experiência Profissional:** Formado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e possui pós-graduação em Direito Civil e Direito Processual Civil pela Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis - CESUSC. Profissional com 47 anos de experiência em empresas públicas e privadas de médio /grande porte (receitas de R\$ 150 milhões a 2 bilhões de reais) e internacionais de diferentes áreas: governamentais, alimentícias e cerâmica/franquias (vestimentos) e em departamentos distintos: administração-financeira, comunicação, marketing/comercial/franquia/logística. Além disso, profere palestras em Universidades, cursos de pós- graduação (MBAs) sobre estratégia empresarial, modelos de gestão, estratégias para canais de distribuição e marketing /marca/comunicação e marketing digital. Nos últimos 6 anos, atuou em consultoria empresarial para empresas de médio e pequeno portes nas áreas de Planejamento Estratégico, Planos de Execução e na formulação de suas Políticas Administrativo-Financeiras (Recursos Humanos, Orçamento, Capital de Giro, Fluxo de Caixa, Estrutura de Capital), Novos Negócios, Governança e Sucessão.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	22/04/2025	21/04/2027	Outros Diretores	Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores	22/04/2025	Sim	27/03/2023
Diretoria e Conselho de Administração	22/04/2025	21/04/2027	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente		22/04/2025	Sim	24/08/2023

**Nome** EDUARDO JOSÉ DE SOUZA **CPF:** 125.383.616-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 18/09/1950

**Experiência Profissional:** Formado em Administração pelo Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira em 1979, pós-graduado em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas - FGV em 1998. Dentre suas atividades relevantes exerceu o cargo de Conselheiro Fiscal da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG nos períodos de 29/04/2001 a 16/11/2005 e 29/04/2011 a 29/04/2015. Conselheiro de Administração da Companhia de Águas e Saneamento de Santa Catarina (Outubro/2020 a fevereiro/2023). Conselheiro Fiscal da São Paulo Turismo S.A. – SPTURIS (Abril/2019 a abril/2022). Atua como Conselheiro Fiscal do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES desde Julho de 2017. Atua como conselheiro fiscal suplente da transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. TAESA desde abril/2017.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	22/04/2025	29/04/2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		30/04/2025	Não	29/04/2023

**Nome** GABRIELA SOARES PEDERCINI **CPF:** 085.995.616-42 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheira Eletricista **Data de Nascimento:** 02/06/1980

**Experiência Profissional:** Bacharel em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, MBA Finanças – Instituto Brasileiro de Capitais – IBMEC. É membro Titular do Conselho Fiscal da Telefônica Brasil S. A.(Maio/2020–Atual). É membro Titular do Conselho Fiscal do Banco ABC Brasil S. A.(Abril/2020–Atual). É membro Engenheira de projetos e Obras da GASMIG – Companhia de Gás de Minas Gerais (Novembro/2013–Atual). Foi membro Titular do Conselho Fiscal da IRB Brasil RE – Instituto de Resseguros do Brasil.(Março/2020 - Julho/2020).

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	22/04/2025	29/04/2027	C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas		30/04/2025	Não	29/04/2023

**Nome** GERSON ANTÔNIO BASSO **CPF:** 298.689.989-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 27/05/1954

**Experiência Profissional:** Advogado, formado pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, engenheiro mecânico e especialista em engenharia de segurança do trabalho pela UFSC. Atuou como superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FLORAM de 2009 a 2012. Atuou como presidente da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina de 2013 a 2019.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	22/04/2025	21/04/2027	Conselho de Administração (Efetivo)		22/04/2025	Sim	22/04/2025

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** HANERON VICTOR  
MARCOS      **CPF:** 004.178.309-39      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Advogado      **Data de Nascimento:** 26/09/1978

**Experiência Profissional:** Graduação em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (2002), graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2000), pós-graduação em Direito Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006), Mastère Spécialisé em Gestão da Inovação pela École Nationale Supérieure des Mines de Saint-Étienne - EMSE (2010), doutorando em Direito pela Universidade de Buenos Aires. Membro da Terceira Câmara Recursal do CONSEMA/SC, da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC e ex-dirigente do Sintaema-SC. É advogado efetivo da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN com ingresso por concurso público em 2006, onde ocupou os cargos de Gerente de Recursos Humanos, Conselheiro da Casanprev, Assessor de Diretoria, Procurador-Chefe do Contencioso e Procurador-Geral. Eleito como representante dos empregados para o Conselho de Administração para o mandato 2021-2022.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	22/04/2025	21/04/2027	Conselho de Administração (Efetivo)		22/04/2025	Não	19/01/2021

**Nome** ISABELA FARAH COSTA      **CPF:** 091.583.006-00      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Advogada      **Data de Nascimento:** 26/11/1988

**Experiência Profissional:** Formado em Direito pelas Faculdades Milton Campos (abril/2013) - Belo Horizonte/MG, pós-graduada em Direito Civil e Empresarial - Damasio Educacional S.A. Atua como gerente jurídica na Globalbev Bebidas e Alimentos S.A. desde maio de 2013 e foi administradora da FH Consultoria Comercial Ltda. - de 2020 a 2023.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	22/04/2025	29/04/2027	C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas		30/04/2025	Não	30/04/2025

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** IVAN GABRIEL COUTINHO **CPF:** 008.643.329-63 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 02/08/1983

**Experiência Profissional:** Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009) e é Pós-Graduado em Contabilidade Pública pela UNISUL (2018). Atuou como gerente contábil financeiro do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina e Professor dos Cursos Técnicos em Contabilidade, Recursos Humanos e Administração da Faculdade Senac Florianópolis e também é Professor Conteudista de Cursos da área de Contabilidade na Rede Senac EaD. Atua também na Escola Técnica Geração, ministrando aulas nos Cursos Técnicos em Administração e Recursos Humanos, nas áreas de Contabilidade Geral, Tributos e Folha de Pagamento, Matemática Financeira, Estatística e Noções de Direito. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis, atuando principalmente nos seguintes temas: grau de intangibilidade, contabilidade financeira e retorno sobre investimentos, contabilidade pública, contabilidade gerencial, controladoria e docência, bem como em consultorias em geral.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	22/04/2025	21/04/2027	Conselho de Administração (Efetivo)		22/04/2025	Não	24/02/2023

**Nome** JEFFERSON ARAÚJO CRIPPA **CPF:** 601.329.149-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 05/09/1969

**Experiência Profissional:** Formado em Direito pela UNISUL, Bacharel em Engenharia Agrônoma pela UDESC e técnico em transações Imobiliárias. De 2010 a 2012 foi secretário de planejamento na Prefeitura de Laguna – SC, de 2013 a 2016 foi diretor comercial na SISTEG Saneamento, de 2019 a 2020 atuou como corretor de imóveis na Kabral Imóveis. De 2017 a 2020 foi corretor na Imobiliária Gil Imóveis e desde 2020 é proprietário da Imobiliária Jefferson Crippa.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	22/04/2025	21/04/2027	Conselho de Administração (Efetivo)		22/04/2025	Sim	22/04/2025

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

<b>Nome</b>	JUCÉLIO JOÃO DA SILVA	<b>CPF:</b>	309.406.649-68	<b>Passaporte:</b>		<b>Nacionalidade:</b>	Brasil	<b>Profis são:</b>	Licenciado em Matemática Financeira, Contabilidade e Custos	<b>Data de Nascimento:</b>	10/02/1959
-------------	-----------------------	-------------	----------------	--------------------	--	-----------------------	--------	--------------------	---	----------------------------	------------

**Experiência Profissional:** Possui graduação em Licenciatura de Matemática Financeira, Contabilidade e Custos pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1987) UDESC- Florianópolis e graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (1983) UNIVALI e especialista em Gerência da Qualidade nos Serviços Contábeis pela Universidade Estácio de Sá (2001) - Rio de Janeiro. Exerceu diversos cargos na área pública e privada como Secretário Municipal da Fazenda do Município de Itajaí (2015), Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (2018), Secretário Municipal de Governo (2019), Diretor Executivo da Fundação Genésio Miranda Lins (2020) Coordenador Geral de Contabilidade do Município de Itajaí (2011 a 2016), e exerceu funções como Diretor de Auditoria do Município de Itajaí(1997 a 1998 e 2021 a 2022), Diretor de Controle Interno (2022 e 2023) Diretor de Convênios (1999 a 2000), Diretor de Programas e Projetos de Arte da Prefeitura (2009) e Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Cultural de Itajaí (2010 a 2011). No setor privado trabalhou em diversas empresas e escritórios, como contador e auditor. recebeu vários Prêmios e homenagens na área da educação e contabilidade, como o "PRÊMIO ONADIR TEDÉO", da Câmara de Vereadores de Itajaí e de governador e prefeito. Exerceu a função de Diretor Operacional acumulando com o cargo de Diretor presidente da Itajaí Participações S.A que administra o Centro Regional de Inovação - ELUME Park Tecnológico.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	22/04/2025	21/04/2027	Conselho de Administração (Efetivo)		22/04/2025	Sim	10/03/2025

**Nome** KARLA CELINA GHISI DA LUZ **CPF:** 932.214.529-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheira Sanitária e Ambiental **Data de Nascimento:** 29/11/1974

**Experiência Profissional:** Bacharel em Engenharia Sanitária e Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999). De 1999 a abr/2001 atuou como fiscal de obras na SANESC. De out/2001 a jun/2005 foi responsável técnica na SANESUL. Em 13/06/2005 foi admitida na COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN no cargo de Engenheira Sanitarista e Ambiental, exercendo as seguintes atividades: De 2007 a 2011 – Assessora técnica de Meio Ambiente da Diretoria Metropolitana da Grande Florianópolis. De 2011 a 2019 – Assistente da Diretoria de Operação e Meio Ambiente. De 2019 a 2020 – Assistente da Diretoria da Presidência. De 2020 a 2022 – Engenheira da Assessoria de Relações com as Agências Reguladoras. De 2022 a atualmente – Assistente da Diretoria da Presidência. Karla ainda atua como Inspetora Regional do CREA/SC desde 2015.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	22/04/2025	21/04/2027	Conselho de Administração (Efetivo)		22/04/2025	Sim	24/02/2023

**Nome** LEONARDO LACERDA DA SILVA **CPF:** 033.598.059-76 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 21/12/1982

**Experiência Profissional:** eleito pelos empregados da Companhia, tecnólogo em automação Industrial (2005) formado em Engenharia Civil no ano de 2010 pela UFSC, pós graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas em 2023 com experiência de mais de 12 anos no setor público. Desde 2012 é Engenheiro Civil da Casan onde ocupou o cargo de gerente na Agência de Florianópolis e nos Setores Operacionais de Água de Florianópolis e São José. Nos últimos 4 anos, atuou como Presidente do SINTAEMA-SC e diretor da FENATEMA. Antes disso foi engenheiro civil na Força Aérea Brasileira e trabalhou com o desenvolvimento de sistemas em empresas de tecnologia.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	22/04/2025	21/04/2027	Outros Diretores	Diretor Comercial	22/04/2025	Não	22/04/2025

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** LETÍCIA PEDERCINI ISSA **CPF:** 050.802.886-80 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administradora **Data de Nascimento:** 02/06/1980

**Experiência Profissional:** Membro do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia desde 2017. Diretora Financeira e de novos negócios da GPI Distribuidora desde 2012. Sócia fundadora da empresa Hydrocenter Ltda desde 2004. De 2020 - Atual – Telebrás – Telecomunicações Brasileiras S.A. Cargo: Membro Suplente do Conselho Fiscal De 2019 - Atual – Casan – Companhia Catarinense de Aguas e Saneamento Cargo: Membro Titular do Conselho Fiscal De 2017 - Atual – Copel – Companhia Paranaense de Energia Cargo: Membro Titular do Conselho Fiscal De 2017 a 2019 – Sabesp – Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo S.A. Cargo: Membro Suplente do Conselho Fiscal De 2014 a 2016 – Copasa – Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. Cargo: Membro Titular do Conselho Fiscal De 2011 a 2014 – Copasa – Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. Cargo: Membro Suplente do Conselho Fiscal.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	22/04/2025	29/04/2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		30/04/2025	Não	30/04/2025

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** LISANDRO JOSÉ FENDRICH **CPF:** 014.490.299-06 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Ciências da Computação **Data de Nascimento:** 23/11/1997

**Experiência Profissional:** Graduado em Ciências da Computação em 2002 pela ACE – Joinville; Especialização em Engenharia de Produção pela CCT-UDESC em 2006; Mestrado em Administração pela ESAG-UDESC em 2014; Experiência Profissional: 2000 a 2002 – Operador de ETA no Samae – Serviço de Abastecimento de Água; 2002 a 2006 – Professor Universitário na UDESC/CEPLAN – São Bento do Sul; 2004 a 2010 – Professor Universitário na UNIVILLE – São Bento do Sul; 2004 a 2012 Analista de Sistemas na Prefeitura de São Bento do Sul e 2012 atual Gerente de Planejamento, Administração na Secretaria de Estado da Casa Civil. Não houve qualquer condenação na forma prevista no item 12.5n.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	22/04/2025	29/04/2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		30/04/2025	Sim	24/02/2023

**Nome** LUDIMAR SILVÉRIO RIBEIRO JUNIOR      **CPF:** 051.701.019-45      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Advogado      **Data de Nascimento:** 18/07/1992

**Experiência Profissional:** Possui graduação em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL - 2014) e pós graduação em Direito Público com ênfase em Gestão Pública pela Damásio Educacional (2022). De Fev/2015 a Jun/2017 foi advogado no escritório Ludimar Ribeiro Advocacia em Tubarão. De Jul/2017 a Jul/2020 atuou como assessor jurídico na Procuradoria Geral do Município de Tubarão. De Ago/2020 a Abril/2023 foi Subprocurador Geral do Município de Tubarão. Desde maio de 2023 atua como assessor especial na Secretaria de Estado da Casa Civil de Santa Catarina.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	22/04/2025	29/04/2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		30/04/2025	Sim	08/04/2024

**Nome** MARCELO MENDES      **CPF:** 032.871.289-22      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Advogado      **Data de Nascimento:** 25/07/1981

**Experiência Profissional:** Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI-2019). Possui especialização em Direito Público pela Faculdade CESUSC (2008) e graduação em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI - 2004). Desde 2006 atua como Procurador do Estado de SC. Atuou como professor substituto na Universidade Federal de Santa Catarina, professor convidado na faculdade CESUSC, Professor no Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis e Professor na universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	22/04/2025	29/04/2027	Pres. C.F.Eleito p/Controlador		30/04/2025	Sim	08/04/2024

**Nome** PEDRO JOEL HORSTMANN **CPF:** 573.375.949-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 14/08/1966

**Experiência Profissional:** Pertence ao quadro da CASAN desde julho de 1985. Atuou na Companhia como Superintendente da SRM (desde 25/02/2019); Superintendente da SRM (16/06/2018 - 25/02/2019); Gerente Operacional da SRM (01/11/2011 - 25/02/2019); Chefe da Divisão Operacional da SRM (18/01/2007 - 31/10/2011); Chefe do Setor do Sistema Integrado da Grande Florianópolis (03/03/2005 - 31/12/2006); Chefe do Setor Operacional da Agência Regional de Florianópolis (03/03/2005 - 19/07/2005); Chefe do Setor Operacional da Agência Regional de Florianópolis (05/08/2004 - 12/11/2004).

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	22/04/2025	21/04/2027	Outros Diretores	Diretor de Operação e Expansão	22/04/2025	Sim	19/07/2021
Diretoria	22/04/2025	21/04/2027	Outros Diretores	Diretor Administrativo	22/04/2025	Sim	22/04/2025

**Nome** RICARDO EUCLIDES GRANDO **CPF:** 493.844.229-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro agrônomo **Data de Nascimento:** 18/04/1964

**Experiência Profissional:** Governo do Estado de Santa Catarina - Secretário Adjunto de infraestrutura e mobilidade | 03.2023 até hoje. Governo do Estado de Santa Catarina - Secretário da Agência de Desenvolvimento Regional de Joaçaba, SC | 2015 – 2016, Governo do Estado de Santa Catarina - Secretário de Desenvolvimento Regional de Joaçaba | 2013 - 2014, Prefeitura de Joaçaba - Secretário de Planejamento | 2011 Prefeitura de Joaçaba - Secretário de Administração | 2010, Prefeitura de Joaçaba - Secretário de Saúde | 2009, Prefeitura de Joaçaba - Secretário de Administração e Finanças | 2002 - 2004, Prefeitura de Joaçaba - Vice-Prefeito de Joaçaba, 1997 - 2000, Prefeitura de Joaçaba - Secretário de Planejamento | 1997 - 1998

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	22/04/2025	29/04/2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		30/04/2025	Sim	29/04/2023

## 7.4 Composição dos comitês

**Nome:** ALLYSON ALBERTO MAZZARIN    **CPF:** 024.534.539-63    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profissão:** Advogado    **Data de Nascimento:** 31/01/1976

### Experiência Profissional:

Formado em Direito pelo Centro de Ensino Superior de Maringá/PR (CESUMAR), em 2000, Mazzarin tem especialização em Direito pela Escola da Magistratura do Paraná (2001) e em Direito do Saneamento pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), curso que concluiu em 2016. Antes de ingressar no serviço público, atuou na advocacia privada na área tributária com enfoque em impostos estaduais e crimes tributários. Funcionário concursado da CASAN desde 2011, está lotado na Procuradoria do Consultivo, onde ocupou o cargo de Assistente do Procurador Geral da Companhia a partir de 2012. Como advogado, integra a Unidade de Gerenciamento de Projeto (UGP) do Programa de Saneamento Ambiental de Santa Catarina firmado entre a CASAN e a Agência Internacional de Cooperação do Japão (JICA) e preside o Comitê de Elegibilidade da empresa. É também membro da Câmara Técnica Jurídica da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE).

### Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/07/2018	indeterminado	Comitê de Elegibilidade		30/07/2018	Sim	30/07/2018

**Nome:** ANDERSON REDINHA MALGUEIRO **CPF:** 003.455.499-88 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 06/12/1976

**Experiência Profissional:**

Graduado em Administração com pós-graduação em Finanças Executivas, MBA em Inteligência Artificial para Negócios e Mestrado em Administração de Empresas. Com sólida experiência na área de Gestão, incluindo cargos como Gestor de Cooperativas de Crédito, Diretor de Unidades do Senac e na Direção de EAD por mais de 14 anos e Diretor Administrativo do Senac/SC. Sua trajetória profissional é marcada por liderança estratégica, desenvolvimento de projetos inovadores e gestão de resultados. Atuou como Consultor do Projeto Empreender na Associação Comercial e Industrial de Florianópolis, na Direção do Grupo Repecon, na Gestão de Instituições Financeiras (Unicredi, Sicoob e Sicredi), na Gestão de Previdência do Regime Próprio Municipal, entre outras atividades.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário não aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	22/04/2025	01/08/2026			17/04/2025	Sim	22/04/2025

**Nome:** BRUNO BARTELLE BASSO **CPF:** 011.133.011-47 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 22/04/1985

**Experiência Profissional:**

Graduado em Direito pela UFSC, pós graduado em Compliance e Gestão de Risco, MBA em gestão empresarial e mestrado em Direito constitucional e processual tributário. Possui experiência profissional na área de Governança Corporativa, Riscos, Compliance e Contabilidade Societária, com ênfase na realização de auditorias, consultorias e assessorias em integridade, conformidade legal e regulatória, sistemas de gestão antissuborno (ISO37001), sistemas de gestão de compliance (ISO 37301), gestão de riscos, gerenciamento de controles internos, estruturação de órgãos e monitoramento das atividades da área de auditoria e controle, investigação interna e canal de denúncias. É coordenador do capítulo SC do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) autor do livro "Consensualidade no direito tributário: reflexões acerca da sua admissibilidade no atual modelo de cooperação processual" e foi professor no curso das normas ISO 37000, PR 2030, ISO27001 e ISO 27701 da ABNT. De 2021 a 2023 foi coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da SC Participações e Parcerias S.A. Atua como procurador do Município de Florianópolis desde 2014, sócio fundador e responsável técnico da área de Governança, Risco e Compliance da GEP Soluções em Compliance, já trabalhou como analista jurídico no TJSC, consultor da Secretaria da Fazenda de Florianópolis, subprocurador de Controle do Sistema Jurídico de Florianópolis e Procurador Geral do município (2018-2019).

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	22/04/2025	01/08/2026			17/04/2025	Sim	22/04/2025

**Nome:** CINTIA DE CASTRO CARDOSO **CPF:** 048.845.999-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 20/12/1986

**Experiência Profissional:**

Formada em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, possui MBA executivo em gestão comercial e estratégica de mercado. Atuou junto ao conselho administrativo da rede de lojas Le Postiche Brasil de 2011 – 2025.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	30/04/2025	21/04/2027	Comitê de Recursos Humanos		30/04/2025	Sim	30/04/2025

Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	21/04/2027	Comitê de Governança, Risco e Conformidade	30/04/2025	Sim	30/04/2025
----------------	----------------------------	------------	------------	--	------------	-----	------------

**Nome:** GERSON ANTÔNIO BASSO      **CPF:** 298.689.989-72      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profissão:** Advogado      **Data de Nascimento:** 27/05/1954

**Experiência Profissional:** Advogado, formado pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, engenheiro mecânico e especialista em engenharia de segurança do trabalho pela UFSC. Atuou como superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FLORAM de 2009 a 2012. Atuou como presidente da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina de 2013 a 2019.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	21/04/2027	Comitê Jurídico e Regulatório		30/04/2025	Sim	30/04/2025
Outros Comitês		Presidente do Comitê	30/04/2025	21/04/2027	Comitê de Eficiência, Sustentabilidade e Inovação		30/04/2025	Sim	30/04/2025

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

**Nome:** HANERON VICTOR MARCOS **CPF:** 004.178.309-39 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 26/09/1978

**Experiência Profissional:**

Graduação em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (2002), graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2000), pós-graduação em Direito Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006), Mastère Spécialisé em Gestão da Inovação pela École Nationale Supérieure des Mines de Saint-Étienne - EMSE (2010), doutorando em Direito pela Universidade de Buenos Aires. Membro da Terceira Câmara Recursal do CONSEMA/SC, da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC e ex-dirigente do Sintaema-SC. É advogado efetivo da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN com ingresso por concurso público em 2006, onde ocupou os cargos de Gerente de Recursos Humanos, Conselheiro da Casanprev, Assessor de Diretoria, Procurador-Chefe do Contencioso e Procurador-Geral. Eleito como representante dos empregados para o Conselho de Administração para o mandato 2021-2022.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	21/04/2027			30/04/2025	Sim	30/04/2025
Outros Comitês		Presidente do Comitê	30/04/2025	21/04/2027	Comitê Jurídico e Regulatório		30/04/2025	Sim	30/04/2025
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	21/04/2027	Comitê de Governança Risco e Conformidade		30/04/2025	Sim	30/04/2025
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	21/04/2027	Comitê de Eficiência, Sustentabilidade e Inovação		30/04/2025	Sim	30/04/2025

**Nome:** IVAN GABRIEL COUTINHO      **CPF:** 008.643.329-63      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profissão:** Contador      **Data de Nascimento:** 02/08/1983

**Experiência Profissional:**

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009) e é Pós-Graduado em Contabilidade Pública pela UNISUL (2018). Atuou como gerente contábil financeiro do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina e Professor dos Cursos Técnicos em Contabilidade, Recursos Humanos e Administração da Faculdade Senac Florianópolis e também é Professor Conteudista de Cursos da área de Contabilidade na Rede Senac EaD. Atua também na Escola Técnica Geração, ministrando aulas nos Cursos Técnicos em Administração e Recursos Humanos, nas áreas de Contabilidade Geral, Tributos e Folha de Pagamento, Matemática Financeira, Estatística e Noções de Direito. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis, atuando principalmente nos seguintes temas: grau de intangibilidade, contabilidade financeira e retorno sobre investimentos, contabilidade pública, contabilidade gerencial, controladoria e docência, bem como em consultorias em geral.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Presidente do Comitê	30/04/2025	21/04/2027			30/04/2025	Não	30/04/2025
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	21/04/2027	Comitê Jurídico e Regulatório		30/04/2025	Não	30/04/2025
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	21/04/2027	Comitê de Recursos Humanos		30/04/2025	Não	30/04/2025

**Nome:** JEFFERSON ARAÚJO CRIPPA **CPF:** 601.329.149-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 05/09/1969

**Experiência Profissional:** Formado em Direito pela UNISUL, Bacharel em Engenharia Agrônoma pela UDESC e técnico em transações Imobiliárias. De 2010 a 2012 foi secretário de planejamento na Prefeitura de Laguna – SC, de 2013 a 2016 foi diretor comercial na SISTEG Saneamento, de 2019 a 2020 atuou como corretor de imóveis na Kabral Imóveis. De 2017 a 2020 foi corretor na Imobiliária Gil Imóveis e desde 2020 é proprietário da Imobiliária Jefferson Crippa.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	21/04/2027			30/04/2025	Sim	30/04/2025
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	21/04/2027	Comitê de Governança, Risco e Conformidade		30/04/2025	Sim	30/04/2025
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	21/04/2027	Comitê de Eficiência, Sustentabilidade e Inovação		30/04/2025	Sim	30/04/2025

**Nome:** JUCÉLIO JOÃO DA SILVA **CPF:** 309.406.649-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Licenciado em Matemática, Financeira, Contabilidade e Custos **Data de Nascimento:** 10/02/1959

**Experiência Profissional:**

Possui graduação em Licenciatura de Matemática Financeira, Contabilidade e Custos pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1987) UDESC- Florianópolis e graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (1983) UNIVALI e especialista em Gerência da Qualidade nos Serviços Contábeis pela Universidade Estácio de Sá (2001) - Rio de Janeiro. Exerceu diversos cargos na área pública e privada como Secretário Municipal da Fazenda do Município de Itajaí (2015), Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (2018), Secretário Municipal de Governo (2019), Diretor Executivo da Fundação Genésio Miranda Lins (2020) Coordenador Geral de Contabilidade do Município de Itajaí (2011 a 2016), e exerceu funções como Diretor de Auditoria do Município de Itajaí (1997 a 1998 e 2021 a 2022), Diretor de Controle Interno (2022 e 2023) Diretor de Convênios (1999 a 2000), Diretor de Programas e Projetos de Arte da Prefeitura (2009) e Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Cultural de Itajaí (2010 a 2011). No setor privado trabalhou em diversas empresas e escritórios, como contador e auditor. recebeu vários Prêmios e homenagens na área da educação e contabilidade, como o "PRÊMIO ONADIR TEDEÓ", da Câmara de Vereadores de Itajaí e de governador e prefeito. Exerceu a função de Diretor Operacional acumulando com o cargo de Diretor presidente da Itajaí Participações S.A que administra o Centro Regional de Inovação - ELUME Park Tecnológico.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	21/04/2027			30/04/2025	Sim	30/04/2025
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	21/04/2027	Comitê de Recursos Humanos		30/04/2025	Sim	30/04/2025
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	21/04/2027	Comitê de Governança, Risco e Conformidade		30/04/2025	Sim	30/04/2025

**Nome:** KARLA CELINA GHISI DA LUZ **CPF:** 932.214.529-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheira Sanitária e Ambiental **Data de Nascimento:** 29/11/1974

**Experiência Profissional:**

Bacharel em Engenharia Sanitária e Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999). De 1999 a abr/2001 atuou como fiscal de obras na SANESC. De out/2001 a jun/2005 foi responsável técnica na SANESUL. Em 13/06/2005 foi admitida na COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN no cargo de Engenheira Sanitarista e Ambiental, exercendo as seguintes atividades: De 2007 a 2011 – Assessora técnica de Meio Ambiente da Diretoria Metropolitana da Grande Florianópolis. De 2011 a 2019 – Assistente da Diretoria de Operação e Meio Ambiente. De 2019 a 2020 – Assistente da Diretoria da Presidência. De 2020 a 2022 – Engenheira da Assessoria de Relações com as Agências Reguladoras. De 2022 a atualmente – Assistente da Diretoria da Presidência. Karla ainda atua como Inspetora Regional do CREA/SC desde 2015.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	21/04/2027	Comitê Jurídico e Regulatório		30/04/2025	Sim	30/04/2025
Outros Comitês		Presidente do Comitê	30/04/2025	21/04/2027	Comitê de Governança, Risco e Conformidade		30/04/2025	Sim	30/04/2025
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	21/04/2027	Comitê de Eficiência, Sustentabilidade e Inovação		30/04/2025	Sim	30/04/2025

**Nome:** MARIANA MONTROSE MARQUES **CPF:** 057.717.979-95 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 26/08/1986

**Experiência Profissional:** Formada em Administração Empresarial pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), pós-graduada em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Mestre em Administração também pela UDESC; atua na CASAN desde dez/2010 na Divisão de Contratos da CASAN, exercendo atividades administrativas e de gestão.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/01/2025	indeterminado	Comitê de Elegibilidade		14/01/2025	Sim	14/01/2025

**Nome:** MARIANA MOREIRA CARMES **CPF:** 064.892.379-70 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 01/03/1987

**Experiência Profissional:** É graduada em Administração de Empresas e bacharel em Direito; com especialização em Gestão Estratégicas de Pessoas. Atua na Companhia como administradora há 14 anos, exercendo diversas atividades administrativas na Gerência de Recursos Humanos e Gerência de Conformidade, Controles e Gestão de Riscos; com atuação em alguns cargos de gestão como: Gerente de Recursos Humanos; Assistente do Diretor Administrativo. Participou do Comitê de Elegibilidade, desde a sua formação (em setembro de 2018) , até outubro de 2023.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/09/2024	indeterminado	Comitê de Elegibilidade		10/09/2024	Sim	10/09/2024

**Nome:** SANDRO FÜRST      **CPF:** 928.470.219-49      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profissão:** Administrador      **Data de Nascimento:** 25/06/1975

**Experiência Profissional:** Formado em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, possui habilitação profissional plena de técnico em contabilidade, MBA em Gestão Pública. Atuou como Fiscal de Tributos; Diretor Financeiro; Diretor Planejamento; Controle Interno e Diretor de Obras.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário não aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	22/04/2025	01/08/2026			17/04/2025	Sim	22/04/2025

## 7.5 Relações familiares

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Segundo o melhor conhecimento da Administração da Companhia, não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau, indicados nas alíneas do item em questão.

## **7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há na Casan quaisquer das relações citadas nos itens.

## 7.7 Acordos/seguros de administradores

**7.7 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.**

De acordo com o artigo 80º do Estatuto Social da Companhia:

Art. 80º A Companhia, desde que não haja colidência de interesses, assegurará aos Diretores, Conselheiros de Administração, Conselheiros Fiscais e empregados ou prepostos que atuem por delegação dos administradores, a defesa técnica jurídica, por advogados integrantes de seu quadro, em processos judiciais e administrativos, que tenham por objeto fatos decorrentes ou atos praticados no exercício de suas atribuições legais ou institucionais.

§ 1º A garantia de defesa será assegurada mesmo após o agente ter deixado o cargo ou cessado o exercício da função.

§ 2º Além da defesa jurídica, a Companhia arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza, despesas administrativas e depósitos para garantia de instância.

§ 3º A Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil em favor dos Administradores, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração.

§ 4º Fica assegurado aos Administradores o acesso aos documentos e informações constantes de registros ou de banco de dados da Companhia, indispensáveis à sua defesa administrativa ou judicial, em ações propostas por terceiros, de atos praticados durante o seu mandato.

§ 5º O agente que for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará obrigado a ressarcir à Companhia os valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa-fé e visando o interesse social.

## 7.8 Outras informações relevantes

### 7.8 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há nenhuma outra informação relevante.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

**8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

A política de remuneração dos conselheiros e diretores da CASAN é baseada no desempenho, competitividade de mercado, ou outros atributos afetos à atividade da empresa, sendo sujeita à aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária

**b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

**i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

Assembleia Geral dos Acionistas é o órgão deliberativo para estabelecer a remuneração dos administradores.

**ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

O valor global da remuneração dos administradores da sociedade é estabelecido na Assembleia dos Acionistas onde é fixado o valor máximo projetado para cada exercício, sendo autorizada a majoração da remuneração individual dos Administradores e Conselheiros Fiscais na mesma época e percentuais que vierem eventualmente a ser concedidos aos empregados da Companhia por força de Acordo Coletivo de Trabalho.

Nesta Assembleia também é fixada a remuneração individual dos Diretores Executivos e dos Conselheiros de Administração e Fiscal, que equivale a 20% (vinte por cento) da remuneração dos Diretores Executivos, não computados benefícios e verbas de representação.

O Diretor Presidente recebe além da remuneração fixa, mais 40% sob a aludida, a título de verba de representação.

**iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

## 8.1 Política ou prática de remuneração

A avaliação é anual. A política de remuneração dos conselheiros e diretores da CASAN sujeita-se à aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, considerando-se a responsabilidade assumida pelos administradores, sua competência e reputação profissionais, o tempo dedicado ao exercício das funções, e o valor dos seus serviços no mercado.

### c) composição da remuneração, indicando:

#### i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **Honorários:** remuneração pelo exercício dos cargos de Diretores e membros do Conselho (Conselho de Administração, Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutária e Diretoria). Os objetivos são reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (empresa) e externamente (mercado de trabalho), em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.
- **Representação:** gratificação adicional concedida ao Diretor Presidente em decorrência das responsabilidades inerentes ao exercício do cargo máximo de representação da Companhia.
- **Benefícios:** tem por objetivo estender similarmente aos Diretores Estatutários os benefícios concedidos aos empregados: férias; gratificação de férias; 13º salário; auxílio correção estética por acidente de trabalho; complementação de diárias hospitalares por acidente de trabalho; vale alimentação/refeição e assistência médica e odontológica.
- **Participação nos Resultados:** o recebimento de participação nos lucros é eventual, e os administradores somente farão jus a esta no exercício social em que for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório.

#### ii. razões que justificam a composição da remuneração

O incentivo ao bom desempenho pessoal e a adoção de adequada política motivacional é justificado pela valorização profissional dos diretores, que se traduz em fortalecimento da governança corporativa da Companhia em sintonia com as diretrizes do Governo do Estado.

A atuação dos conselheiros de administração pressupõe mobilização permanente para acompanhar as atividades da Companhia e deliberar sobre as políticas macro.

#### iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

O Diretor Presidente não recebe remuneração por participar como membro do Conselho de Administração, visto que de acordo com o Estatuto Social da CASAN veda a acumulação de remunerações ou honorários pela atuação em mais de um órgão estatutário na Companhia, cabendo ao interessado, neste caso, optar pela remuneração de apenas um deles.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

**d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não há.

**e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não há remuneração ou benefício vinculado a essa condição.

## 8.2 Remuneração total por órgão

## Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	5,00	19,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	5,00	18,00
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	382.386,09	1.593.714,56	325.705,85	2.301.806,50
Benefícios direto e indireto	76.477,22	1.097.623,57	65.141,17	1.239.241,96
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	85.130,04	0,00	85.130,04
Descrição de outras remunerações fixas	Não há	Verbas de Representação	Não há	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	43.825,00	0,00	43.825,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há	Diárias	Não há	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	Não há	Não há	Não há	
<b>Total da remuneração</b>	<b>458.863,31</b>	<b>2.820.293,17</b>	<b>390.847,02</b>	<b>3.670.003,50</b>

## 8.2 Remuneração total por órgão

## Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	5,00	19,00
Nº de membros remunerados	7,00	5,00	5,00	17,00
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	463.640,04	1.577.882,04	341.158,92	2.382.681,00
Benefícios direto e indireto	14.978,60	1.007.499,59	8.024,88	1.030.503,07
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	123.364,24	0,00	123.364,24
Descrição de outras remunerações fixas		Representação		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	66.590,00	54.465,00	0,00	121.055,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Diárias	Diárias		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>545.208,64</b>	<b>2.763.210,87</b>	<b>349.183,80</b>	<b>3.657.603,31</b>

## 8.2 Remuneração total por órgão

## Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	5,00	18,00
Nº de membros remunerados	8,00	4,00	5,00	17,00
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	410.643,24	1.145.131,35	293.316,60	1.849.091,19
Benefícios direto e indireto	82.128,65	850.019,16	58.663,32	990.811,13
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	113.113,20	0,00	113.113,20
Descrição de outras remunerações fixas		Representação		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	12.420,00	15.210,00	0,00	27.630,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Diárias	Diárias		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>505.191,89</b>	<b>2.123.473,71</b>	<b>351.979,92</b>	<b>2.980.645,52</b>

### **8.3 Remuneração variável**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há na Companhia nenhum plano de remuneração variável.

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a) termos e condições gerais
- b) data de aprovação e órgão responsável
- c) número máximo de ações abrangidas
- d) número máximo de opções a serem outorgadas
- e) condições de aquisição de ações
- f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício
- h) forma de liquidação
- i) restrições à transferência das ações
- j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não há até a presente data na Companhia, remuneração baseada em ações.

## **8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve e não há até a presente data na Companhia, remuneração baseada em ações.

## 8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) data de outorga
- e) quantidade de opções outorgadas
- f) prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g) prazo máximo para exercício das opções
- h) prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i) valor justo das opções na data da outorga
- j) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não se aplica à Companhia em função de não se enquadrar até a presente data nessa condição.

## 8.7 Opções em aberto

**8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) em relação às opções ainda não exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. data em que se tornarão exercíveis
  - iii. prazo máximo para exercício das opções
  - iv. prazo de restrição à transferência das ações
  - v. preço médio ponderado de exercício
  - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e) em relação às opções exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. prazo máximo para exercício das opções
  - iii. prazo de restrição à transferência das ações
  - iv. preço médio ponderado de exercício
  - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- f) valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não se aplica a Companhia em função de não enquadrar-se até a presente data nessa condição.

## 8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) número de ações
- e) preço médio ponderado de exercício
- f) preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g) multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não aplicável, pois não há até a presente data, remuneração baseada em ações.

## 8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não há até a presente data na Companhia, remuneração baseada em ações.

## 8.10 Outorga de ações

**8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

**a) órgão**

Não se aplica

**b) número total de membros**

Não se aplica

**c) número de membros remunerados**

Não se aplica

**d) data de outorga**

Não se aplica

**e) quantidade de ações outorgadas**

Não se aplica

**f) prazo máximo para entrega das ações**

Não se aplica

**g) prazo de restrição à transferência das ações**

Não se aplica

**h) valor justo das ações na data da outorga**

Não se aplica

**i) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga**

Não se aplica

## 8.11 Ações entregues

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não se aplica

## 8.12 Precificação das ações/opções

**8.12** Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) modelo de precificação

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

d) forma de determinação da volatilidade esperada

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, pois não há até a presente data, remuneração baseada em ações.

### 8.13 Participações detidas por órgão

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Ano Base: 2023			
ACIONISTAS	AÇÕES ON QUANTIDADE	AÇÕES PN QUANTIDADE	TOTAL QUANTIDADE
CONSELHO FISCAL	17.021	16.933	33.954

\*Não se aplica aos demais membros da administração

## 8.14 Planos de previdência

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) nome do plano
- e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f) condições para se aposentar antecipadamente
- g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Órgão</b>	Não há conferência de planos específicos para Conselheiros de Administração e Diretores, sendo-lhes facultada a adesão ao plano conferido para os demais servidores.	Não há conferência de planos específicos para Conselheiros de Administração e Diretores, sendo-lhes facultada a adesão ao plano conferido para os demais servidores.
<b>Número de membros</b>	0	5
<b>Nome do Plano</b>	Casanprev	Casanprev
<b>Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar.</b>	0	0
<b>Condições para se aposentar antecipadamente</b>	Não Há	Não Há
<b>Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores</b>	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual
<b>Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores</b>	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual
<b>Possibilidade de resgate antecipado e condições</b>	Não há possibilidade de resgate antecipado das contribuições da mantenedora, apenas daquelas arcadas pelo beneficiário, em caso de desligamento da Companhia.	Não há possibilidade de resgate antecipado das contribuições da mantenedora, apenas daquelas arcadas pelo beneficiário, em caso de desligamento da Companhia.

Fonte: GRH

**8.15 Remuneração mínima, média e máxima****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	5,00	5,00	4,00	9,00	9,00	9,00	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	4,00	7,00	7,00	8,00	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneraçãoReal	42.994,70	41.408,74	36.817,58	6.142,11	5.915,54	5.259,66	6.142,11	5.915,54	5.259,66
Valor da menor remuneraçãoReal	30.710,51	29.577,68	26.298,28	6.142,11	5.915,54	5.259,66	6.142,11	5.915,54	5.259,66
Valor médio da remuneraçãoReal	36.852,61	35.493,21	31.557,93	6.142,11	5.915,54	5.259,66	6.142,11	5.915,54	5.259,66

**Observações e esclarecimentos**

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento

## 8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

**8.16** Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há. Após cessação do exercício dos cargos de Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal não há nenhum benefício para os ocupantes desses cargos.

## 8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Encerramento Exercício	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutária	Total
31/12/2021	15,57%	66,63%	11,12%	6,67%	100,00%
31/12/2022	19,69%	64,92%	9,11%	6,28%	100,00%
31/12/2023	11,80%	71,42%	10,05%	6,73%	100,00%

Fonte GRH

## 8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável.

## 8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável.

## 8.20 Outras informações relevantes

### 8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações julgadas relevantes.

**9.1/9.2 Identificação e Remuneração**

<b>Código CVM do Auditor</b>	<b>011592</b>		
<b>Razão Social</b>	<b>Tipo Auditor</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	
RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S	Juridica	13.098.174/0001-80	
<b>Data de contratação do serviço</b>	<b>Data de início da prestação de serviço</b>		
07/06/2019	01/07/2019		
<b>Descrição dos serviços prestados</b>			
<p>contratação de serviço continuado de empresa de auditoria independente para execução dos trabalhos de análise, revisão e emissão de pareceres sobre as demonstrações financeiras da CASAN, conforme o padrão contábil internacional emanado pelo IASB - International Accounting Standards Board (International Financial Reporting Standards - IFRSs), assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC, as instruções e normas e procedimentos emanados da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, devendo obedecer as exigências contidas na legislação vigente para uma empresa de saneamento constituída sob a forma de sociedade de economia mista de capital aberto</p>			
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social</b>			
O Montante Total da remuneração dos auditores independentes foi de R\$ 134.610,84 (Cento e trinta e quatro mil, seiscentos e dez reais e oitenta e quatro centavos)			
<b>Justificativa da substituição</b>			
Não se aplica			
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa</b>			
Não houve			

### **9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores**

**9.3 Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes**

Não se aplica.

## 9.4 Outras informações relevantes

### 9.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes.

## 10.1A Descrição dos recursos humanos

### Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	77	226	0	0	0
Não-liderança	466	1927	0	0	0
<b>TOTAL = 2.696</b>	<b>543</b>	<b>2153</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	3	263	2	6	0	29	0
Não-liderança	12	1961	44	87	0	289	0
<b>TOTAL = 2.696</b>	<b>15</b>	<b>2224</b>	<b>46</b>	<b>93</b>	<b>0</b>	<b>318</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	9	237	57
Não-liderança	132	1543	718
<b>TOTAL = 2.696</b>	<b>141</b>	<b>1780</b>	<b>775</b>

### Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Preferê não responder
Liderança	4	299	0
Não-liderança	82	2311	0
<b>TOTAL = 2.696</b>	<b>86</b>	<b>2610</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	0	303	0
Não-liderança	0	0	0	0	2393	0
<b>TOTAL = 2.696</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2696</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0
Sul	543	2153	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
<b>TOTAL = 2.696</b>	<b>543</b>	<b>2153</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça**

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefero não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0	0	0
Sul	15	2224	46	93	0	318	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL = 2.696</b>	<b>15</b>	<b>2224</b>	<b>46</b>	<b>93</b>	<b>0</b>	<b>318</b>	<b>0</b>

**Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária**

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	0	0	0
Sul	141	1780	775
Exterior	0	0	0
<b>TOTAL = 2.696</b>	<b>141</b>	<b>1780</b>	<b>775</b>

## 10.1 Descrição dos recursos humanos

### 10.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a) número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abrangem:

Descrição	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
<b>Nº Total de Empregados</b>	<b>2581</b>	<b>2622</b>	<b>2551</b>	<b>2555</b>	<b>2611</b>	<b>2643</b>	<b>2679</b>	<b>2696</b>	<b>2743</b>
Operacional	1688	1724	1709	1737	1780	1820	1848	1852	1896
Apoio Técnico	598	600	558	536	543	533	535	536	536
Nível Superior	295	298	284	282	288	290	296	308	311
<b>Nº Total de Empregados Por Localização Geográfica</b>	<b>2581</b>	<b>2622</b>	<b>2551</b>	<b>2555</b>	<b>2611</b>	<b>2643</b>	<b>2679</b>	<b>2696</b>	<b>2743</b>
Administração Central-Matriz	438	436	414	417	409	413	421	430	431
Região Metropolitana da Grande Florianópolis	539	542	519	523	532	541	525	660	679
Região Sul/Serra	492	505	486	504	519	530	537	539	548
Região Norte e Vale do Itajaí	497	506	508	517	552	568	594	456	466
Região Oeste	615	633	624	594	599	591	602	611	619

Fonte: ADH

### i. identidade autodeclarada de gênero

Local	Feminino	Masculino	Total
Matriz	175	256	431
SRM	131	548	679
SRN	67	399	466
SRO	94	525	619
SRS	83	465	548
<b>Total Geral</b>	<b>550</b>	<b>2193</b>	<b>2743</b>

**10.1 Descrição dos recursos humanos****ii. identidade autodeclarada de cor ou raça**

<b>Cor/Raça</b>	
<b>Matriz</b>	<b>431</b>
Amarela	2
Branca	383
Mulato	2
Não Informado	24
Parda	14
Preta/Negra	6
<b>SRM</b>	<b>679</b>
Amarela	6
Branca	519
Mulato	4
Não Informado	107
Parda	25
Preta/Negra	18
<b>SRN</b>	<b>466</b>
Amarela	5
Branca	392
Não Informado	35
Parda	32
Preta/Negra	2
<b>SRO</b>	<b>619</b>
Amarela	2
Branca	488
Mulato	3
Não Informado	108
Parda	13
Preta/Negra	5
<b>SRS</b>	<b>548</b>
Branca	471
Mulato	2
Não Informado	44
Parda	16
Preta/Negra	15
<b>Total Geral</b>	<b>2743</b>

**10.1 Descrição dos recursos humanos****iii. faixa etária**

<b>Faixa Etária</b>	
<b>Matriz</b>	<b>431</b>
1 - Abaixo de 30	18
2 - Entre 30 a 39	135
3 - Entre 40 a 49	169
4 - Entre 50 a 59	81
5 - Mais de 60	28
<b>SRM</b>	<b>679</b>
1 - Abaixo de 30	26
2 - Entre 30 a 39	165
3 - Entre 40 a 49	215
4 - Entre 50 a 59	182
5 - Mais de 60	91
<b>SRN</b>	<b>466</b>
1 - Abaixo de 30	31
2 - Entre 30 a 39	164
3 - Entre 40 a 49	147
4 - Entre 50 a 59	84
5 - Mais de 60	40
<b>SRO</b>	<b>619</b>
1 - Abaixo de 30	23
2 - Entre 30 a 39	171
3 - Entre 40 a 49	240
4 - Entre 50 a 59	134
5 - Mais de 60	51
<b>SRS</b>	<b>548</b>
1 - Abaixo de 30	30
2 - Entre 30 a 39	157
3 - Entre 40 a 49	161
4 - Entre 50 a 59	127
5 - Mais de 60	73
<b>Total Geral</b>	<b>2743</b>

**iv. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes**

## 10.1 Descrição dos recursos humanos

<b>Grau de Instrução</b>	
<b>Matriz</b>	<b>431</b>
1º Grau Completo	4
2º Grau Completo	18
2º Grau Incompleto	3
4ª Série Completa	1
6ª a 9ª Série Incompleta	3
Curso Técnico	8
Doutorado Completo	7
Mestrado Completo	48
Pós-Graduação	225
Superior Completo	107
Superior Incompleto	6
Tecnólogo	1
<b>SRM</b>	<b>679</b>
1º Grau Completo	38
2º Grau Completo	85
2º Grau Incompleto	12
4ª Série Completa	17
4ª série incompleta	5
6ª a 9ª Série Incompleta	11
Curso Técnico	60
Doutorado Completo	1
Mestrado Completo	18
Pós-Graduação	253
Superior Completo	145
Superior Incompleto	23
Tecnólogo	11
<b>SRN</b>	<b>466</b>
1º Grau Completo	20
2º Grau Completo	84
2º Grau Incompleto	7
4ª Série Completa	5
6ª a 9ª Série Incompleta	3
Curso Técnico	37
Doutorado Completo	1
Mestrado Completo	6
Pós-Graduação	164
Superior Completo	110
Superior Incompleto	17
Tecnólogo	12
<b>SRO</b>	<b>619</b>
1º Grau Completo	23
2º Grau Completo	132
2º Grau Incompleto	7
4ª Série Completa	3
4ª série incompleta	2
6ª a 9ª Série Incompleta	7
Curso Técnico	14
Mestrado Completo	10
Pós-Graduação	245
Superior Completo	131
Superior Incompleto	29
Tecnólogo	16
<b>SRS</b>	<b>548</b>
1º Grau Completo	16
2º Grau Completo	64
2º Grau Incompleto	6
4ª Série Completa	3
4ª série incompleta	4
6ª a 9ª Série Incompleta	10
Curso Técnico	55
Doutorado Completo	1
Mestrado Completo	17
Pós-Graduação	224
Superior Completo	106
Superior Incompleto	19
Tecnólogo	23
<b>Total Geral</b>	<b>2743</b>

## 10.1 Descrição dos recursos humanos

<b>Tempo de Empresa</b>	
<b>Matriz</b>	<b>431</b>
1 - Menos de 5 anos	32
2 - Entre 5 e 10 anos	114
3 - Entre 10 a 20 anos	229
4 - Mais de 20 anos	56
<b>SRM</b>	<b>679</b>
1 - Menos de 5 anos	65
2 - Entre 5 e 10 anos	196
3 - Entre 10 a 20 anos	231
4 - Mais de 20 anos	187
<b>SRN</b>	<b>466</b>
1 - Menos de 5 anos	95
2 - Entre 5 e 10 anos	149
3 - Entre 10 a 20 anos	125
4 - Mais de 20 anos	97
<b>SRO</b>	<b>619</b>
1 - Menos de 5 anos	78
2 - Entre 5 e 10 anos	158
3 - Entre 10 a 20 anos	237
4 - Mais de 20 anos	146
<b>SRS</b>	<b>548</b>
1 - Menos de 5 anos	65
2 - Entre 5 e 10 anos	182
3 - Entre 10 a 20 anos	139
4 - Mais de 20 anos	162
<b>Total Geral</b>	<b>2743</b>

### b) número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

A CASAN não firma contratos de fornecimento de mão de obra e sim contrata serviços terceirizados, principalmente nas áreas de Leitura/Entrega simultânea de Faturas, Corte e Religação de Água, Vigilância e Limpeza.

### c) índice de rotatividade

#### Índice de Rotatividade

2015	2016	2017	2018*	2019	2020	2021	2022	2023
1,73	0,96	4,95	22,02	2,16	1,75	1,87	1,75	1,10

Fórmula aplicada: Demitidos/((Quantitativo Anterior + Quantitativo Final do Ano)/2)\*100

Fonte: GRH

\* O aumento da rotatividade justifica-se pela adesão de 525 empregados ao PDVI

## 10.2 Alterações relevantes

### 10.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima.

A Política de Diversidade e Inclusão da CASAN, proposta pela Comissão de Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos foi aprovada perante o Conselho de Administração e Diretoria Executiva, no ano de 2023, sendo a referida política a base de sustentação que irá nortear as atividades relacionadas a Diversidade e Inclusão na Companhia.

A Comissão, após sugestão do Conselho de Administração, passará a contar, em 2024, com membros representantes das Superintendências, visando ampliar a discussão e conhecimento da política e ações nas regiões atendidas pela Companhia.

## 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

### 10.3 Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

#### a) política de salários e remuneração variável

A CASAN possui o Plano de Cargos e Salários registrado na Superintendência Regional do Trabalho desde 1991, que prevê as formas de movimentação funcional, benefícios além de disciplinar as atribuições de cada cargo. Os reajustes salariais são definidos através de Acordo Coletivo de Trabalho com data base em maio.

#### b) política de benefícios

A política de benefícios é concedida através do Plano de Cargos e Salários, Acordo Coletivo de Trabalho e Normas específicas e estendida a todos os empregados da empresa sendo os principais:

- Plano de saúde, por adesão individual;
- Plano odontológico, por adesão individual.
- Programa de Alimentação ao trabalhador – Vale Alimentação/Refeição.
- Auxílio Creche/Babá.
- Auxílio Educação – Auxiliar no pagamento de mensalidade para curso técnico, graduação e pós-graduação.
- Auxílio Funeral.
- Auxílio e licença ao empregado com filho portador de necessidades especiais.
- CASANPREV – Plano de Previdência Complementar.
- Vale Cultura.
- Vale Transporte.

Todos normatizados através de Acordo Coletivo de Trabalho, Plano de Cargos e Salários ou normas específicas.

#### c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

##### i. grupos de beneficiários

##### ii. condições para exercício

##### iii. preços de exercício

##### iv. prazos de exercício

##### v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não existe esta prática na Empresa.

**d) razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social**

**10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados**

<b>Maior Remuneração Individual</b>	<b>Mediana da Remuneração Individual</b>	<b>Razão entre as Remunerações</b>
59.893,97	9.366,36	6,39

**Esclarecimento**

--

## 10.4 Relações entre emissor e sindicatos

### 10.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais.

Os acordos coletivos são firmados com os seguintes sindicatos:

- **SINDECON/SC** – Sindicato dos Economistas no Estado de Santa Catarina;
- **SINCÓPOLIS** – Sindicato dos Contabilistas da Grande Florianópolis;
- **SAESC** – Sindicato dos Administradores do Estado de Santa Catarina;
- **SENGE/SC** – Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina;
- **SINTEC/SC** – Sindicato dos Técnicos Industriais;
- **SINDALEX** - Sindicato dos Advogados no Estado de Santa Catarina;
- **SINSESC** – Sindicato dos Profissionais em Secretariado no Estado de Santa Catarina;
- **SINTAEMA/SC** – Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de Santa Catarina;
- **SINDIQUÍMICA/SC** – Sindicato dos Químicos no Estado de Santa Catarina;
- **SASC** - Sindicato dos Arquitetos no Estado de Santa Catarina;
- **SINDFAR/SC** - Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Santa Catarina.

A data base é no mês de maio e a vigência é anual, onde normalmente é concedida reposição salarial com base no INPC do período, assim como, a renovação de benefícios, vantagens e a liberação de empregados dirigentes sindicais para atuarem nas sedes das entidades.

As relações sindicais ocorrem dentro da normalidade, sendo que o acesso às informações de performance, dados operacionais, financeiros, econômicos e administrativos da empresa estão previstos no Acordo firmado anualmente.

## 10.5 Outras informações relevantes

### 10.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações julgadas relevantes.

## 11.1 Regras, políticas e práticas

**11.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado, via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina e BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento, e a acionista CELESC.

A Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas que foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração nº 335/2018 de 30 de julho de 2018.

O documento completo com a política de transações com partes relacionadas encontra-se no link: <https://ri.casan.com.br/governanca-corporativa/codigos-e-politicas-da-companhia/>

**11.2 Transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina</b>	13/08/2010	150.475.807,20	6.798,00	Val.or .não. fo.i a.fer.ido	A primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de julho de 2024.	8,540000
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista					
<b>Objeto contrato</b>	Contrato com o BNDES no valor R\$150.475, que está sendo amortizado em 138 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de julho de 2024. O contrato prevê juros de 3,54% ao ano + TJLP					
<b>Garantia e seguros</b>	Como garantia a Companhia cedeu fiduciariamente 25% da receita tarifária mensal decorrente da prestação dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos e o recebimento de eventual indenização que venha a ser devida pelos municípios de Florianópolis, Criciúma, São José e Laguna, posteriormente substituída pela garantia do Estado de SC.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Quitação					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Em 4 de agosto de 2010 a Assembléia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção das obrigações assumidas pela CASAN junto ao BNDES, no valor de R\$150.475. Assim a operação foi efetuada com a interveniência do Estado de SC. Com isso o Estado de SC passou a efetuar a liquidação das parcelas mensais junto ao BNDES e a CASAN passou a ressarcir o Estado por repasse mensal.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					

**11.2 Itens 'n.' e 'o.'**

**11.2 Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo 30-XXXIII, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:**

- a) nome das partes relacionadas**
- b) relação das partes com o emissor**
- c) data da transação**
- d) objeto do contrato**
- e) se o emissor é credor ou devedor**
- f) montante envolvido no negócio**
- g) saldo existente**
- h) montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir**
- i) garantias e seguros relacionados**
- j) duração**
- k) condições de rescisão ou extinção**
- l) natureza e razões para a operação**
- m) taxa de juros cobrada, se aplicável**
- n) medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses**
- o) demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

As medidas tomadas no caso de conflito de interesse estão dispostas na política de transações com partes relacionadas aprovada pela aprovada por meio da Ata do Conselho de Administração nº 335/2018 de 30 de julho de 2018, conforme descrito em item anterior.

## 11.3 Outras informações relevantes

### 11.3 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes.

**12.1 Informações sobre o capital social**

<b>Tipo Capital</b>	<b>Capital Autorizado</b>	
<b>Data da autorização ou aprovação</b>	<b>Prazo de integralização</b>	<b>Valor do capital</b>
19/01/2021		884.947.321,37
<b>Quantidade de ações ordinárias</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais</b>	<b>Quantidade total de ações</b>
1.000.000.000	1.000.000.000	2.000.000.000

<b>Tipo Capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>	
<b>Data da autorização ou aprovação</b>	<b>Prazo de integralização</b>	<b>Valor do capital</b>
23/09/2024		1.355.289.019,63
<b>Quantidade de ações ordinárias</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais</b>	<b>Quantidade total de ações</b>
572.078.479	578.578.081	1.150.656.560

## 12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

**12.2 Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:**

- a. **direito a dividendos**
- b. **direito de voto**
- c. **convertibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:**
  - i. **condições**
  - ii. **efeitos sobre o capital social**
- d. **direitos no reembolso de capital**
- e. **direito a participação em oferta pública por alienação de controle**
- f. **restrições à circulação**
- g. **condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**
- h. **possibilidade de resgate de ações, indicando:**
  - i. **hipóteses de resgate**
  - ii. **fórmula de cálculo do valor de resgate**
- i. **hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação**
- j. **hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável**
- k. **outras características relevantes**

Não se aplica.

**12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	CASN12
<b>Data de emissão</b>	15/05/2019
<b>Data de vencimento</b>	14/09/2026
<b>Quantidade</b>	60.000
<b>Unidade</b>	
<b>Valor nominal global R\$</b>	600.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	449.606.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	Cláusula 6.12 do Registro da Emissão prevê o resgate facultativo bem como a forma de cálculo.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Não há.

---

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	CASN13
<b>Data de emissão</b>	10/11/2023
<b>Data de vencimento</b>	16/11/2028
<b>Quantidade</b>	500.000
<b>Unidade</b>	
<b>Valor nominal global R\$</b>	500.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	480.655.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim

### 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série por meio de comunicação individual enviada aos Debenturistas da Primeira Série, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 6.30 acima (“Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série”), observado que em ambos os casos a Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série deverá ser realizada com 30 (trinta) dias corridos de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série, sendo que na referida comunicação deverá constar: (i) que a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série é dirigida a todos os Debenturistas da Primeira Série; (ii) o valor do prêmio de resgate antecipado, se houver (e que não poderá ser negativo); (iii) a forma e o prazo de manifestação, à Emissora, pelo Debenturista da Primeira Série que aceitar a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série; (iv) a quantidade mínima e/ou máxima de Debêntures da Primeira Série objeto da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série, se aplicável; (v) a data efetiva para o resgate das Debêntures da Primeira Série e pagamento aos Debenturistas da Primeira Série, que deverá ser um Dia Útil; e (vi) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização do resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série
---	---

**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários** não há

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	CASN23
<b>Data de emissão</b>	10/11/2023
<b>Data de vencimento</b>	16/11/2033
<b>Quantidade Unidade</b>	280.000
<b>Valor nominal global R\$</b>	280.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	262.330.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim

### 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	<p>O cálculo do Valor de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série obedecerá à seguinte fórmula:</p> $P = \{[(1+i)^{(DU/252)}] - 1\} \times PU$ <p>onde:</p> <p>P = Prêmio de Resgate, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.</p> <p>I = taxa do Prêmio de Resgate, equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) DU = número de Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total Primeira Série (inclusive) e a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (exclusive).</p> <p>PU = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, na data efetiva do Resgate Antecipado Facultativo Total, sendo certo que, caso a data efetiva do Resgate Antecipado Facultativo Total Primeira Série coincida com uma Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, será considerado como PU o saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série após a amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e/ou pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ocorrida na referida data.</p>
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Não Há

---

## 12.4 Número de titulares de valores mobiliários

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A 2ª Emissão de Debêntures feita pela CASAN teve como coordenadores os bancos BTG Pactual, BOCOM BBM, Votorantim, Santander e ABC.

## 12.5 Mercados de negociação no Brasil

**12.5 Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação**

B3

## **12.6 Negociação em mercados estrangeiros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve a negociação de valores mobiliários em mercados estrangeiros.

## 12.7 Títulos emitidos no exterior

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não foi emitido nenhum título no exterior pelo emissor.

## 12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

### 12.8 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

#### a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

##### **Debêntures Simples - 2º Emissão**

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a segunda emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Em 13 de agosto de 2021 foi realizada uma nova assembleia geral dos Debenturistas para a alteração do início da amortização.

**Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização** - A amortização do valor nominal unitário das debêntures será em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 12 de março de 2023 e a última em 14 de setembro de 2026.

**Remuneração das Debêntures** - A Remuneração contempla juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$449.606.

Conforme a Cláusula 4.1 do Registro da Emissão de Debêntures feita em 2019, os recursos líquidos obtidos pela emissora com Emissão estão destinados exclusivamente para:

## 12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

- (i) resgate antecipado total da 1ª emissão de debêntures da Emissora e da totalidade das quotas do Fundo de investimentos em Direitos Creditórios CASAN Saneamento, administrado pela Caixa Econômica Federal;
- (ii) liquidação do ajuste das operações de *swap* nº 16A00527835 e 16A00527834 com Banco Santander (Brasil) S.A., ou liquidação antecipada de quaisquer instrumentos de crédito que tenham sido concedidos para liquidação de referida operação de *swap*;
- (iii) liquidação antecipada da cédula de crédito bancário nº 1217769 emitida pela Emissora em favor do Banco Votorantim S.A., da cédula de crédito bancário nº 0002700027198 emitida pela Emissora em favor do Banco Santander (Brasil) S.A. e da cédula de crédito bancário nº 601556 emitida pela Emissora em favor do Banco Bocom BBM S.A.

Em 2021 e 2022 não houveram ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

### **Debêntures Simples e Incentivada - 3º Emissão**

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 07 de novembro de 2023 (“Aprovação Societária”), foram aprovadas as condições da oferta pública de distribuição da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até 02 (duas) séries, da Emissora (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei de Valores Mobiliários”), sob o rito de registro automático, sob regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”), e das demais disposições legais aplicáveis (“Oferta”);

O valor da emissão ficou em 500.000 mil (quinhentas mil) referente às Debêntures Simples da primeira série e 280.000 (duzentos e oitenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais).

## 12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

**Remuneração das Debêntures da Primeira Série** - Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos.

**Remuneração das Debêntures da Segunda Série** - Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

**Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização** - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2028 e a sua amortização inicia em 16 de novembro de 2025.

O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2033 e a sua amortização inicia em 16 de maio de 2026. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$480.655 das Debêntures Simples e de R\$262.330 da Incentivada.

Conforme a Cláusula 2.8 e 2.9 do Contrato de distribuição de Debêntures feita em 2023, os recursos líquidos captados pela emissora por meio das Debêntures serão utilizados para:

- i) Liquidação antecipada das dívidas elencadas no Anexo I à Escritura de Emissão que deverão ser quitadas na Primeira Data de Integralização;
- ii) Reforço de caixa da Emissora
- iii) Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto 8.874, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 5.034, de 21 de julho de 2022 (“Resolução CMN 5.034”) e da Portaria, a totalidade dos recursos

## 12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures da Segunda Série serão utilizados exclusivamente para pagamento futuro e reembolso relacionado aos investimentos nos termos do projeto descrito na Escritura de Emissão (“Projeto” e “Destinação de Recursos das Debêntures da Segunda Série” e, quando em conjunto com a Destinação de Recursos das Debêntures da Primeira Série, a “Destinação de Regulatória”).

**b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não houve desvios

**c) Caso tenha havido desvios as razões para tais desvios**

Não se aplica

## 12.9 Outras informações relevantes

### 12.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes.

### 13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Edson Moritz Martins da Silva	Diretor Presidente/Relações com Investidores	Alterado	

### 13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores



**COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO- CASAN**  
Companhia Aberta - CNPJ 82.508.433/0001-17  
NIRE: 4230001502-4

#### DECLARAÇÃO

**EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA**, advogado, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, em exercício tendo sido eleito para o cargo em 27 de março de 2023, e, na qualidade de Diretor Presidente da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, tendo sido eleito para o cargo em 25 de agosto de 2023 declaro que:

- a) Revi o inteiro teor do Formulário de Referência;
- b) Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20;
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às atividades e valores emitidos.

Florianópolis, 16 de maio de 2024.

**EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA**  
DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM OS INVESTIDORES

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **2WW8WY71**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA** (CPF: 290.XXX.239-XX) em 28/05/2024 às 09:04:17

Emitido por: "SGP-e", emitido em 03/04/2023 - 08:42:46 e válido até 03/04/2123 - 08:42:46.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://sgpe.casan.com.br/portal-externo/conferencia-documento/Q0FTQU5fMV8wMDA0NTQwMI80NTQwMI8yMDI0XzJXVzhXWTcx> ou o site

<https://sgpe.casan.com.br/portal-externo> e informe o processo **CASAN 00045402/2024** e o código **2WW8WY71** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

### **13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual**

Documento não preenchido.